ELEVADO COSTA E SILVA,

PROCESSO DE MUDANÇA DE UM LUGAR.

Luciana Bongiovani Martins

Orientadora - Profa. Dra. Lucrécia DÁléssio Ferrara

data defesa
25/11/97

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo para obtenção do título de Mestre.

São Paulo, setembro de 1997.

RESUMO

Essa pesquisa procura, a partir da obra Elevado Costa e Silva, Minhocão, discutir o processo de mudança de um lugar : quais os agentes e interesses envolvidos nessa mudança. Paralelo a esse desenvolvimento, relaciona o desafio apresentado quando se busca prever as condições de uso e inserção de uma obra no meio ambiente urbano, ao quadro de mudança constante das grandes cidades do chamado terceiro mundo. O trabalho exercita ainda, uma possível estratégia de aproximação do fenômeno que é a cidade, transformado em urbano, objeto de estudo e intervenção projetual.

ABSTRACT

The object of this research is to discuss the changing process of an urban environment through the placement of such a structure as the Elevado Costa e Silva, - which are the agents and interests involved in this intervention. Beside this line of development, it deals also with the challenge to forsee the using conditions and the effect of a project insertion in the everchanging relations of a Megalópolis in the so called Third Word. This text operates with a possible approach strategy to the phenomenon - the city, transformed in urban - object of research and project.

aos meus mestres

AGRADECIMENTOS

Ao pessoal da Biblioteca FAU-USP.

Ao Ateliê/Laboratório de Computação Gráfica do curso de Pós Graduação, FAU-USP, em especial à Carla, a Sara e o Sílvio pela simpatia e ajuda na finalização deste trabalho.

Ao arquiteto e fotógrafo Marcos Ubésio, pela utilização das fotos de sua autoria, nas páginas 91 e 92.

À Lucrécia, esse trabalho não existiria sem sua orientação, firme e sensível.

À Myrna, Fábio e Gê pela amizade e atenção.

À mama Marly e ao primo Evaristo pelo carinho e apoio sempre presente.

Ao Lê, pelo amor.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO pág. 1

PREÂMBULO pág. 4

1. ELEVADO COSTA E SILVA pág. 9

1.1 *via elevada, minhocão* pág. 10
1.2 *processo de mudança de um lugar* pág. 12
1.3 *demolição, unanimidade ou desinformação?* pág. 17

2. PLANEJAMENTO pág. 19

2.1 *história e planejamento* pág. 20
2.2 *ideologia, realidade invertida* pág. 25
2.3 *plano, descrição e análise* pág. 29
2.4 *projeto e representação* pág. 33

3. CONTEXTOS pág. 36

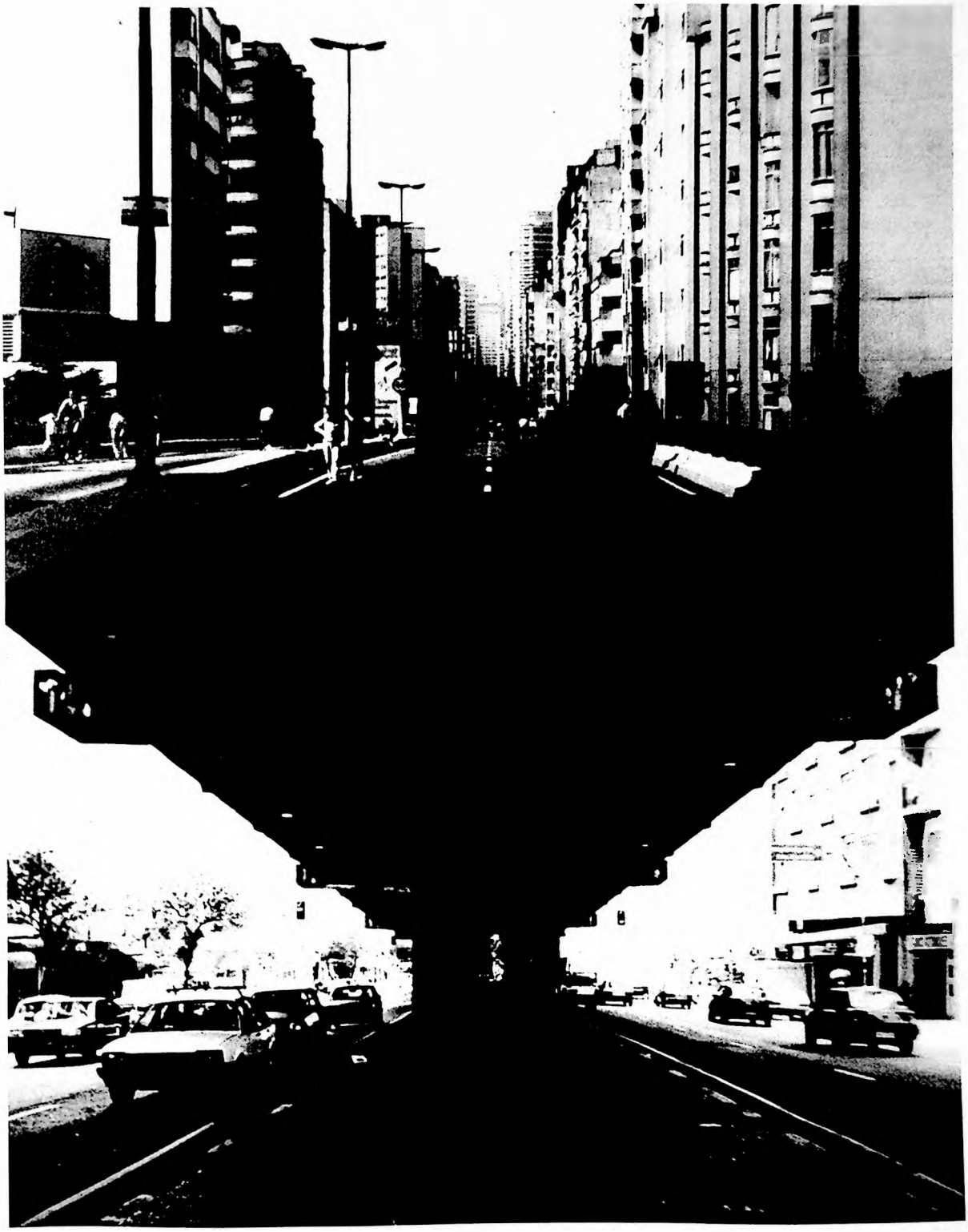
3.1 *problemas e soluções* pág. 37
3.2 *progresso, modernização e ideologia* pág. 41
3.3 *a dimensão científica da previsão* pág. 43
3.4 *plano e elevado* pág. 47
3.5 *planejamento e política* pág. 53

4. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA pág. 56

4.1 *estrutura mental, estrutura de pesquisa* pág. 58
4.2 *momentos do olhar, momentos do pesquisar* pág. 61
4.3 *totalidade e fenômeno* pág. 63

5. A ATUALIDADE DO ELEVADO COSTA E SILVA pág. 67

BIBLIOGRAFIA pág. 98



ELEVADO COSTA E SILVA,
PROCESSO DE MUDANÇA DE UM LUGAR

INTRODUÇÃO

"Já que falamos de veículos, de rua, de infância, uma das vantagens das cidades do meu tempo é que elas permitiam que até a criança andasse freqüentemente na rua. Eu estudava no Colégio São Bento, e ia a pé da São João até o largo de São Bento. Era um tipo de prática do espaço urbano que cada vez mais está deixando de existir, (...), ...a cidade é muito feroz. Então, ela é o espaço que deixou de ser praticado, é um espaço onde a gente se locomove, sem que os intervalos tenham qualquer significado, inclusive como objeto visual".

Ulpiano Bezerra de Menezes[1].

Este trabalho começa quando escolhemos um objeto de estudo que nos parece cheio de significados...

O que até então não passava de intuição, vinha de fatos vivenciados : uma vez conhecemos esse lugar do qual o Elevado Costa e Silva participa e, embora pudéssemos reconhecer algumas partes, o lugar havia sido intensamente modificado.

Acreditávamos, ao escolher o Elevado Costa e Silva como objeto de estudo, estar escolhendo o pivô dessa mudança.

O prontamente apelidado Minhocão faz parte de um Plano viário maior. Entretanto, a medida em que colecionávamos informações, a *"maior via elevada da América Latina"*[2] recortava-se através do processo de contextualização, confirmando e frustrando hipóteses, construía argumentos.

Chamamos Preâmbulo, que também significa *"palavras ou atos que precedem as coisas definitivas"*[3], a montagem do quadro referencial político. A idéia é contar um pouco da época através das manchetes da imprensa escrita.

Resultado de uma pesquisa nos jornais O Estado de São Paulo de 1964 a 1971, optamos por essa construção que, longe de ser exata, busca apenas somar à contextualização *vozes* do período. Ela ilustra o *crescente* no movimento autoritário posterior ao golpe militar de 1964 e os momentos em que a cidade e nosso objeto de estudo aparecem - especialmente, *como* aparecem.

O capítulo que trata da história do Elevado Costa e Silva contrapõe duas fontes de informação; uma que chamamos *oficial*: o projeto, a licitação para a

[1] Em entrevista à Revista Memória, Publicação Eletropaulo, 30 de julho de 1991.
[2] Excerto do artigo : Pelo Alto do Centro às Perdizes; in O Estado de São Paulo, 18 de setembro de 1969.
[3] Conforme verbete Preâmbulo, in Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda; Novo Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1986.

construção, o discurso das autoridades; e a outra, *oficiosa*, que mostra, através das informações veiculadas pelos jornais, entrevistas e artigos, a *realidade da obra na cidade*, a via elevada construída e em uso.

Ampliamos o quadro referencial em direção ao aspecto econômico e de planejamento no segundo capítulo. Uma vez que o Elevado Costa e Silva fazia parte de um plano maior, fomos investigar esse planejamento, como e quando ele passa a fazer parte de nossa história.

Essa chave se desdobra a partir de autores que fundamentam esse trabalho; assim, *representação* e *ideologia*, articulados à idéia de *planejamento* passam referenciar toda a pesquisa. É quando analisamos o Memorial Descritivo da Obra procurando compreender a *qualidade das razões* que compõe e justificam projeto e obra do Elevado Costa e Silva.

O desenvolvimento sobre Planejamento termina por apresentar essa relação entre projeto e representação, cujos desdobramentos interessam investigar.

O capítulo Contextos desenvolve a possível dimensão científica e política do planejar. O foco agora se dirige para a especificidade do Planejamento Urbano e a dificuldade de seu estabelecimento como disciplina : o desafio da produção de conhecimento a partir de um objeto tão mutável quanto a cidade.

A estratégia metodológica que estrutura a dissertação aparece pontuada nos capítulos anteriores, mas a quarta parte dessa pesquisa trata de aprofundar essa perspectiva que vê no *fenômeno* a chave para o desenvolvimento de pesquisas urbanas.

Talvez a idéia mais marcante do trabalho seja a idéia de *mudança*. Presente desde o momento em que escolhemos nosso objeto de estudo, acreditávamos ser ele um dos principais atores na mudança daquele lugar.

Afinal, o verdadeiro desafio se apresentava : como dar conta desse movimento, que é próprio da cidade, que escapa das teorias em geral, que zomba dos grandes planos elaborados em ainda maiores publicações?

Como elaborar pesquisas, pensar projetos, prever algo? Nesse momento, autores como Milton Santos, Charles Sanders Pierce, Walter Benjamin, Habermas, Jean Paul Sartre, Lucrécia D'Aléssio Ferrara, Ivo Assad Ibri, e outros autores presentes neste trabalho participam intensamente.

A possibilidade de elaborar análises de fixidez momentânea, a construção de *períodos*, *épocas*; a analogia entre *estrutura mental e estrutura de pesquisa*;

todas estratégias que buscam inserir o fenômeno dentro da análise - não mais como um dado estático, mas operante dentro de seu próprio movimento.

O capítulo sobre a atualidade do Elevado Costa e Silva procura exercitar essa atenção que despertada numa análise que não se pretende única. Tramando informações colecionadas, reunimos ali imagens, depoimentos, história, experiências como pesquisador.

Não se trata portanto de uma pesquisa que traz a *solução* para a área; o Elevado Costa e Silva é um mote que nos auxilia nesse trabalho que trata antes de uma possível estratégia para a abordagem do espaço urbano no momento em que se projeta uma intervenção qualquer.

Essa difícil transição entre o que se pensa, o que se prevê e o fenômeno, a realidade das coisas concretas e em uso.

PREÂMBULO

Para os editores do jornal **O Estado de São Paulo**, **"A Marcha da Família com Deus pela Liberdade"**, ocorrida em 19 de março de 1964, era uma vigorosa demonstração de apreço pelas instituições. O conflito entre o governo e oposições tomava corpo e a imprensa tratava de demonstrá-lo através de suas manchetes. **"Iniciar-se-á em praça pública, depois de amanhã, a campanha de defesa do regime"**, (17/03/64).

A democracia e o regime eram aclamados pela população, segundo o diário. Entretanto, democracia não parecia ser o que, o então presidente João Goulart, representava. No mesmo dia 17, a última página trazia estampado : **"O governo articula o golpe"**. Temos um cenário no qual, o governo, apesar de ter sido eleito democraticamente, é denunciado como mentor de um golpe de Estado; contra ele se unem forças em todo o País : **"Partidos tomam posição em defesa do regime e das instituições democráticas"**; **"União dos governos estaduais antigolpe"**; **"O conselho federal da OAB exorta o governo a resguardar a carta"**, (todas manchetes do dia 21/03/64).

Os artigos dos dias subseqüentes mostram o clima de instabilidade criado, frente aos acontecimentos e às informações veiculadas. A manchete da última página do dia 25 de março de 1964 diz : **"O governo estuda novas ações para instaurar o Comunismo Brasil"**; ou ainda **"Instituto dos advogados : o governo da União pactua com forças subversivas"**, (26/03/64); **"Intranquilidade em Brasília pela crise político - militar"**, (27/03/64).

No dia 29 do corrente mês, a Marinha manda um recado pela imprensa : **"Almirantes e Clube Naval alertam : falta autoridade"**; ao que o Legislativo prontamente responde : (31/03 64), **"Câmara : deputados condenam subversão da Marinha"**.

A manchete de primeiro de abril de 1964 traduzia o rumo que os acontecimentos tomariam : **"Oficiais estão prontos para defender regime e instituições"**. No segundo dia, os jornais selavam a aprovação da população : **"Empolgou São Paulo a vitória das armas libertadoras"**. No mesmo dia, manchete de última página : **"Vitorioso o movimento democrático"**.

O que atualmente é qualificado tanto pela historiografia quanto pelos próprios jornais como golpe militar, foi na época comemorado por parte da população, inclusive a representada pelo jornal **O Estado de São Paulo**. As manchetes do dia dois de abril descrevem a situação como vitória da legalidade : **"Indescritível o entusiasmo que galvanizou a população paulistana"**; **"Júbilo no Rio e na capital de Minas com a vitória do movimento pela legalidade"**; **"O exército domina a situação no país"**.

Após dominar a situação no país, o exército tem intenção de eleger como próximo presidente um militar : **"Consolida-se a tese de eleição militar"**,

(04/04/64); **"Governadores indicam Castelo Branco"**, **"Militar chefia a Nação, tese empolga São Paulo"**, (05/04/64); **"Cresce continuamente o apoio ao general Castelo Branco"**, **"Cresce movimento popular pró candidatura do general Castelo Branco"**, (07/04/64); **"UDN apoia sem restrições o nome de Castelo Branco"**, (08/04/64).

Enfim, é **"Sancionada lei para eleger presidente"**, (08/04/64).

A crença que **"Democratas dominam toda a nação"**, (03/04/64), ruirá frente aos fatos que se desencadeiam. A última página do jornal do dia 9 de abril de 1964 anuncia um período de autoritarismo por parte dos governantes e perda dos direitos e liberdade de expressão do cidadão : **"Devassa e prisões em todos país, toneladas de material subversivo"**. Subversivo passou a ser toda e qualquer ação, ou pensamento, contrário ao instituído pelo novo regime. O ato institucional número 1 seria estampado na edição do dia seguinte.

Castelo Branco foi eleito no dia 11 de abril, tomou posse no dia 15 declarando-se, na manchete da última página do dia 16, **"Escravo das Leis do País"**. No mesmo dia de sua eleição, anunciam-se expurgos, em outras palavras, purificações : **"Expurgo : 100 nomes na lista"**; ao mesmo tempo que se justifica esta ação: **"Adverte ao povo que só o expurgo consolidará a vitória democrática"**.

"Perdem os direitos mais 62", (15/04/64); **"Suspensa a atividade de deputados privados de seus direitos políticos"**, (18/04/64). No dia 30 do mesmo mês, propõe-se a cassação dos títulos de João Goulart, Jânio Quadros e Leonel Brizola.

As manchetes dos dias 03 e 06 de junho sintetizam as diretrizes do governo : **"General Cordeiro : A revolução modificará a fisionomia do Brasil"**; **"Castelo : A revolução inicia novo estilo de governo"**. No dia 09 anuncia-se a cassação de Jucelino Kubtschek : **"As provas contra Kubtschek : corrupção e aliança com o P.C."**, Partido Comunista. A UNE, União Nacional dos Estudantes, é extinta no mesmo dia.

As cassações se tornam lugar comum das manchetes : **"Espera-se hoje lista de cassação"**,(13/06/64); **"Cassados mais 37, sai hoje nova lista"**, (14/06/64); **"Últimas listas cassaram 71"**, (16/06/64).

O apoio demonstrado anteriormente começa a dar mostras de falência : **"Parlamentares manifestam inconformismo ante às últimas listas de cassação"**, (17/06/64); **"Meios políticos perplexos com as medidas do governo"**, (28/06/64).

O governo não arrefece diante destas manifestações : **"Novas prisões são solicitadas"**. (22/10/64); **"Decretada prisão de 31 em Santos"**, (25/10/64);

ao contrário, ameaça através da fala do general Mourão Filho, **"Os congressistas não são intocáveis"**, (27/10/64); tanto quanto justifica o presidente: **"Castelo : linha dura é defesa do regime"**, (31/10/64).

Todo o ano de 1965 é marcado por ações que tornam inelegíveis muitas pessoas : **"Governo envia ao congresso o projeto das inelegibilidades"**, (23/06/65). Trata-se de uma emenda constitucional promulgada pelo presidente que se declarara **escravo das leis**; - a justificativa continua a ser a manutenção da ordem da chamada Revolução : **"Governo empenha-se em dar garantia à Revolução"**, (30/06/65).

O então ministro Costa e Silva advertia que **"...a Revolução continuava"**, (02/10/65); desse modo, o possível resultado das eleições para Governadores de Estado, no qual : **"A oposição vence na maioria dos Estados"**, (05/10/65), não poderia ter outro significado **: "O resultado do pleito preocupa os militares"** (05/10/65); **"Registra-se sintoma de forte inquietação na área militar"**, (06/10/65).

A instabilidade deste momento de nossa história é registrada pelas indas e vindas das manchetes, é quando o governo percebe que pode perder o comando, através de eleições diretas para presidente, para as oposições: **"Intensificam-se rumores sobre eleições indiretas"**, **"Espalham-se boatos no Rio"**, (07/10/65); **"A revolução será preservada"**, (10/10/65); **"Castelo proporá eleição indireta"**,(12/10/65); **"Presidente é contra eleições indiretas"**, (15/10/65); **"Há expectativa e apreensão nos meios políticos"**, (24/10/65).

Nesse período estão acontecendo manifestações na Universidade de Brasília, fato retratado pela imprensa como crise : **"Reitor da UNB faz denúncias"**, (12/10/65); **"Conselho da UNB apóia reitor"**, (14/10/65); **"Intensifica-se a crise na UNB"**, (19/10/65). Professores decidem demitir-se coletivamente. Esta seqüência de manchetes mostra como o quadro de insatisfação em relação a postura do governo se ampliava.

A manchete do dia 27 justifica os direitos cassados em prol de um bem maior : **"Novo Ato poderá fazer o que a Revolução não fez"**. No dia 28 do mesmo mês o Governo baixa o novo Ato Institucional, (número 2), que extingüe partidos e fixa as eleições indiretas. Dia 29 de Outubro : "**Adaptações da Carta ao Ato"**.

Já no início de 1966 observamos as articulações em torno do nome que deverá substituir o presidente Castelo Branco: **"Militares satisfeitos com a aceitação de Costa e Silva"**, (03/02/66). A eleição acontecerá : **"Presidente será eleito em 3 de outubro"**, (06/02/66); **"Preparada na área militar a candidatura do ministro"**, (13/02/66).

No dia 28 de junho, o governo está em seu décimo primeiro Ato Institucional. As cassações parecem não acabar : **"Cassações atingem 25 deputados"**, (05/07/66);**"Em um mês mais 130 cassações"**, (06/07/66); **"Castelo cassará na área federal"**, (09/07/66); **"Virão mais 100 cassações"**, (14/10/66).

Iniciamos o ano de 67 com nova Constituição, promulgada. Dia 11 de março de 1967, Castelo Branco afirma que **"o ciclo das punições estava encerrado"**; no dia seguinte, assinaria a Lei de Segurança Nacional.

No mês de abril de 1968, a Revolução que fazia dois anos, vive momentos de turbulência : **"O primeiro exército ocupa o Rio"**; **"Ação policial evitou passeata no Distrito Federal"; "Permanece clima de tensão"; "Polícia paulista mantém a ordem"; "Armas denunciam subversivos"; "Governo assegura que há infiltração"**, todas manchetes do dia 02.

É também 1968 o ano das manifestações estudantis, e o Governo responde aos chamados **"...inimigos do Brasil"**, (04/04/68), sublinhando: **"Costa e Silva : a ordem será mantida"**, (05/ 04 68); . Na seqüência, Reitores de Universidades proíbem assembléias, (15/04/68); a Polícia impede quaisquer atos públicos, (20/04/68); e o governo anuncia que **"...fará dura repressão"**, (21/04/68).

21/06/68 : **"Governo disposto a liquidar agitação"**; 23/06/68 : **"Exército aceita desafio"**.

Ainda em 1968, será firmado o acordo MEC-USAID, julgado inconstitucional pelos professores das universidades, que passam a apoiar as manifestações contrárias ao acordo feitas pelos estudantes, (26/06/68). Apesar do repúdio, a Reforma Universitária iniciou-se no dia 02/07/68. Ocorrem incidentes na PUC, Pontifícia Universidade Católica, (23/07/68); e na chamada Maria Antônia, Universidade de São Paulo, (03/10/68) - a polícia ocupará a Filosofia e o Mackenzie no dia 04 de outubro.

"Subversivo" e "terrorista" são palavras que estão sempre presentes nas páginas dos jornais. Quem é contrário ao regime é inimigo do País.

Dia 14 de outubro de 1968 o general Costa e Silva baixa o ato Institucional número 5 : **"Novo Ato : Congresso em recesso"**. Dia 15, parlamentares deixam Brasília.

O ano de 1969 se inicia com novas cassações, (24/01/69). **"O ato número 7 susta as eleições e prevê intervenções"**, (27/02/69).

No dia 02 de setembro, a manchete do jornal dá à nação a notícia, uma Junta Militar substituirá o general Costa e Silva, adoentado, na direção : **"Costa enfermo, armas governam"** e **"Militares assumem pela segurança".**

O Ato Institucional número 15 adiará as eleições municipais, elas aguardarão pelo novo presidente, indicado pelo Comando das Forças Armadas : **"Comando indica Médici amanhã"**, (25/09/69).

Na página 21 do jornal do dia 18, do mesmo setembro, uma manchete sobre a cidade: **"Pelo alto, do Centro às Perdizes"**; trata-se da anunciada **"... maior via elevada da América Latina"** - da Praça Roosevelt ao Largo Péricles.

No dia 23, anuncia-se um novo projeto sob a direção do então prefeito Paulo Salim Maluf, também elevado, ligaria **"...a Liberdade à Alcântara Machado".** Um outro artigo, também na página 21 : **"Vias elevadas, a nova mania"**, observa essa nova modalidade de solução para os problemas cotidianos de tráfego da cidade de São Paulo.[1]

As manchetes do dia 16 de outubro trazem a data da reabertura do Congresso Nacional. Dia 17 é apresentada a nova Constituição, outorgada pelos Ministros no dia seguinte. Dia 22 do mês corrente, e com sua ação reduzida, (19/10/69), o Congresso volta a funcionar, reaberto para a eleição do novo presidente general. Emílio Garrastazu Médici inicia seu mandato dizendo : **"...esforço trará progresso".** Nos primeiros dias de 1970 já anuncia : **"Crescimento recorde, previsão de Médice"**, (07/01/70). No dia 10, o presidente comemora a Usina Hidroelétrica de Urubupungá, confirmando sua qualidade representativa : **"Urubupungá é o progresso".**

No dia 27 será inaugurada a praça Roosevelt, marco inicial do Minhocão. O acontecimento contou com a presença do presidente Médice, ao lado do prefeito Paulo Salim Maluf.

A fala do presidente, em um discurso proferido no Rio Grande do Sul, traduz o mote de seu governo : **"Convoco os meus conterrâneos e todos os brasileiros para uma nova batalha, em que se jogam os destinos deste País : a batalha do desenvolvimento nacional, iniciada em 1964; a batalha em que a vontade de 90 milhões de pessoas assumem a decisão de trabalhar pelo bem comum; a batalha em que no ato final da vitória os brasileiros vão fazer o transplante da grandeza do Brasil, da geografia para a história"**, (05/03/70).

Em 28 de fevereiro de 1970, o General Emílio Garrastazu Médice mandava um aviso sobre os Atos Institucionais: **"É cedo para revogar o AI 5"**. Os direitos do cidadão ficariam suspensos ainda, por algum tempo...

---

[1]Em geral, artigos sobre a cidade ocupavam não mais que uma página no diário, e não tinham lugar fixo, eles poderiam estar entre as páginas 13 e 22 do jornal. Com o passar do tempo, a cidade ganha maior espaço nos jornais, o volume de artigos sobre *soluções* e *problemas* urbanos cresce, na medida em que cresce a cidade. Este assunto mereceria pesquisa cuidadosa, que pudesse apontar não só o aumento quantitativo de espaço dedicado à cidade nos meios de comunicação, em especial na imprensa escrita, bem como as mudanças qualitativas ocorridas no tratamento do urbano.

ELEVADO COSTA E SILVA

"É importante eliminar o conceito radial perimetral, congenitamente associado à idéia do Centro único".

Jorge Wilheim[1].

A Metrópole da década de 60, já congestionada, traz à cena a defesa das vias expressas, que rasgam a cidade e permitem melhor circulação e acesso. Através da negação de um modelo urbano que convergia e adensava o centro, informam-se as novas bases para o planejamento da cidade

A radial Leste-Oeste, Plano do qual faz parte a via elevada que será denominada Arthur da Costa e Silva, insere-se nesta perspectiva. Esse trabalho recorta apenas parte deste projeto, o trecho que liga a praça Roosevelt ao Largo Padre Péricles. Entretanto, a análise elaborada sobre o Minhocão refere-se a todo o Plano; ou seja, a investigação acerca da figura do planejamento em geral, e do planejamento urbano em especial, realizada nos capítulos 2 e 3, pode ser relacionada à toda intervenção.

A particular história da via elevada nos é contada a partir de duas fontes. A primeira delas, reúne os processos arquivados da obra; a segunda coleciona artigos escritos e entrevistas realizadas pela imprensa a respeito da obra.

Luis Gomes Cardim Sangirardi, funcionário do Departamento de Urbanismo, foi identificado pelos jornais da época como autor das diretrizes que permitiram a realização do projeto. Em entrevista ao Jornal da Tarde, (26 de dezembro de 1976), justificava a decisão da construção de uma via expressa baseado no *"risco que o Centro da cidade corria de ser confinado"*, graças ao desenvolvimento de um outro projeto.

Esse projeto era um segundo anel viário, inicialmente proposto na década de 40, e que funcionaria como um complemento ao primeiro anel de autoria de Prestes Maia. O novo anel seria formado pelos viadutos da rua Maria Paula, praça João Mendes, avenida Mercúrio, Avenida Senador Queirós, avenida Ipiranga e avenida São Luis. O objetivo era melhorar o tráfego, uma vez que o primeiro anel tornara-se mão única por causa do excesso de veículos, mas mesmo essa modificação não impediu que o sistema tivesse sua capacidade esgotada.

[1] São Paulo, Metrópole 65 - subsídios para seu plano diretor; São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1965, pág 79.

Sangirardi, na época da entrevista, assessor técnico da gabinete do prefeito, compartilhava do julgamento de que um segundo anel concentraria ainda mais a já populosa e problemática área Central.

Na verdade, Sangirardi fora autor de um plano de reserva da área necessária, elaborado ainda na gestão Faria Lima, uma diretriz de desapropriações, o primeiro passo para viabilizar a execução de uma futura via expressa. Entretanto, o então prefeito recusou a proposta, acreditando ser essa solução polêmica e muito dispendiosa.

Reapresentada ao novo prefeito Paulo Maluf, é transformada; e, com alguma modificação em seu traçado, a via expressa, agora elevada, é construída.

Nesse capítulo, pretendemos tratar da história da via elevada, logo apelidada de Minhocão, também conhecida por Elevado Costa e Silva, em homenagem ao general, presidente da república de 1967 à 1969. A idéia é contrapor nossas duas fontes - a história que chamamos *oficial* : o processo de licitação, o memorial descritivo, as declarações das autoridades; à história *oficiosa* : os artigos de jornal, os depoimentos de usuários, moradores e proprietários dados à imprensa no decorrer desses anos.

via elevada, minhocão

"O prefeito Paulo Maluf tinha pressa, seu mandato era curto"
Otávio Camillo Pereira de Almeida[2]

Na data de composição do Memorial Descritivo do futuro Elevado Costa e Silva, estava em construção o trecho do Plano Leste - Oeste, que ligava a futura Praça Roosevelt ao Parque Dom Pedro. O trecho de continuação desta via, nosso objeto de estudo, foi projetado entre a Praça Roosevelt e o largo Padre Péricles - passando pelo eixo da rua Amaral Gurgel, defletindo em seguida na direção da avenida São João e prosseguindo pela avenida General Olímpio da Silveira até o largo.

O plano apresentado como complemento à diametral Leste-Oeste, ainda na gestão Faria Lima, previra uma via elevada, a oeste, até o Largo do Arouche. Otávio Camillo, diretor de obras na gestão Paulo Maluf, acreditando que essa

[2] Secretário de Vias Públicas do Município de São Paulo, em entrevista de 23 de Dezembro de 1976 ao Jornal da Tarde.

extensão iria engarrafar ainda mais o trânsito da Avenida São João, defendeu, e construiu, seu prolongamento até o Largo Padre Péricles.

Segundo a análise realizada por Sangirardi[3], o resultado construído não era de boa qualidade, a adequação das propostas do Plano ao projeto da obra careceram de melhor elaboração : o projeto não *"teria estudado bem o impacto da obra na região"* (...), *"nem suas consequências estéticas"*.

O plano, ao contrário, fora competente na medida em que pretendera viabilizar o deslocamento através de vias expressas: *"a solução viária foi ótima"*, especialmente em direção à zona Oeste, sem ele a avenida São João, sustenta Sangirardi, seria um *"caos absoluto"*. Em outras palavras, no entender daquele que elaborara o plano, o projeto e a obra não responderam à altura do plano, muito embora cumprisse *a principal tarefa*.

A prefeitura do município de São Paulo havia contratado a empresa de engenharia e projetos HIDROSERVICE LTDA, para a elaboração do projeto, bem como todo o detalhamento estrutural e de acabamento.[4]

O edital de concorrência 347/69 estabeleceu o prazo de entrega das propostas até as quinze horas do dia seis de outubro de 1969. Deveriam ser entregues dois envelopes, um primeiro, referente à qualificação; e um segundo, com as propostas de preços e cronogramas. A execução da obra seria de empreitada por preços globais, e o regime de trabalho de 24 horas diárias.

Quanto à qualificação, seriam consideradas aptas as construtoras ou o consórcio delas que apresentassem realizadas nos últimos cinco anos : execução de escavação para fundações totalizando 5000m3; execução de fundações com estaca totalizando10.000ml; execução de fundação com tubulões totalizando 2000m3; ou 700m3 de tubulões a ar comprimido; execução de uma obra urbana de arte em concreto protendido de pelo menos 5000m2; execução de pontes e viadutos totalizando 20000 m2 em concreto protendido; e execução de uma obra de arte com vão mínimo de 35m em concreto protendido. Somadas a estas comprovações, as empresas deveriam

---

[3] Entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, em 23 de dezembro de 1976.

[4] O processo (arquivado sob as etiquetas números 03.005.356.92.26 e 13.010.138.79.17), em suas primeiras páginas, já trata da licitação que escolherá a construtora. A esta altura o ante-projeto já esta pronto, e é peça fundamental pois regula, a partir da técnica construtiva adotada, o processo de classificação das construtoras inscritas. Existe um dispositivo que faculta a contratação de um escritório, empresa ou arquiteto cuja capacitação profissional é reconhecida, assim, justificou-se a contratação pelo renome da empresa de engenharia e projetos, bem como pela urgência que o poder público tinha de executá-la. Podemos observar esta urgência na fixação do prazo de 14 meses para a construção da obra.

ainda apresentar declaração de equipamentos de propriedade da empresa, bem como comprovação de capital.

Uma vez que o critério de qualificação exigia grande experiência, apenas quatro participantes conseguiram se classificar para a segunda fase. De acordo com a proposta de orçamento e cronograma apresentadas, ficaram assim classificadas - em primeiro lugar, o Consórcio Construtor Brasileiro de Estruturas; em segundo, a Rossi Engenharia; em terceiro, o consórcio Heleno & Fonseca; e em quarto lugar o consórcio Badra, Beter & Azevedo Travassos.

A proposta mais vantajosa era, obviamente, a primeira, mas a construção da via elevada seria executada por duas empresas.

Uma das variáveis de maior peso desta obra foi seu tempo de construção. O tipo de fundação, indicado pela HIDROSERVICE, demandava o emprego de uma tecnologia que nenhuma das concorrentes dispunha em grau suficiente, de modo a imprimir o rítmo necessário para o término das obras em 14 meses[5]. A solução proposta pelo então Secretário de Obras, Sergio Ugolini foi a divisão da obra em dois contratos, *"a fim de somar esforços"*[6]. Desta maneira, a Rossi Engenharia passou a dividir a obra com o Consórcio Construtor Brasileiro de Estruturas.

Esta é a versão oficial de como aconteceria a construção do Elevado Costa e Silva, um resumo do que ficou no Arquivo de Processos Encerrados do Município de São Paulo.

processo de mudança de um lugar

> *"A avenida São João de nossos dias não chega nem perto da rua alargada no começo do século, com pretensões a ser uma das mais importantes de São Paulo. Hoje ela padece de velhice e deterioração, que os mais críticos preferem chamar de decadência. O fato é que a expansão natural da cidade fez com que ela se transformasse. O que resta hoje é um emaranhado de movimentos confusos, contrastantes e, às vezes, chocantes.".*
>
> Folha de São Paulo, 05 de novembro de 1978.

[5]A tecnologia em questão é a de campânulas, que permitem a construção de tubulões e blocos de apoio.
[6]Conforme folha 209, do processo 232.017 de 24/10/69

A imprensa da década de 60 dedicava, como já foi dito, em termos proporcionais, um espaço bastante pequeno de sua publicação à cidade. Com o passar do tempo, a cidade ganha espaço nos jornais, o volume de artigos sobre os *problemas* e *soluções* urbanos cresce, talvez na proporção do crescimento da cidade. Procurando tramar as informações, podemos investigar as possíveis interações ocorridas entre a obra, seu usuário e o entorno.

A pesquisa junto a jornais toma forma de uma coleção de notas e notícias. Esse processo elabora reconstruindo o objeto de estudo.

As notícias sobre o Elevado Costa e Silva falam freqüentemente sobre a *decadência* e *decomposição* do entorno da obra; e mais, associam essa decadência ao elevado, como podemos observar através destas manchetes:

"O elevado que acabou com a alegria da velha avenida". O Estado de São Paulo, 07/11/76.

"Testemunhas de um fato grave: São Paulo em decomposição". O Estado de São Paulo, 25/10/77.

"A decadência da avenida; o elevado deteriorou a São João e nem é mais alternativa de acesso". Folha de São Paulo, 18/08/80.

Ou ainda, através dos excertos de artigos:

"No dia 24 de janeiro de 1970, São Paulo ganhava um presente de aniversário do então prefeito Paulo Maluf, que gastou 45 milhões para a construção da via elevada Costa e Silva. A partir daí, a avenida São João outrora "cartão postal da cidade", entrou num processo de deterioração urbana irreversível" Folha de São Paulo, 18/08/80.

"A cidade se decompõe numa grande área cortada pelo elevado Costa e Silva, o "Minhocão", entre a rua Ana Cintra e a Praça Marechal Deodoro." O Estado de São Paulo, 25/10/77.

Uma clara relação é também estabelecida entre o Minhocão e a *falência* dos negócios :

"Nenhum negócio pode florescer aqui"(...) "Ninguém passa por aqui a não ser automóvel ou ônibus. De noite isto está virando uma autêntica área de prostituição. Muitos edifícios, inclusive, se transformaram em cabeças-de-porco e firmas conceituadas terminaram fechando suas portas". Depoimento de Isabel Figueiredo, moradora, à Folha de São Paulo, 10/07/74.

Embora artigos de diferentes períodos reapresentem esse aspecto, as autoridades, que de uma maneira ou de outra, participaram de sua concepção e construção, negam essa relação. O Elevado Costa e Silva seria apenas um *agente* que ampliaria, mas nunca a *causa*, já que todo o centro sofria esse movimento de degradação e fuga das classes sociais de maior poder aquisitivo.

"A deterioração da região já estava em andamento. O que o minhocão pode ter feito, no máximo, foi acelerar esse processo irreversível." Depoimento do Secretário de Vias Públicas, Otávio Camillo Pereira, ao Jornal da Tarde de 23 de dezembro de 1976.

Entretanto, o julgamento dos comerciantes leva em conta a rapidez e o deslocamento acima dos estabelecimentos provocado pela intervenção. Um usuário que se interessa apenas no deslocamento que realiza; um ex-consumidor para o comerciante.

"Durante o dia é o movimento dos carros e gente que invade isso tudo. São pessoas correndo, os offices boys, é tudo muito depressa. Então não pode existir comércio bom porque ninguém pára.". Folha de São Paulo, 05/1//78.

Através dessas falas podemos perceber que não se trata apenas de um problema relativo à altura em que se dá o deslocamento, mas a todo um movimento que, cinético, parece operar como uma barreira impedindo que as coisas adquiram visibilidade.

Na verdade, o Elevado Costa e Silva não afungentou apenas os consumidores, mas sim o usuário em geral, como retrata o depoimento de Ana Stephan, proprietária da Ortopedia Alemã, na avenida São João 2026, a O Estado de São Paulo, em 25/09/77 : ***"... o Minhocão nos expulsa, o movimento vem decaindo a cada dia, ninguém quer enfrentar essa poluição e o ambiente".***

A possibilidade de desvalorização dos imóveis associado à perda de qualidade de vida do local era uma consequência possível - o exemplo da interação entre vias elevadas e imóveis vizinhos ocorrido em outros países foi referido pela tanto pela imprensa, quanto pelos depoimentos contrários à intervenção :

"Os arquitetos norte americanos e ingleses têm uma inflexível teoria a respeito de pistas elevadas. Acham que um elevado representa sempre a morte da via que está por baixo e a conseqüente desvalorização imobiliária da área que corta. Se essa teoria é válida em todos os casos é difícil afirmar-se. Mas, no caso da Avenida São João, tem exatidão matemática". O Estado de São Paulo, 10/07/74.

"Antes de sua construção, os urbanistas e os arquitetos já profetizavam um futuro nebuloso para os imóveis da região. E, para isso alertaram as autoridades municipais da época (fins de 1969), lembrando que, enquanto São Paulo iria construir o maior elevado da América Latina, a Prefeitura de São Francisco, nos Estados Unidos, estava iniciando a demolição de uma obra idêntica, por causar aos moradores os mesmos problemas hoje enfrentados pelos comerciantes e proprietários de imóveis próximos ao Minhocão : desvalorização, poluição ambiental e decadência urbana". Folha de São Paulo, 18/08/80.

Neste mesmo artigo de 1980, a Folha de São Paulo chamava a atenção para a desvalorização dos imóveis, que reflete no valor dos aluguéis :

"...imóveis foram desvalorizados em até 40% depois da construção do elevado. As cicatrizes não param por aí : os baixos preços dos aluguéis, tanto de apartamentos quanto de estabelecimentos comerciais, não conseguem atrair interessados."

A entrevista com o encarregado do departamento de locações da Orban-Organização Imobiliária, não deixava dúvidas :

"Ele concorda, entretanto, que depois da construção do Minhocão houve uma diminuição da demanda de interessados é uma desvalorização típica das regiões próximas aos elevados". Folha de São Paulo, 18/08/80.

A queda do valor dos imóveis e dos aluguéis, estabelece estreita ligação com a mudança de usuários. Trata-se de um acontecimento que reúne dois movimentos. O primeiro deles conforma um período no qual, muitas pessoas, deixando suas casas e estabelecimentos, abandonam o lugar:

"Já não existe mais a evasão em massa igual a que ocorreu durante a construção, quando os prédios como o Potiguara ficaram,(no. 1889 da São João) por exemplo, com setenta por cento de seus apartamentos vazios. O Estado de São Paulo, 07/11/76.

"Nesta reportagem apresentamos cenas e sofridos personagens dessas ruas, gente que não pode escapar da desvalorização dos imóveis e da vida desconfortável à beira do elevado".(...) "...o ar de preocupação de Dona Ana : todo o edifício acima de seu estabelecimento está vazio, todos fugiram do Minhocão". O Estado de São Paulo, 25/10/77.

No segundo, temos um rearranjo, um novo perfil de morador que vem ocupar os imóveis, cujos aluguéis e valor tornaram-se, agora, acessíveis :

"É o caso da viúva que mora no apartamento 42, do número 1.920. Ela está ali há quatro anos e comprou a moradia do terceiro andar - o andar daquele prédio mais atingido pelo "minhocão" - a baixo preço, durante a desvalorização, e nem se incomoda mais com o barulho".(...) "Casos como o da viúva do terceiro andar são comuns entre os moradores ao longo do 'minhocão', na maioria gente de renda baixa, empregados de escritórios das adjacências ou mesmo das lojas embaixo, que ganham um ou dois salários mínimos e não podem pagar altos aluguéis." O Estado de São Paulo, 07/11/76.

"Quem passa pela via elevada pode observar instantes de intimidade de centenas de seus apartamentos. A maioria de seus moradores não se importa muito, vieram ocupar vagas deixadas por outros impelidos para zonas sem tanta fuligem, poluição, barulho e eventualmente pedras ou garrafas vazias lançadas dos automóveis contra as vidraças." O Estado de São Paulo,25/10/77.

A maioria dos artigos reunidos sobre o Elevado Costa e Silva realiza um balanço e condena a obra. A ênfase acontece nos dez primeiros anos, quando os movimentos acima descritos ocorrem na mesma intensidade com que o trânsito cresce e passa a engarrafar sob e sobre o seu percurso :

"Em algum momento, antes ou depois de sua inauguração, o elevado Costa e Silva foi seriamente encarado como solução para o trânsito?(...) Sem tom de profecia, o professor (Karl Ruppenthal, prof. de administração de transportes em várias cidades americanas) anteviu, em janeiro de 1971, quatro dias depois da inauguração, o que iria ser o cotidiano do Minhocão dali em diante : - É uma solução temporária para o trânsito de São Paulo. Quando aumentar o número de veículos ele não conseguirá dar vazão ao tráfego. Além disso, vias elevadas são antiestéticas, aumentam o barulho e a poluição do ar." Folha da Tarde, 11/12/76

"Quase dez anos depois de sua construção, o elevado Costa e Silva, ou "Minhocão", como é mais conhecido, não pode nem mesmo ser considerado como uma alternativa de acesso para a região Oeste - conforme projeto inicial - porque sua capacidade de tráfego está saturada." Folha de São Paulo, 18/08/80.

demolição : unanimidade ou desinformação?

> ***"Numa recente entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha preconizou a demolição pura e simples do elevado. Mais como um reforço à tese de condenação desse tipo de via do que como uma esperança de que realmente se concretizasse tal medida. Mas a entrevista gerou várias cartas de leitores, apoiando a sugestão, numa demonstração clara de que a crítica ao Minhocão tende mesmo à unanimidade."***
>
> Folha da Tarde, 22/12/76.

Para o discurso oficial, o problema era técnico, relativo às ligações e melhoria do tráfego da área. Como tal, deveria ser resolvido eficaz e rapidamente, o tempo assim demandava. Para a cidade e suas relações sociais, o tempo que passa parece expor, através da perda e mudança de suas qualidades, a degradação e transformação do lugar.

Esta dissonância entre discursos pareceu-nos um caminho de investigação. Entretanto, no desenvolvimento deste percurso, um terceiro discurso estava ainda por surgir, o do usuário atual.

Os artigos da década de 90, que pudemos colecionar, corroboram do julgamento que condena o elevado, ao mesmo tempo em que parecem sinalizar uma preocupação com o processo de degradação do centro como um todo. Apoiado em depoimentos de arquitetos e urbanistas, um artigo, em especial, faz um balanço da obra :

"Vinte anos depois, o minhocão ainda divide a cidade". O Estado de São Paulo, 20/01/91.

Mas, qual o significado desta divisão?

Ao contrário do que se esperara, a idéia de que a solução para o Minhocão é a demolição, não é uma unanimidade. O artigo complementar, cujo título é : ***"Moradores são contra demolição"***, fala sobre o desconhecimento dos atuais moradores sobre a deterioração que a obra causou aos imóveis da região. Seria a linha divisória a desiformação?

Ao novo usuário, pouco importa o nível de ruído, a feiúra do partido arquitetônico, ou a pouca manutenção : ***"A gente morava na Estrada da Freguesia do Ó, e lá era mais barulhento"(...) "Nem sentimos quando mudamos para cá"***, depoimento de Disma Giovanazzi; moradora do terceiro andar, a O Estado de São Paulo, 20/01/91.

A divisão aqui ganha um outro sentido, o da exclusão. O Elevado Costa e Silva colabora na criação de um novo lugar, cujos moradores se submetem às condições adversas, apenas porque a situação anterior, mostrava-se ainda pior.

Assim, o que pode nos parecer adverso assemelha-se a um bom lugar, houve ganho na qualidade de vida dessa população, contradizendo a unanimidade[7].

No entanto, não há apenas essa matiz de usuário que defende o Minhocão:

"É bom, tem que ter mais disso, até que não é tão feio", diz Emanoel Fairbanks, 63 anos, farmacêutico, usuário motorizado do Minhocão, em entrevista realizada durante a pesquisa de Campo.

"A cidade precisa é de mais elevados", Fernando Brunoro, estudante de medicina, morador do 15 andar de um edifício em frente ao elevado, e que usa o Minhocão para ir à Escola Paulista de Medicina diariamente, entrevista a O Estado de São Paulo, 20/02/91.

"Além de repudiar a idéia de demolição, a contadora aposentada Ilka Ferreira Gomes também é contra o fechamento do Minhocão aos domingos, quando ciclistas e pedestres o utilizam para lazer, (...) Ela mora no Prédio há quase 30 anos". artigo de O Estado de São Paulo, 20/01/91.

E estas defesas, participariam de algum tipo de desinformação?

Apesar de contradizer nossas hipóteses, que previam um uníssono na rejeição do elevado, a informação de que existiam pessoas favoráveis à obra abriu nova chave nesta pesquisa.

Uma hipótese frustrada que se transforma num ponto de investigação, e amplia suas possibilidades quando, por ocasião da pesquisa de campo, pudemos constatar que o Minhocão deixou de ser um ponto referencial do lugar para os usuários, ele se tornou de tal modo participante da paisagem que, de algum modo, perdeu sua visibilidade.

Todas essas dúvidas participam ativamente deste trabalho, e são retomadas nos capítulos que se seguem.

---

[7] *"Como 99% da população, não gosto"*, garante o arquiteto Carlos Bratke. *"É uma obra de violência"*. O Estado de São Paulo, 20/01/91.

PLANEJAMENTO

Esse capítulo tem como objetivo investigar a figura do Planejamento. Desde o princípio do trabalho de Mestrado, o Plano, enquanto ideário e prática, estivera presente nos resultados das pesquisas realizadas. Assim, o Minhocão surge como parte de um Plano maior, a ligação Leste Oeste; o contexto geral, do qual participa o futuro Elevado Costa e Silva, apresentava índices de que o Planejamento tinha assumido importante papel dentro da sociedade brasileira[1].

Foram formuladas algumas questões básicas para o desenvolvimento dessa chave da pesquisa. Quando o Plano passa a representar papel fundamental na idéia de desenvolvimento? Por que o Planejamento se torna parte inalienável da cultura brasileira? Estaria este Planejamento alinhado a alguma chave de pensamento? Em outras palavras, como se relacionam seu ideário e prática à complexificação da tecnologia na estrutura mundial?

Nossa estratégia será, cotejando o fenômeno da industrialização ao crescimento das cidades, buscar possíveis respostas para as questões apresentadas. O foco da análise, nesse primeiro percurso, é a relação estabelecida entre o processo de industrialização e o Estado, através da atividade de Planejamento.

Em seguida, analisamos um tipo especial de planejamento que, abandonando a produção científica, confunde-se com *ideologia*.

Interessa-nos investigar o significado de ideologia, como e quando ela passa a operar, e, principalmente, que movimento é esse, que transforma as decisões, - sejam elas de âmbito geral, ou específicas da cidade -, em problemas técnicos; algo que, sendo específico dos *experts*, desarticula o poder de reivindicação e participação da população. Uma lógica que esvazia o significado político do cidadão.

Finalmente, relacionamos o Memorial Descritivo da Obra, Elevado Costa e Silva, à análise desenvolvida sobre planejamento e ideologia.

O exercício será procurar pelas frases, bem como entrelinhas, que denotam o que acreditamos ser exemplos de uma ideologia que, operando através do discurso oficial, realiza sua análise, dita rumos, tira suas conclusões; em resumo : justifica sua obra.

---

[1]Essa afirmação baseia-se em informações presentes no trabalho programado número 2 : Dossiê Elevado Costa e Silva, realizado para o exame de Qualificação.

> *"A análise da industrialização brasileira põe em evidência que, não obstante a orientação desta derivar-se fundamentalmente do processo de substituição das importações, a captação de recursos dependeu fundamentalmente da ação do Estado. Este, além de ampliar as bases da estrutura industrial, colocou à disposição do setor privado uma massa considerável de recursos financeiros".*
>
> *Celso Furtado*[2]

A partir da crise de 29, e da condenação do *laissez faire* [3], o governo volta a estar envolvido no processo econômico, pretendendo assim, garantir seu bem estar e crescimento.

O contexto mundial de crise econômica expõe a fragilidade e as limitações da economia monocultora brasileira, e define o momento de ocorrência da Revolução de 30. Compreendida como a revolução burguesa no Brasil, ela representa o aparecimento de um novo agente social, o capitalista industrial. No entanto, as mudanças sinalizadas por este agente demandam um período de adaptações no qual, a economia do país continuará sendo agroexportadora; ou seja, embora o poder oligárquico tivesse sido derrotado politicamente, boa parte do poder, especialmente o local, permanecerá ligado à terra e a sua propriedade[4].

A economia baseada no capital comercial funcionou, ao longo do tempo, como um obstáculo à formação de uma rede urbana (Oliveira, 1982), criando apenas alguns centros de convergência de mercadorias. O resultado é um pequeno número de cidades, elos entre a produção e a circulação internacional de mercadorias.

O ideário da Revolução de 30 fixa bases para um desenvolvimento econômico capaz de resistir às flutuações internacionais. Planejando a industrialização nacional, inaugura uma nova fase nas relações entre Estado, a economia e a sociedade.

Todo esse processo estará intimamente ligado à cidade. O fenômeno urbano, apontado como uma das variáveis que compõe o quadro referencial da

---

[2] Furtado, Celso; Análise do Modelo Brasileiro, Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, coleção Perspectivas do Homem, 1972, pág. 24.

[3] Termo que supõe a não intervenção do Estado na economia; ausência de mediação condenada após a crise de 29, especialmente pelo economista J. M. Keynes, (1883-1946).

[4] *"O eixo político se deslocou do campo para a cidade, embora não fosse verdadeiro quanto ao eixo econômico da vida nacional"*; Cardoso, 1975, pág. 153.

Revolução de 30 (enquanto lugar e condição - crescimento da classe média, imigração européia de mão de obra; os movimentos políticos - tenentismo; e culturais - semana de 22), será ampliado através das diretrizes revolucionárias.

O processo de industrialização imprime, através do Estado, uma nova lógica à urbanização, que é a própria lógica de acumulação do capital industrial.[5]

O discurso do governo Getúlio Vargas - plasmado em Constituição outorgada durante o Estado Novo, 1937 - denota a crescente centralização de poder implementada pelo Estado-mediador. Ela é legitimada na medida em que regula e ordena deficiências e conflitos do *"jogo das competições individuais"*.

Em outras palavras, justifica-se o grau de intervenção que acontece na economia, sociedade e vida política, porque o Estado é o representante dos interesses da Nação.

Chamando a si a responsabilidade das decisões, o poder Executivo atua hegemonicamente sobre o Legislativo e o Judiciário, de tal sorte que, o Executivo, posto num grau de excelência, será *confundido* com o próprio governo. (Ianni, 1971).

O Estado contribui para a aceleração do processo de urbanização utilizando mecanismos próprios, retraindo seu apoio à produção agrícola e incentivando a produção industrial, operando, então, como *indutor* da migração campo-cidade.[6]

Visto do ângulo das relações sociais de produção, têm-se o exemplo de como o Estado assume também o papel de mediador das relações entre trabalho e capital. Quando as leis trabalhistas são instituídas, (número de horas a trabalhar, férias remuneradas, décimo terceiro salário, a contribuição sindical obrigatória e, especialmente, a instituição do salário mínimo), o governo fixa o valor da força de trabalho, assim o industrial poderá saber quanto gasta com mão de obra, podendo planejar o seu negócio : *quanto maior a racionalidade, maiores as chances de lucro.*

---

[5] *"A urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital"*. Santos, 1979, pág. 13.

[6] *"Do ponto de vista da produção social do trabalho, o Estado vai direcionar a potência do seu poder de coerção extra-econômica (processo bem estudado já por Celso Furtado, Caio Prado e outros...), vai tentar mudar o padrão de acumulação, em outras palavras, vai fazer a famosa transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e os seus aparelhos de estado para potenciar a acumulação industrial..."* . Oliveira, 1982, pág. 44.

A contrapartida dessa fixação, é que o Estado, opera não só como regulador, mas como um verdadeiro mecanismo *criador* de mercado de trabalho. O processo de acumulação industrial é simultaneamente de acumulação urbana, transformando em *exército de reserva* os trabalhadores que excedem o número de empregos que a indústria pretende oferecer.(Oliveira, 1982).

A ação reguladora do Estado será complexificada em sua dimensão estratégica e ganhará contornos claros de Planejamento a partir das mudanças do cenário mundial pós-Guerra, que confirmam alterações econômicas, sociais e políticas: a Segunda Gerra Mundial é o momento em que, provavelmente, inicia-se a utilização da técnica de Planejamento pelo governo brasileiro[7].

Esse contexto demanda um *compatível* incremento do corpo técnico para viabilizar o governo - *regular e ordenar* exigem estrutura técnica e pessoal qualificado. O processo de burocratização aumentou pessoal, cargos e atribuições - a chamada tecnoestrutura.

Getúlio Vargas será deposto em outubro de 1945 - em desacordo com a estrutura mundial, a política do Estado Nacionalista dificultava a entrada do capital estrangeiro; uma outra política, de inspiração liberal, ocupa o poder, e irá, programaticamente, neutralizando as intervenções operadas pelo governo anterior, consequentemente, alinhará o Brasil à nova lógica : não basta industrializar-se, é necessário industrializar-se segundo os moldes das nações desenvolvidas; o que significa estar permeável à entrada do capital internacional[8].

O Planejamento é, portanto, base para a expansão econômica, será instrumento, meio , para que a lógica mundial acima citada, *as novas exigências do capital*, sejam satisfeitas.[9]

---

[7] *"Ao menos, foi nesta época que a planificação passou a fazer parte do pensamento e prática dos governantes, como técnica "mais racional" de organização das informações, análise de problemas, tomada de decisões e controle da execução de políticas econômico - financeiras".* Ianni, 1971, pág. 43.

[8] Entretanto, serão coetâneas, embora incongruentes, as tentativas de desligamento do Estado enquanto mão forte que regula a economia, e as vozes do capital nacional exigindo o amparo deste Estado, único *capaz de uma ação planejada* para evitar que o setor privado *vá a pique* quando confrontado com a nova realidade.

[9] *"Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o País de uma estruturação econômica e social forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional".* (...)*."A ciência e a técnica modernas fornecem seguros elementos para o delineamento dessa planificação".* Simonsen, Roberto - O Planejamento da Economia Brasileira; São Paulo : edição do autor, 1945; in Ianni, 1971, pág. 55 e 56.

Isto significa que, a partir da década de 50, especialmente depois do governo Jucelino Kubitschek, o Brasil passa a fazer parte do chamado *capitalismo monopolista* - nesse contexto, Estado e economia se articulam decisivamente para promover o desenvolvimento econômico, dentro dessa perspectiva foi formulado o plano de Metas.

O que é importante reter é que, a partir do ideário do Planejamento, uma nova ordem geral passa a operar na estrutura de pensamento, uma lógica que não está circunscrita apenas às organizações econômicas, ela se expande também para o Estado e a sociedade.

"O poder público havia incorporado os elementos essenciais da técnica de planejamento, conforme ela podia ser aplicada no Brasil".(...)*."Em especial, a idéia e a prática do planejamento haviam sido suficientemente incorporadas à opinião pública dos principais centros urbanos. Também os setores politizados da classe média e do proletariado haviam-se envolvido no debate dos mesmos problemas. Pouco a pouco, Planejamento e desenvolvimento econômico passaram a ser conceitos associados tanto para governantes, empresários e técnicos, como para a opinião pública."*(Ianni, 1971, pág. 146).

O que de fato significaria esta história que, assim contada, parece tão *razoável*? Essa expansão, que guarda contornos de *naturalidade*, algo que acontece *necessariamente* : planeja-se sistematicamente, graças e às custas do desenvolvimento.

Quais as implicações entre a associação de conceitos como desenvolvimento, progresso e planejamento?

A história do planejamento é a história da complexificação das estruturas de organização e gestão humanas, entretanto é preciso reconhecer, nesta prática, as inúmeras intenções e interesses que se *mantém ao largo*, tornando-se, por isso mesmo, *invisíveis*.

Poderia o planejamento, contrariando as expectativas que foi capaz de engendrar - a saber, como eterno mentor da prosperidade -, ser agente no processo de manutenção do subdesenvolvimento?[10]

---

[10] *"A lista das causas do subdesenvolvimento e da pobreza no terceiro mundo não pode estar completa antes que se dê devida ênfase à importância do papel desempenhado pelo planejamento* (...). *Sem o planejamento teria sido impossível atingir uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido instrumento indispensável à*

A falácia por trás da idéia de planejamento está bastante próxima da realizada em relação à idéia de progresso. Nela, uma singular lógica de pensamento toma o todo de uma idéia apenas por uma de suas partes, privilegiando uma só perspectiva, destarte, planejamento, desenvolvimento e progresso adquirem uma qualidade positiva inerente à palavra; como se, por um passe de mágica, o ato de planejar, ou o progresso, resultassem, sempre, em *um Bem para a humanidade*.

São palavras que, de algum modo, *estreitaram* seu significado.

Que modo é esse? Que mecanismo seria capaz de provocar esse *estreitamento*? Em que momento se passa a construir essa lógica?(Que acreditamos ser fundamental desvendar para conhecer nosso objeto de estudo).

Segundo o professor Milton Santos (1979), quando o governo se envolve novamente com a economia, ele o faz com o objetivo estabilizá-la, garantindo o investimento do capital privado e planejando, assim, a industrialização. Esta operação é realizada às custas da poupança gerada internamente pela cobrança de impostos dos trabalhadores - trata-se, no limite, de um processo de transferência, do público para o privado, através da figura do planejamento. Algo que só será justificado ideologicamente[11].

Em outras palavras, se essa lógica fosse colocada a descoberto, é possível que parte da população não concordasse com as decisões, preferindo, talvez, outro caminho.

Portanto, *uma certa linguagem científica*, é avalista do *planejamento* que opera esta tranferência, e tem a importante tarefa de convencer o cidadão de que a opção do Estado, nos moldes em que foi feita, é a melhor, senão a única, *razoável*.

O próximo passo parece ser, a investigação dessa especial linguagem, bem como de seu poder de persuasão.

---

manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação das disparidades sociais." Santos, 1979, pág.5.

[11] A poupança é gerada no nível privado, pelo trabalhador, mas é operacionalizada publicamente, através da figura do Estado, que cobra impostos e financia intervenções que interessam ao capital privado. Santos, 1979, pág. 5.

ideologia, realidade invertida

> *"A ideologia tecnocrática partilha com as demais ideologias a característica de tentar impedir a problematização do poder existente. Mas distingue-se radicalmente de todas as outras ideologias do passado porque é a única que visa esse resultado não através da legitimação das normas, mas através da supressão : o poder não é legítimo por obedecer a normas legítimas, e sim por obedecer a regras técnicas, das quais não se exige que sejam justas, mas sim que sejam eficazes."*
>
> *Barbara Freitag e Sérgio Rouanet* [12]

A criação do termo Ideologia é atribuída a Destut de Tracy, e aparece em seu livro Elements d'Ideologie de 1801. O autor pretendia elaborar uma teoria baseado na análise das sensações e idéias. Entretanto, o sentido que interessa à nossa investigação é o que emprega Ideologia como doutrina, afastando-se assim, da possível análise filosófica[13].

A noção de ideologia tornou-se mais conhecida a partir dos escritos de Marx e Engels, passando a ser, junto com outro conceito, o de alienação, base da compreensão da dominação da classe burguesa, no modo de produção capitalista.

A alienação traduz a manifestação inicial da consciência : *"os indivíduos não podem perceber que a realidade de classe decorre da atividade de seus membros"*[14] , ou seja, são os homens mesmos que, através de seu trabalho constituem suas condições de vida e sua própria classe; desconhecer isto é estar submetido às condições de vida e à classe como a uma fatalidade, algo que o destino reservou.

Desse modo, alienação não é o simples engano da consciência que se afastou da verdade, mas é fenômeno engendrado pela ação social dos homens - quando o capitalista compra sua força de trabalho e não mais o produto do trabalho, rompe-se a relação fundamental entre o trabalhador e o produto

---

[12] Freitag, B. e Rouanet, S. P., org.; Habermas, série Grandes Cientistas Sociais, volume 15, São Paulo : Ática, 1980, pág.16.

[13] O sentido depreciativo e não filosófico de Ideologia foi inaugurado por Napoleão em seu discurso ao Conselho de Estado no ano de 1812. Nele, Napoleão aludiu aos ideológicos, (então corrente filosófica que marca a passagem do empirismo-iluminístico ao espiritualismo tradicionalístico - primeira metade do século XIX), muitos dos quais seus inimigos, com a pecha de doutrinários - pessoas ausentes da realidade e sem senso político. Cf. Abbagnano, N., Dicionário de Filosofia, verbete *Ideologia*, pág 506, São Paulo : Mestre Jou, 1982.

[14] Chaui, 1985, pág.78.

(este pertence ao capitalista), transformando o trabalho em algo externo à ele que, alienado, apenas executa sua parte. Porém, a alienação das classes trabalhadoras não se refere apenas ao produto, mas também se estende à possibilidade de pensar - uma vez que a cisão entre trabalho manual e intelectual retirou a elaboração do fazer, reduzido, agora acéfalo, apenas à execução.

Nesse contexto de alienação é que pode operar a ideologia, como um processo no qual as idéias da classe dominante tornam-se idéias dominantes.(Chauí, 1985).

O ideológico não é o *falso*, ao contrário, é algo que representa determinados agentes sociais, é o aparecer da classe dominante. Uma lógica que decorre das próprias relações sociais.

Talvez seja essa a mais famosa definição de ideologia - desenvolvida posteriormente por escritores marxistas.[15]

O chamado capitalismo tardio, posterior ao período de análise sobre o qual Marx se debruçara, não possui mais as mesmas liberdades em relação ao Estado, que guardara anteriormente. O Estado passa a intervir de modo decisivo, financiando o capital privado e assegurando a manutenção do sistema. A ideologia, vinculada à política econômica, ganha uma nova dimensão e, tanto a economia, quanto a própria política ganham novas matizes.

Em primeiro plano, desarticula-se a especificidade da mais valia em relação ao trabalhador, porque a ciência e a técnica passam a corroborar de modo decisivo na qualificação e obtenção de lucros. Portanto, o sistema de dominação não pode mais ser criticado imediatamente a partir das relações de produção.

A releitura das teses Marxistas realizada por Max Weber, (1864-1920), num capitalismo já tardio, explicita essa participação da ciência e técnica na atualização do conceito de mais valia, ao mesmo tempo que introduz um conceito de racionalidade, cujo significado é próprio do capitalismo, pois determina sua forma de atividade econômica, as relações de direito privado burguês e de dominação burocrática.

---

[15] Karl Mannheim, 1968, chega a distinguir o conceito de particular e universal de ideologia, guardando a perspectiva que articula o ideário dominante ao ideário da classe dominante.

Entretanto, esse processo de racionalização traduz uma nova forma de dominação política, a da técnica (Marcuse, 1975)[16]. A razão que passa a envolver todas as coisas transforma a qualidade da dominação : o homem não está submetido apenas porque desconhece seu papel na produção, mas porque é convencido de sua impossibilidade pela técnica, que participa de todas as coisas, e, incorporada à vida e ao mundo, reina como referência fundamental.

A percepção de que o capitalismo institucionaliza o progresso científico e técnico; é compartilhada por Habermas (1983), que prossegue a investigação indagando como foi possível o *espraiar da razão técnica.* A compreensão desse processo nada mais é que a determinação da categoria de significado dessa racionalidade; o que nos leva ao sentido mais contemporâneo de ideologia.

Antes do capitalismo em suas formas mais desenvolvidas, o *lugar das coisas* no mundo, na sociedade, era ditado pela tradição, normas que tinham origem histórica - por exemplo na religião, ou no direito natural. A introdução do mecanismo que estabelece as bases do capitalismo, a saber, a capacidade de mudança, a adaptação cotidiana através das inovações, debilita mais e mais as legitimações dogmáticas - são irrefutáveis resultados, sempre maiores e melhores, conseguidos pelo rítmo que a lógica técnica imprime. Rompem-se as proporções históricas, agora substituídas por uma nova fonte, da qual emana o poder, um novo parâmetro para justificativas, a cientificidade.

Qual a dimensão dessa ruptura?

A função básica da ideologia é impedir a tematização dos fundamentos do poder (Habermas,1983); o resultado prático é que não se questiona o poder em exercício, nem as regras dispostas por essa direção.[17]

Quando o lastro da tradição é substituído pelo da cientificidade técnica, todas as normas são suprimidas : do poder que se funda em regras técnicas, não se exige que ele seja justo, mas apenas eficaz. É esse o momento em que as decisões tornam-se problemas técnicos e não estão mais na alçada da população.

---

[16] Pensador da Escola de Frankfurt, informado por escritores como Husserl e Heidegger, fará do conteúdo político da razão técnica, o pivô analítico para a formulação de uma teoria da sociedade capitalista tardia.

[17] Castells, 1972, afirma que a ideologia não se define por si mesma, mas, antes de tudo, por seu *efeito social.*

A excelência do poder emanado da Ciência e Técnica esvazia, emudece outras falas, neutraliza a participação política e desautoriza a atuação de outros, que não os especialistas, através do discurso competente.

Existe uma diferença fundamental entre o discurso do saber - que engendra Ciência, e o discurso competente - que não elabora e desvela razões, mas persuade, estando portanto no âmbito da ideologia.(Chaui, 1981).

O Saber é um trabalho, no sentido em que movimenta, eleva à dimensão do conceito uma situação de "não saber". O ato de conhecer é a operação de saberes : a ciência trabalha quando interroga, associa, interpreta.

O discurso competente, ao contrário, neutraliza toda essa operação, *"abole diferenças, oculta contradições e desarma qualquer tentativa de interrogação"*[18]. A mudez dos interlocutores faz com que esse discurso, baseado na crença, traduza o momento no qual a sociedade passa a corroborar com algo apenas porque quem elabora os porquês é digno de fé, porque ocupa determinado cargo, e o discurso, investido pela ciência e pela técnica.

A organização do quadro social burocrático de cargos, hierarquia, divisão de responsabilidades,e , especialmente, sua seleção através da competência técnica, teriam a intenção de assegurar a neutralidade das decisões elaboradas.

No entanto, o contexto de racionalidade crescente que demanda a Instituição, que amplia seus quadros - exigência do tamanho e complexidade da gestão do Estado, estão submetidos à mesma lógica. Eles são agentes que acumulam o prestígio através da técnica, e tem possibilidade de argumentar através do discurso competente; ao mesmo tempo, (e desde que não exista regulação), podem operar como instrumento de expansão do capital e representar uma ideologia.[19]

A suposta neutralidade das ciências falha ao esvaziar interesses e conflitos[20] existentes na sociedade.

É sob essa perspectiva que os discursos dos orgãos de Planejamento, especialmente o urbano, e de decisão em geral, na época de construção do

---

[18] Chaui, 1981, pág. 4

[19] *"...a metodologia do Planejamento urbano, e mesmo do planejamento em geral, tem-se prestado mais ao surgimento de uma mitologia do planejamento através do discurso ideológico em torno de pretensas soluções técnicas, do que ao equacionamento mais profundo da problemática e ao aperfeiçoamento da metodologia"*, Lamparelli, in Toledo, 1978, pág.109.

[20] *"...a ideologia da decisão esconde é o fato de que a cidade é o espaço da confrontação e de interesses variados e múltiplos"*, Serra, 1991, pag. 74.

Elevado Costa e Silva, podem ser questionados : se compreendermos o papel do Plano como grande avalista do processo de desenvolvimento e modernização das Nações ditas atrasadas.

Nossa próxima tarefa é cotejar o exposto até agora, ao Memorial Descritivo do Elevado Costa e Silva. O exercício é procurar pelos índices que denotam o discurso competente, que aplaina as diferenças, homogeneíza informações; é necessário desenvolver a textura, resgatando os possíveis aspectos ideológicos, as entrelinhas.

plano, descrição e análise

> *"A situação peculiar da obra, atravessando a Zona Central de grande importância na cidade de São Paulo, impõe uma série de restrições que foram devidamente consideradas no exame e estudo das diversas alternativas estruturais possíveis".*[21]

O Memorial Descritivo inicia pela definição da obra, a partir de um balanço sobre o fenômeno de Metropolização da cidade de São Paulo. Os dados numéricos são prodigiosos : de 1.3 milhões de habitantes em 1940, para 5.8 milhões em 1969 - e esses números referem-se apenas à cidade de São Paulo, a grande São Paulo, conta então com 7.9 milhões de pessoas.

O próximo dado apresentado é o crescimento do número de licenciamentos - um aumento médio de 45.000 veículos por ano, redundando na ampliação da frota em circulação nas ruas:

"A adoção de um sistema de transportes coletivos - Metrô - como o que ora se está implantando na cidade de São Paulo, pouco deverá contribuir para arrefecer o crescimento do número de veículos (1). *Outras grandes cidades em diferentes partes do mundo, a despeito de possuírem há muito tempo sistemas deste tipo, tem visto crescer continuamente sua frota de veículos*(2). *A mobilidade oferecida pelo automóvel, a aspiração do "status" social que ele confere* (3) *e o aumento crescente dos níveis de renda, aliados a custos possivelmente mais baixos de produção, são algumas das razões que fazem prever a continuação deste processo*(4)".[22]

---

[21] Memorial Descritivo Via Elevada - trecho : Praça Roosevelt - Largo Péricles, Hidroservice,1969, pág. 1.3, grifos nossos. Obs. Na época da elaboração do Memorial, a via elevada ainda não possuia nome.

[22] A numeração do texto segue, respectivamente, os pontos recortados para a análise.

(1) Parte-se de uma afirmação que procura desarmar a potencial solução alternativa que seria o transporte público coletivo. Na sequência, o parágrafo tentará provar essa afirmação.

(2) O parâmetro fundamental é o das grandes cidades do mundo. Esta justificativa compõe dois movimentos : o modelo sempre inspirador dos países desenvolvidos e a transposição de análises e soluções para duas diferentes realidade, (se não deu certo para A, logo não dará certo para B, do que se infere : o que é solução para A, é solução para B), essa lógica linear esvazia as particularidades de cada lugar, a possibilidade de soluções baseadas nas especificidades, nas diferenças que o local apresenta, pregando a solução paradigmática.

(3) Utiliza, para justificar sua alternativa pelo transporte individual, a expectativa de ascenção social, transformando o status propiciado pela posse de um automóvel em Categoria. Ora, esse status é ideológico, (e a Ideologia, sim, é Categoria de análise), na medida em que *constata* ao mesmo tempo que imprime um padrão de uso e de comportamento, e *ensina* a pensar a cidade através do uso individual, o conforto e a mobilidade que o carro oferece. Como ser tão parcial em uma análise e deixar de pensar a dimensão coletiva do urbano? E se todos tiverem um carro, haverá ruas suficientes? Quantos andares terão os viadutos? Quantos túneis serão necessários? Em resumo, parece existir uma defasagem, entre a compreensão da totalidade do fenômeno cidade e essa argumentação.

(4) A previsão de continuidade do processo baseava-se no aumento **e** distribuição de renda, isso associado a um possível barateamento dos custos de produção - expectativas cabíveis, entretanto uma vez que o discurso não conta com a possibilidade de falha desta previsão, que no momento, não seria mais do que uma projeção, ele se coloca dentro de uma ordem de razões cristalizadas, avesso ao acaso de uma outra realidade. Porque não foi além da crença, a falência dessas *"razões"* será verificada tanto pelas mudanças ocorridas dentro do próprio capitalismo - que não mantém a lógica linear de barateamento da mercadoria pelo aumento de produção - quanto pela Crise do Petróleo, ocorrida na década seguinte; e, principalmente, porque a distribuição de rendas no país acelerou sua desigualdade.

Observamos uma estratégia argumentativa que tem como horizonte a Modernidade das nações desenvolvidas. O procedimento de afirmações e conclusões não deixa antever outra solução. A ausência de espaço crítico,

associada à impossibilidade de falha da proposta são traduzidas em uma construção eminentemente teórica sobre o urbano e seu planejamento.

Essa postura que separa a análise em partes, para depois proceder à explicação do fenômeno, apresenta um comprometedor risco, o de colocar o fenômeno à mercê das vagas teóricas : aí temos *explicações ecológicas*, *semiológicas*, *fisiológicas*, ou sob o estigma da Modernização.

Voltemos ao discurso. O Plano que se apresenta para solucionar o problema de tráfego dessa parte da cidade (1), prevê a construção de uma via elevada porque *"...é de se notar que esta é a única maneira de aumentar, em condições econômicas, a eficiência destas avenidas como artérias de tráfego , face ao elevado valor dos edifícios que a ladeiam"*(2).

(1) O objetivo primeiro, segundo o Memorial, era distingüir e separar dois níveis de tráfego que, de acordo com os dados trabalhados pelos técnicos da Hidroservice, sobrepunham-se : o trânsito local e o trânsito *de passagem*. Era preciso *desafogar* as avenidas São João e General Olímpio da Silveira.

A integração entre as partes do urbano é essencial no planejamento capitalista. (Santos,1979).

É preciso destacar a predominância de um dos aspectos do urbano, nessa análise, em relação aos demais : a *circulação*. O Elevado Costa e Silva foi uma artéria de tráfego projetada para o carro. Por si a concepção é ideológica[23], traduz um padrão de uso e exclui a parcela de usuários do transporte coletivo. Assim, não basta fazer com que os ônibus passem a circular no Elevado Costa e Silva, (como aconteceu em 1994), essa possibilidade de solução falha, porque o ponto está na origem da concepção de projeto que estruturou seu uso - trata-se de uma via expressa elevada, onde não existe previsão para paradas, embarques e desembarques.

(2) O Memorial argumenta que o custo das desapropriações aumentariam sobremaneira o custo da intervenção, o que inviabilizou uma possível solução através do alargamento das avenidas. Entretanto, a desvalorização de construções vizinhas às vias elevadas era um risco bastante conhecido - já havia ocorrido nos países desenvolvidos[24].

---

[23] *"Ora, é claro que opor o carro aos transportes em comum, em si, fora uma dada situação social é uma discussão ideológica, diretamente ligada a interesses econômicos em questão".* Castells, 1983, pág. 237.

[24] Vide primeira parte do trabalho, Elevado Costa e Silva.

A despeito de todos os problemas que a solução potencialmente criava, o Minhocão foi construído em 14 meses. Poderia ser uma medida calculada? Seria possível pensar em uma estratégia de resgate e exploração, a longo prazo, do centro?

A decadência, já presente na área central de São Paulo, sendo dinamizada por uma via elevada, (que em alguns pontos guarda a distância de cinco metros das edificações), resultaria em uma esperada desvalorização da área; ela poderia ser então objeto de uma *parceria* entre a iniciativa privada e o poder público. A primeira adquirindo imóveis a preços até 40% menores do que o valor antes da construção da obra; a segunda pagando menos pelas desapropriações necessárias para reestruturar a área, estratégicamente próxima ao centro e possuidora de toda infra estrutura, inclusive um dos mais caros equipamentos urbanos, o metrô.

Talvez essa lógica compreendesse a exigência, sempre presente, da criação de novos espaços para a especulação imobiliária.

Entretanto, a especulação imobiliária parece ter estendido seus interesses para além do centro, especialmente em direção à zona oeste-sul da cidade de São Paulo. Portanto, uma outra possibilidade de compreensão, que não vai tão longe nas especulações, é aquela que reconhece na decisão do poder público o descaso pela área, pelos moradores, pelo cidadão. E o predomínio da intenção funcionalista de ligação, concretizada numa grande e emblemática obra pública.

O que se pode constatar através da pesquisa de campo e em jornais, passados mais de vinte anos da inauguração do Elevado Costa e Silva, é a queda acentuada do valor real dos imóveis vizinhos, bem como a dificuldade de locação destes imóveis e, especialmente, a troca dos usuários com a mudança dos antigos moradores que lá estavam na época da construção.

Voltemos ao discurso oficial. Das possíveis interações entre obra e entorno, o Memorial trata de esvaziar seu potencial impacto : *"No Largo Péricles, entretanto, o pequeno espaço disponível e a impossibilidade de desapropriações, em condições econômicas, dos imóveis circunvizinhos, foi compensado pelas características topográficas locais. O fato de que o Largo, um ponto de cumeada com relação às Avenidas General Olímpio da Silveira e Conde Francisco Matarazzo, possibilita sua transposição em nível inferior (...). Com isto, conseguiu-se articular dois sistemas, o inferior e o elevado,*

com vias locais, mantendo praticamente intactas as características atuais do Largo Péricles".[25]

No momento, é levantado o impacto que a obra pode causar ao ambiente, em seguida, é tecnicamente *solucionado*. Podemos verificar a dimensão desta *solução*. Parece impossível acreditar que um viaduto, nas condições de proximidade que esse guarda com o quarteirão do Largo Péricles, e especialmente o quarteirão anterior a este, (como podemos observar na imagem da página 86), não condenasse toda área e suas edificações, à rápida degradação.

É possível perceber a distância entre a argumentação que constrói a solução através do discurso, e as condições físicas do local. Uma lógica que desqualifica como informação a sombra, o ruído e a proximidade. Ironicamente, neste momento, *esquece* os exemplos já construídos nas nações desenvolvidas.

projeto e representação

> *"Não será possível de qualquer forma, adiar a atualização do sistema viário da cidade, (...) São Paulo de pequena cidade se transformou em uma Metrópole. esta atualização impõe de um lado, a ampliação do sistema através da abertura de novas vias e de outro lado a modernização do mesmo, incorporando novas soluções técnicas e urbanísticas".*
>
> *Memorial Descritivo Via Elevada*[26].

A Metrópole demanda o moderno, exige o novo. O que outras Metrópoles, das *grandes* nações possuem. Aqui fala o discurso competente da técnica, que identifica o atraso, e prescreve a solução: modernização. Mas, o que é novo?

Em seu artigo entitulado A Modernização do Mundo, Octávio Ianni (1994), desvenda os desdobramentos do mito da modernização nas sociedades contemporâneas[27], desenvolvendo a idéia já apresentada através do pensamento de Walter Benjamin em suas Teses sobre Filosofia da História[28].

---

[25] Memorial Descritivo da Obra, Hidroservice, pág. 1.3. Grifos nossos.

[26] Memorial Descritivo, 1969, pág. 1.1.

[27] *"Por sob o ideário da modernização universal está presente a idéia da evolução progressiva, diferenciação crescente, aperfeiçoamento ilimitado (...). aos poucos, modernizar e evoluir tornam-se reciprocamente referidos, intercambiáveis, correspondentes".* Ianni,1994, pág. 90.

[28] In Walter Benjamin; org. Flávio Kothe, coord. Florestan Fernandes, São Paulo, Ática, 1991.

O mito do progresso adquire, graças ao desenvolvimento do capitalismo, novas matizes e constitui o que Ianni define como o *neo evolucionismo*[29]. São reiterados o otimismo e fé no progresso e no moderno como qualidades que aperfeiçoam as coisas e a Humanidade como um todo.

A dimensão da correspondência entre evoluir e modernizar é reveladora : traduz um ideário que privilegia as soluções que representam tanto a modernidade, quanto a lógica funcionalista. Esta, ao escolher o problema digno de solução, leva em conta o domínio de um aspecto, realizando assim, uma inevitável redução.

O Elevado Costa e Silva faz parte de um grande Plano viário, proposto como solução para um problema de tráfego da capital, a função circulação era o problema. A descrição da obra no memorial apresenta, segundo seus idealizadores, *"uma solução que associa rapidez e tecnologia, garantindo eficiência à obra"*. Sua fala descreve, ao mesmo tempo que comemora o prodígio da grande solução: *"uma via elevada, cujo tabuleiro, em grelha ortogonal, seria moldado "in loco" em vigas de concreto protendido, vão médio de 36 metros. Vigas que se apoiariam numa estrutura de pilares isostática, também de concreto protendido para prover esbeltez e beleza às peças"*.

Não podemos nos esquecer, de que sempre corremos o perigo de nos *encantarmos* com os prodígios da técnica, e pensar que ela , por si, é a solução,(Castells, 1972).

"O progresso técnico é frequentemente considerado a base da Metrópole. Apesar de tudo, teremos de precisar sobre esse ponto, o papel desempenhado pelas tecnologias na transformação das formas urbanas é indiscutível"[30].

Qual a importância dessa precisão?

Invariavelmente o *progresso*, apresentado sob muitas formas, de discursos a obras, enchem-nos de esperança e nos fazem concluir antes de analisar.

---

[29] *"O evolucionismo subjacente à idéia de modernização já não é apenas aquele formulado por Hebert Spencer, um tanto linear, determinístico e eurocêntrico. Nem o que se acha implícito no positivismo de Auguste Comte, também unilinear, determinístico, eurocêntrico"*; o neo evolucionismo foi complexificado na medida em que procura uma *integração*, que articula sociedades nacionais à grande sociedade global- esse é o futuro, o parâmetro permanece sendo o Primeiro Mundo, e continuamos, de acordo com esta tese, em direção ao melhor, entretanto, os custos são raramente mencionados : *"A despeito dos problemas ainda remanescentes,e mesmo de outros emergentes, a humanidade estaria entrando em uma época de realização mais livre do progresso, dedicando-se principalmente ao próprio aperfeiçoamento"*. Ianni, 1994, páginas 90 e 91.

[30] Castells, Manuel. A Questão Urbana; Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993, pág.30.

Tornarmo-nos adoradores da velocidade contida nos momentos de aceleração e mudança (Santos, 1994).

A manutenção do rigor científico exige análises estruturadas, recortes que controem o contexto, desvendando o problema. Essa lógica termina por detectar ideologias que justificam soluções, ao mesmo tempo que desautoriza a utilização de grandes *Verdades*.[31]

A afirmação de Castells infere a articulação concreta entre espaço e tecnologia. O esforço de precisão do objeto de estudo Elevado Costa e Silva nos levou ao papel que este representou : o que se constrói é uma grande via elevada que, a par de cruzar a cidade expressamente, sem passar pelo centro, cumprindo as determinações do Plano, o faz através de uma obra que retém, ou procura reter, o imaginário do progresso, a evolução tecnológica, rumo à modernização.

Conhecer a qualidade de representação de uma obra é uma estratégia que procura escapar da análise em termos puramente econômicos ou tecnológicos.

O padrão de análise, ou de justificativa, como acontece no memorial do Elevado Costa e Silva esvazia a compreensão da totalidade do meio ambiente como expressão das relações sociais[32].

Esse é o percurso que tomou conta do trabalho: compreender e desvendar justificativas, qual a *lógica* que se estabelece entre projeto e obra construída, a análise das ideologias e das formas culturais (inclua-se aí o uso).

A análise deve ser capaz de construir elementos teóricos que procuram interpretar a qualidade de representação contida nessa parte da estrutura urbana; bem como se estender como estratégia metodológica para trabalhos, projetos e obras, que pretendam tratar do urbano e da cidade.

Desvendar a simbologia urbana é reconhecer a estrutura de interesses e conflitos que opera através do que somos capazes de reconhecer como símbolos. É conhecer a lógica e desmistificar as falas ideológicas que embaralham as argumentações e justificativas. (Santos, 1994).

---

[31] Porque esse *esforço de precisão* busca configurar um *período* no qual, a validade das relações estabelecidas é temporária. O processo de montagem das informações sobre um objeto de estudo, bem como a configuração de um período retomamos no capítulo Estratégia Metodológica.

[32] *"A partir do momento em que meio ambiente é relação social, somos obrigados a colocar os termos dessa relação na base da carga simbólica expressa nas formas"*. Castells, M. Symbolique Urbaine et Mouvements Sociaux, in Versus, Quaderni di Studi Semiotici, n.3, diretti da Umberto Eco, Milano : Achile Mauri Editore, setembre, 1972.

CONTEXTOS

O pensar opera através de interpretações. Quando buscamos compreender algo, o que está em jogo é nossa capacidade de interpretar e sintetizar informações. Essa síntese, grosso modo, é como uma "*solução*" para o "*problema*" que detém nossa atenção.

No momento em que a atenção se volta para o urbano, para uma cidade como São Paulo, Metrópole, o leque de informações parece desdobrar-se com tal velocidade que, promover uma síntese, propor soluções para os problemas que se apresentam, parece *impossível*...[1]

A urgência do que comumente se chama *"caos moderno" exige* soluções no seu ritmo : *acelerado*[2]. Como atender essa exigência? A frustração reiterada por governos que se sucedem e não "solucionam" os "problemas" de São Paulo, os discursos das campanhas eleitorais que alimentam o mito heróico de que é possível, com uma só tacada, "salvar" a cidade.

O antídoto apresentado, em geral, desfila futuras ações, sem que sejam apresentados os caminhos que levarão a elas.

Essa *urgência*, que dispensa o conteúdo crítico das análises - com exceção das realizadas por *especialistas* - qual sua origem? Qual sua colaboração na construção de um planejamento urbano que se confunde com ideologia ?

Neste capítulo procuraremos conformar um quadro referencial sobre o Planejamento Urbano, suas formas e atuações - especialmente o período coetâneo à construção do Elevado Costa e Silva.

Não se trata de um quadro completo, ao contrário, selecionamos e organizamos informações à luz de nosso objeto de estudo e, em especial, das preocupações que o processo de pesquisa suscitou.[3]

---

[1] Alguns termos aqui foram utilizados de modo proposital. Metrópole e velocidade são palavras cujos significados se relacionam à cidade industrial, e participam da perspectiva ideológica que investigamos.

[2] *"Acelerações são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo. (...) A aceleração contemporânea não escapa a esse fato. Ela é tanto mais suscetível de ser objeto da construção de metáforas porque, para repetir Jacques Attali, vivemos plenamente a época dos signos, após havermos vivido o tempo dos deuses, o tempo do corpo, o tempo das máquinas."* (Santos, 1994, pág. 29, grifos nossos)

[3] Na época de construção do Minhocão, existia o Grupo Executivo de Planejamento, criado na gestão anterior (Faria Lima, 1965 - 1969). Contudo, as decisões, pelo próprio caráter político do período

problemas e soluções

> *"A maioria dos estudos sobre evolução espacial é ideológica (...), teorias generalizadas, ou metáforas aplicadas à situações muito complexas."*
>
> *Milton Santos*[4]

Investigando a possibilidade de construção de uma Metodologia de Planejamento Urbano, Celso Lamparelli (in Toledo org.,1978) desenvolve três frentes que se compõe num esforço inicial de compreensão do que se realizou até então - final da década de 70 - em termos de Planejamento Urbano no Brasil.

Através de uma perspectiva histórica, a primeira das chaves constata que o Planejamento Urbano, enquanto instrumento de intervenção, acabou por realizar no Brasil transformações que o autor denomina dicotômicas, ou seja, os problemas que pretendeu resolver, desdobraram-se em outros, amplificados em sua complexidade.

Para tentar explicar a dicotomia que acometia as soluções propostas, Lamparelli lança uma hipótese que nos interessa reter : *"A nossa hipótese é de que a transformação conseguida no panorama urbano foi muito semelhante ao modelo dicotômico de Brasília, reproduzindo, também, nosso modelo de "Milagre Brasileiro": preparando a cidade para a expansão da indústria automobilística, para a especulação imobiliária através da multiplicação das obras públicas urbanas de grande porte, enquanto a periferia se instalava e se arranjava como podia para reproduzir a força de trabalho, indispensável ao novo modelo de acumulação capitalista que chegava aos níveis máximos de exploração"*[5].

A dicotomia portanto, longe de ser apenas fruto da análise mal elaborada, liga-se à uma lógica que privilegia certos interesses em detrimento de outros; escolhe o quê e como planejar; seleciona problemas dignos de solução, ao mesmo tempo que prevê e contabiliza resultados, como a especulação imobiliária mencionada.

(posterior ao golpe militar de 64), estão centralizadas e excluem a participação da sociedade, decidem a partir de interesses que justificam uma solução - a tarefa é analisar seu conteúdo e suas implicações.

[4] Santos, Milton; Economia espacial : crítica e alternativas, São Paulo, Série Teses e Pesquisas, Hucitec, 1979.

[5] in Toledo (org.), 1978; pág. 107. Grifos nossos.

Nosso objeto de estudo é uma *solução*, segundo seus idealizadores, para um *problema* de trânsito, de acessos, o objetivo era descentralizar o tráfego do centro da cidade. Pensamos, entretanto, que a obra se articula especialmente à parte grifada da hipótese. Quais seriam os agentes do plano? Que interesses estariam em jogo na construção? Que dicotomias foram criadas a partir da construção da obra?

Duas correntes de pensamento teriam fundamentado decisivamente as intervenções propostas e realizadas pela atividade de Planejamento Brasileira. Elas seriam responsáveis pela *base teórica* dos planos elaborados, (Lamparelli, in Toledo-org, 1978).

Uma das correntes confundiria o ato de planejar com a taxionomia[6] da realidade : parti-la, reparti-la em setores, classificá-la em dado. A segunda trabalha com a transposição sistemas empresariais - opera a partir das partes, pretende conformar um *"todo"*[7], por exemplo, um plano diretor : criam-se equipes multidisciplinares de profissionais, em geral sob a tutela de um arquiteto urbanista; aquele que cuida de plasmar em desenho sistemas viários, leis de zoneamento, planos indutores de desenvolvimento...

Essa herança de uma *"cientificidade"* difundida e adaptada, seja ela classificadora ou sistêmica, é fonte de equívocos ainda hoje.

Conhecer algo; aproximar-se e definir um possível problema, propor uma solução. Essa atividade é muitas vezes confundida com o acúmulo de dados, de informações, catalogadas, sistematizadas. Entretanto, a produção de inteligibilidade não é uma questão eminentemente quantitativa, mas qualitativa.

---

[6] Taxinomia ou taxionomia refere-se a Ciência da classificação. Do grego *taxis*, significa arranjo, ordenação, classificação, - cf. Buarque de Holanda Ferreira, Aurélio. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. O termo foi cunhado no século XIX para auxiliar as Ciências Botânicas e de História Natural, - cf . Abbagnano, N. Dicionário de Filosofia, São Paulo, Mestre Jou,1982.

[7] *"A insistência nessa visão de Ciência, que acredita que o Complexo resulta da congregação de elementos simples e que, por procedimentos analíticos e decompositivos, pode-se resgatá-los, mostra a defasagem das vanguardas relativamente às postulações da Ciência à elas contemporânea. Esta, já então sabia que o elemento é complexo."* Bachelard, Gaston. A Filosofia do Não, in Bachelard, Coleção Os Pensadores; São Paulo : Abril Cultural, 1978, página 18.

Em outras palavras, o conhecimento acontece quando se apreende a estrutura que se constrói através das próprias informações; daí a importância de como e o que selecionar e colecionar como informação.

Como resultado, essas correntes produziram grandes compêndios, e inevitáveis propostas baseadas em seus dados. Contudo, há uma distância entre a *síntese abstrata* que esses planos formulam e a realidade; uma defasagem que compromete suas soluções.

Essa lógica de operação utilizada termina por "fatiar" o conhecimento, esvaziando seu conteúdo filosófico - a possibilidade de conhecer através da construção /apreensão da chamada *totalidade*[8].

Uma outra prática representativa, e que induz a grandes enganos sob a forma de *solução*, é a transposição de modelos de outras disciplinas. A transposição é, em geral, linear e simplificadora, uma vez que sua argumentação constrói, analogicamente, um modelo que descaracteriza o fenômeno urbano.

Os modelos teriam origem nas áreas da biologia ou fisiologia - a cidade como uma árvore ou um organismo; ou da matemática - números e fórmulas que "explicam e resolvem" demandas e ocupações; ou ainda cibernéticos, inspirados na tecnologia, especialmente a informática.

Qual seria o alcance dessa prática? Quando se pretende compreender a cidade a partir de modelos, são estabelecidos paradigmas explicativos para tudo o que diz respeito ao urbano e à urbanização.

Entretanto, na maior parte das vezes, o fenômeno não cabe dentro da explicação, é inevitável reduzí-lo.

O desafio parece ser o de produzir um conhecimento que abarque também o cotidiano, parte integrante e reveladora da totalidade.[9]

---

[8] *"A totalidade existe, mas é percebida através de uma construção"*, (Santos, 1994, pág.164). A questão do conhecimento e da produção de inteligibilidade serão objeto de análise na quarta parte desse trabalho, Estratégia Metodologica.

[9] O cotidiano não abrange o espaço total, ao contrário, é um recorte. Entretanto, participa da análise como categoria que constrói a totalidade, uma quinta dimensão que, segundo Milton Santos (1994), espera pela criação de meios compatíveis para empreender análise.

Dentro dessa perspectiva criadora de modelos, interessa-nos observar as noções que se formam a partir de oposições como : *cidade-campo; cultura-natureza; moderno-atrasado.* Esses pares concorrem para a criação de uma especial *estrutura de intelecção urbana*, que fundamenta teorizações, análises; e, principalmente, justifica intervenções.

Castells, (1983), é um autor que ataca duramente a idéia de se estabelecer uma relação necessária entre a cidade e a cultura urbana, acusando esta postura de disseminar a teoria do evolucionismo - funcionalismo dentro da filosofia do pensamento.

Nessa forma de entender a *cultura urbana*, existe um sistema específico de relação social *inerente* ao urbano. É possível perceber, através da formulação dessa *tese* a articulação de temas como desenvolvimento / cidade / progresso / cultura; uma superioridade do urbano, uma *excelência*, uma vez que ele acumula os louros do progresso, é o locus da modernização.

Dois pensamentos se articulam aqui : quando Castells argumenta, que a *"cultura urbana narra, ideologicamente, a história da espécie humana"*, o autor tem presente que, por trás desta noção de urbano, existe um discurso que elabora a idéia de que evoluímos da aldeia para a Metrópole, aperfeiçoamos progressivamente as técnicas, tanto quanto as relações - inclusive as sociais - ; por isso mesmo, é que todo esse progresso nos leva a uma realidade necessariamente melhor.

O primeiro pensamento é aquele que equivocadamente acredita que as coisas do mundo concorrem para o grande desfecho : a apoteose do primeiro mundo disseminado para toda a Humanidade, em resumo, a crença de que tendemos, *naturalmente*, a alcançar o paradigma das nações desenvolvidas. O segundo pensamento, é a própria crença de que o primeiro mundo seja um paradigma a ser seguido.

O que está em jogo, e muitas vezes presente nos discursos, é tanto a inferência enganosa de que qualquer agrupamento urbano - isso é só uma questão de tempo, do *grau de evolução* - possuirá um tipo especial de cultura : a urbana; quanto a fé de que não há outra direção a seguir, o único sentido é o da modernização.

Essas crenças foram herdadas da idéia de progresso e desenvolvimento inauguradas pela revolução científica, e substanciadas pela linha positivista[10] de pensamento (Santos, 1979).

Difundidas, tem a grande tarefa de facilitar a expansão do capital; graças a elas, as características próprias de cada lugar são aplainadas, uma vez que são *abolidas* diferenças culturais, bem como específicos modos de apropriação e técnicas[11].

progresso, modernização e ideologia

> *"Admirar-se de que as coisas que vivenciamos ainda sejam possíveis no século XX não é filosófico. Não está no começo de um conhecimento, exceto o de que a concepção de história do qual se origina é insustentável."*
>
> Walter Benjamin[12]

Romântico e otimista, o ideário de redenção através da Ciência, transformou-se em boa parte da justificativa que avaliza essa expansão. É necessário clarificar esta relação, enganosa no sentido da necessidade, e ideológica - através de sua fala podemos distinguir um mito : a modernização.

Walter Benjamin escreve nas Teses sobre Filosofia da História, (1991), sobre este progresso transmutado em "dogma". Ao analisar esse discurso, ele desvenda uma estrutura argumentativa em que, a idéia de progresso, deixa de estar restrita apenas às coisas - a capacidade de aperfeiçoamento torna-se infinita e inexorável em todas as instâncias; numa imagem : o progresso não se limita às habilidades e ao conhecimento, mas *transborda* das coisas e passa a ser também próprio da Humanidade, estendendo-se, agora, às pessoas e às relações.

---

[10] O positivismo de Comte, (século XIX), exalta o nascimento da indústria e vê, na Ciência tecnológica, o fundamento de uma nova sociedade. Spencer, (representante do positivismo evolucionista), procura estender o princípio de progresso, traduzido pelas inovações tecnológicas para todo o universo, tornando-o explicativo dos aspectos da realidade. Segundo Spencer, a evolução é um progresso necessário, e redunda em maior perfeição, e na mais completa felicidade humana.

[11] *"Essa evolução culmina, na fase atual,onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminam por adotar, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos."* (Santos, 1991).

[12] Benjamin, Walter. Teses sobre Filosofia da História, in Walter Benjamin, coordenador Florestan Fernandes, organizador Flavio Kothe. São Paulo : Ática, 1991.

Que implicações esta extensão que *ultrapassa* as coisas e opera nas relações acarretaria? Qual seria a dimensão dessa ilusão?[13]

Esse ideário, que privilegia apenas parte do que potencialmente pode representar o progresso e o desenvolvimento, torna-se intrínseco à sociedade, informando e participando decisivamente da Civilização Ocidental. Restrita à Europa Ocidental e Estados Unidos, a *civilização ocidental* guarda os paradigmas fundamentais, que imprimem ao resto do mundo a tese da modernização; são padrões, valores, instituições, que traduzem os *moldes do ocidentalismo*. O *moderno* deve ser emulado.

"Tudo que é arcaico, agrário, periférico ou subdesenvolvido pode ser modificado em conformidade com o parâmetro representado pelas nações modernas, desenvolvidas, industrializadas e dominantes". (Ianni, 1994).

Dentro dessa lógica, os problemas estarão subsumidos a um Problema Primeiro, e maior : *o do atraso em relação ao Moderno.* O planejamento do chamado terceiro mundo, enquanto ideário e Instituição, não escapará desse movimento, identificando falhas, faltas, e defasagens da cidade, sempre em relação ao modelo das nações desenvolvidas[14].

A *modernização*, o *progresso* e o *desenvolvimento* são apresentados, ainda hoje, como antídotos para o mal do subdesenvolvimento (o *problema*); e o planejamento, o grande instrumento para se chegar a esta *vitória*. Entretanto, ao emular paradigmas, não se copia sequer a lógica que leva à intervenção, mas apenas a estática imagem que dela resulta, o que se constrói é uma dura transposição.

Ao deixar de inserir as especificidades de cada local; esquecer as soluções que a própria cultura propõe, ou esvaziar as outras informações que conformam o urbano, expõe em suas justificativas um discurso avalizado pela técnica e pela competência, expressão de uma análise equivocada, que tem todas as

[13] O progresso enquanto qualidade essencialmente positiva não passa de uma mitificação. No mesmo texto Benjamin desvela, a partir de uma tela de Paul Klee (Angelus Novus), uma das muitas facetas que o progresso pode concretizar : a guerra, cuja virulência é amplificada graças a especialização técnica.

[14] *"Inventaram então o terceiro mundo e o mito do subdesenvolvimento, (...), e os homens do mundo mais pobre esqueceram por algum tempo que pertenciam a um mundo explorado, convencidos de que estavam realmente num mundo subdesenvolvido."* (Santos, 1979, pág. 7).

respostas prontas, e *soluciona* operando a partir de mitos e noções distorcidas.

Nesse contexto está inserido o ideário que planeja, justifica e constrói o Elevado Costa e Silva.

a dimensão científica da previsão

> *"...declarar que a cidade se define como rede de circulação e consumo, como antro de informações e de decisões é uma Ideologia absoluta. (...) Leva ao urbanismo dos canos, da Limpeza Pública, dos medidores que se pretendem impor em nome da Ciência ou do rigor científico."*
>
> *Henri Lefebvre*[15]

Um dos pontos que fundamenta uma pesquisa é a escolha e o recorte do objeto de estudo. O recorte é um processo que exprime o movimento de aproximação em direção ao objeto, e o define, pouco a pouco, graças a ampliação/complexificação de informações, que nos mostra os aspectos que interessam ser trabalhados.

Enquanto atividade de pesquisa e proposta de intervenção, o planejamento urbano se depara com a mesma dificuldade de definição e recorte do objeto de estudo. Sua dimensão científica é testada por um contexto de variáveis dinâmicas e contornos sempre sujeitos a novas configurações.

Que potenciais definições - e definição aqui é também, e não apenas, a teoria - guardariam o urbano e a cidade, possibilidade teórica e fenômeno concreto?[16]

O movimento teórico que pretendera definir o urbano coleciona muitos momentos. Já são bastante conhecidas as tentativas de definição através de critérios quantitativos, (número de pessoas); ou qualitativos, (a cultura urbana mencionada é um exemplo). Esse debate ganha consistência quando as visadas relacionais são inseridas no esforço de definição.

---

[15] Lefèbvre, Henri; O direito à cidade, São Paulo : Moraes, 1991.

[16] *"O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há o que confundir."* (Santos, 1994, pág. 69).

Poderíamos citar muitas definições de urbano que, de uma certa forma, são construídas a partir da idéia de relação. Em Castells (1983), *"urbano é a produção de formas sociais"*; para Reis Filho (1983; in Scherer, 1987), urbano fica melhor definido como urbanização, o que lhe assegura caráter processual, e *"é a forma pela qual se estruturam relações sociais"* - pessoas/pessoas; pessoas/materiais; materiais/materiais, na produção, uso e transformação desse espaço; o processo urbano, segundo Serra (1987), seria *"a aglomeração das adaptações do espaço"*.

Um percurso que nos parece referencial é o desenvolvido por David Harvey (1973), que também estabelece uma perspectiva relacional para o urbano, elaborando a definição a partir de categorias baseadas no uso desse espaço, na relação entre o usuário e o lugar.

Num determinado momento, a produção gera excedentes e são criadas condições de aglomeração social, que deve ser capaz de manter e amplificar esta operação. O autor defende ser esta a relação fundamental entre o urbano e o *"modo de integração econômica"*[17]. A partir daí, todas as relações sobre o urbano podem ser construídas.

O conceito de urbano e de urbanização surgem, portanto, da prática Humana e em relação a ela[18], definir é compreender a lógica de ocupação e uso dos diferentes espaços : a participação da cidade, a dimensão do fenômeno, tornam-se decisivos.

Decisivos e complicadores, porque a cidade, em especial as grandes cidades do chamado terceiro mundo, tem uma tal aceleração que escapam sistematicamente das definições que lhes apresentam. Como lidar com essa variável que, ao participar, subverte todas as outras? Desequilibra *definitivas* crenças?

---

[17] Espera-se, naturalmente, que tal afirmação crie uma polêmica sobre o que se pode considerar excedente. Entretanto, essa polêmica pode esperar, pois não podemos nos enganar : qualquer que seja este excedente, não se trata de uma relação causal - não é o excedente que cria a cidade, mas cria, sim, as condições para a existência de aglomeração. Importa reter : a origem e as condições de continuidade da relação fundamental.

[18] O autor baseia-se na idéia de existência formulada por Leibniz que traduz o existir de algo sempre em relação a outro: *"...an object be can said to exist only insofar as it contains and represents within itself relationship to the other objects"*. Harvey, 1973, pag.13.

Aí está um ponto que merece atenção : a tentativa de *explicar* a cidade. Não são fatos, números ou qualidades especiais que descritos podem abarcar o fenômeno. A apreensão da natureza mutável da cidade, amplificada pelo processo de industrialização, exige uma investigação que ultrapasse historicismos[19]. A postura científica vai além do deleite da ilustração.

O espaço, que é a base de nossos estudos, é categoria histórica, permitindo vários recortes temporais, tantos quantos forem as escalas de observação, (Santos, 1994). A cidade, espaço qualificado, guarda conjuntos de relações que valem por um certo tempo, por isso o urbano, estabelecido em um plano teórico rigoroso, exigirá a construção de períodos. Os recortes guardam uma fixidez, momentânea, que é o que nos permite definir, dentro de um contexto, o objeto de estudo.

Em outras palavras, passamos a criar estruturas de intelecção para lugares, cuja validade é temporária, tanto quanto suas conclusões e possíveis propostas.

Embora esta seja mais uma estratégia do que uma definição no senso estrito do termo, justifica-se na medida em que está preocupada em inserir esse elemento *desestabilizador* que é a cidade; o que, pela mesma razão, mantém distante o perigo das definitivas *explicações*.

A conceituação de espaço urbano e cidade que adotamos parece estar em sintonia com uma postura que a Ciência contemporânea vêm desenvolvendo, e que passa a compreender a mudança como uma categoria que fundamenta e promove a pesquisa.[20]

A tarefa de construção de uma perspectiva científica para a atividade de planejar e projetar o urbano passa então pelo desafio de conhecer a cidade, de buscar compreendê-la em sua totalidade. O que seria essa totalidade?

---

[19] Sobre o historicismo ver Benjamin, opus cit,1991.

[20] Em seu livro, A Estrutura das Revoluções Científicas, Thomas Kuhn analisa a mudança ocorrida dentro do universo científico. A chamada Ciência normal ou cumulativa que opera baseada em paradigmas - realizações científicas reconhecidas, e por isso mesmo modelares, é substituída por uma nova ciência. Enquanto a tendência geral da ciência cumulativa é ampliar sempre mais a precisão e o alcance de uma ordem já conquistada, a nova ciência trabalha com a percepção voltada para a mudança : *"A descoberta começa com a consciência da anomalia, o reconhecimento de que, de alguma maneira,a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal"*. Kuhn, 1989, pág. 78.

Não como um agregado de elementos, ou como algo que "emerge" de partes. É uma totalidade, que se constrói a partir das relações entre os elementos, e entre os elementos e sua totalidade, que pode garantir qualidade científica a essa atividade.

Milton Santos (1994) também trabalha com a conceituação de totalidade, a partir da definição do Todo Concreto - a superfície total da Terra - , objeto de estudo e algo que parecerá impossível abarcar integralmente por aqueles que tratam do espaço. Entretanto, no âmbito do conceito, essa dificuldade opera como *possível*, como *horizonte* das elaborações e realizações. Assim, o trabalho do pesquisador é, atingindo *"uma fração do acontecer humano"*, contribuir com uma parte dessa totalidade, cuidando sempre de manter sua *visibilidade*.

Talvez a distância entre as sínteses propostas pelo planejamento, e as soluções efetivas dos problemas detectados, pudesse estar relacionada a uma postura científica que acumula falhas por se afastar da realidade.

Nos chamados modelos explicativos[21], as *fases* ocorrem distintamente : a pesquisa de campo de um lado; as *teorias que explicam os dados* de outro. Essa separação é irreal, e compromete definitivamente a construção da *totalidade*.

A premissa que viabiliza a compreensão e definição do urbano deve, por isso, deixar de ser um modelo explicativo que se baseia em uma analogia ou teoria qualquer, e aceitar o desafio de elaborar uma pesquisa que projeta, ao mesmo tempo que percebe e observa, estruturando logicamente um lugar.

O cotidiano, que participa e revela a totalidade torna-se meio e fim das possíveis soluções. O projetar e planejar deve pesquisar, sintetizar e propor, tendo a cidade como ponto de partida.

Assim, o fenômeno de criação, (propostas, projetos), não pode mais ser uma atividade posterior à pesquisa. Esses momentos estão decisivamente relacionados, a atividade projetual estende-se a todo processo de intelecção e

[21] Esses modelos podem ser os analógicos já mencionados, como também aqueles que, dedutivos, baseiam-se em uma teoria para explicar qualquer fenômeno. Da teoria extraem as hipóteses que são "testadas" na realidade. Retomamos esse assunto no capítulo sobre Estratégia Metodológica.

construção do lugar. As possíveis consequências dessa extensão, que transformam as dimensões da criação, são exploradas no desenvolvimento sobre Estratégia Metodológica.

plano e elevado

> *"A essência do pensamento dialético está na idéia simples de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes. O todo é inicialmente captado através de uma síntese, em grande parte intuitiva, que realiza o espírito humano, e é a partir dessa síntese que a análise das partes adquire sentido".*
>
> *Celso Furtado*[22]

Em sua tese de doutorado, Rebeca Scherer (1987) realiza análise sobre a descentralização do poder e o planejamento urbano no município de São Paulo. O trabalho busca desvendar falsas associações como : planejamento e autoritarismo; descentralização e democracia. O estabelecimento destas relações não pode ser elaborado senão com as devidas ressalvas, e circunscritas a tempos precisos : a associação *necessária* entre esses termos é, mais uma vez, simplificadora e equivocada.

Muito provavelmente, a relação direta estabelecida entre planejamento e autoritarismo ocorre porque a figura do planejamento foi enfaticamente utilizada pelo Estado após o golpe militar de 1964. Embora exista essa possibilidade de articulação, não se pode incorrer nesta redução : ele foi, sim, instrumento deste regime, mas não exclusivo deste[23].

O que pretendemos destacar, é que além do fato de ter sido utilizado pelo regime militar, o planejamento teve sua fala ideologizada a partir da tese de modernização referida anteriormente.

---

[22] Furtado, Celso; Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

[23] O capítulo que trata da figura do Planejamento dentro do Estado Brasileiro, analisa como o ato de planejar vai ganhando importância com o passar do tempo, tendo como parâmetro fundamental a economia e seu planejamento; bem como sua interação com o governo e a decorrente complexificação e crescimento do Estado. Trata-se de um fenômeno mundial e não de uma exclusividade dos regimes militares.

O discurso do planejamento neste período, através de suas instituições, foi paradigmático no convencimento de que era possível ter um Brasil desenvolvido, desde que se trilhasse o caminho do progresso indicado pelo Plano. O que pode ser associado ao regime Militar, instalado após 1964 no Brasil, não é a figura do planejamento em geral, mas um tipo especial de planejamento relacionado na primeira parte do capítulo. Assim, é possível observar nos slogans, nas frases dos presidentes generais, dos ministros, nos planos, todo um ideário que, analisado, desvenda o quanto o progresso pode operar na chave ideológica, esvaziando contradições e justificando decisões[24].

Historicamente, o planejamento urbano ganha força a partir da década de 50, institucionalizando-se sob a forma de Departamento de Urbanismo, ligado à Secretaria de Obras (1947). Suas atribuições e estrutura são delineadas e amplificadas com o passar do tempo: o decreto 6942 de abril de 1967 criará o Grupo Executivo de Planejamento, subordinado diretamente ao prefeito Faria Lima.

"A instituição deste organismo marca um incremento chave no planejamento municipal que em seu processo de amadurecimento resultará na criação da COGEP - Coordenadoria Geral do Planejamento - em 1972 e, finalmente, na Secretaria Municipal de Planejamento em 1983".[25]

O contexto em que se dá a construção do Elevado Costa e Silva é chamado período Autoritário, posterior ao golpe militar de 1964. O então prefeito Paulo Salim Maluf, fora indicado pelo governador Abreu Sodré (assim previa o Ato Institucional número 2, de outubro de 1965)[26].

Neste momento a idéia corrente de planejamento é também centralizadora e autoritária, (Lamparelli, 1978), a gestão municipal reitera esta postura decidindo sobre a cidade, e sobre seu futuro.

O Plano Urbanístico Básico - PUB, elaborado em 1968, e sob responsabilidade de implementação do Grupo Executivo - traça um perfil da

---

[24] Vide Preâmbulo.

[25] Scherer, 1987, página 318.

[26] Os atos institucionais suspenderam o estado de direito e muitas das liberdades dos cidadãos , limitando assim a participação e o poder de reinvidicação da população. Não será desenvolvida aqui análise sobre o fenômeno de perda da cidadania ocorrido nesta época, junto aos trabalhos programados, (e neste trabalho, no Preâmbulo), existe um levantamento de títulos que *ilustram* o assunto através da *voz* da época.

cidade de São Paulo às vésperas da construção do Elevado Costa e Silva. Seu quarto volume trata especialmente da Circulação e Transportes, e tem como objetivo prever necessidades futuras, otimizando as condições de crescimento e desenvolvimento econômico.

A maior parte das viagens, (2/3 delas), é realizada de ônibus. O Metrô, uma demanda reiterada, é promessa para o ano de 1973. O sistema de transportes coletivo é grande, mas já então, insuficiente. O Plano projeta a intensificação dos transportes coletivos, prevendo inclusive atrair, com sua melhora, o usuário do automóvel.

Junto a esta intenção, temos a conclusão de que, também a malha viária está *"defasada em relação às necessidades da Metrópole"*, e precisa por isso, ser reformulada.

Uma das propostas é a construção de um conjunto de vias expressas que ficariam sob a tutela de um orgão especial - o Plano recomendava a centralização das decisões neste orgão : *"todas as vias expressas devem ser planejadas, projetadas e construídas por um orgão metropolitano de vias expressas"* (PUB, pag. 254).

Uma via expressa tem a *"eficiência que a distingue de outras vias"*, argumenta o texto , a circulação de pessoas e mercadorias é nesta modalidade *"econômica, segura e agradável"* (pág. 279). Devem ser construídas preferencialmente em depressões, porque tal localização evitaria a *"obstrução visual do ambiente urbano"*(sic), e diminuiria os problemas com ruídos de trânsito.

As intervenções realizadas no governo Paulo Maluf não seguem o Plano Urbanístico Básico[27], mas não poderiamos pensar, que o conjunto de dados recolhidos, bem como as recomendações elaboradas pelo documento deixassem de *participar* da gestão do então prefeito. O tema da modernização

[27]O plano foi elaborado na gestão anterior, do prefeito Faria Lima. Nota-se, através do tratamento dispensado pela imprensa da época, ao prefeito Paulo Salim Maluf, uma rivalidade entre esses políticos. Esta disputa, que os jornais deixam entrever, "condenaria" o uso de um Plano elaborado na gestão adversária, pela gestão atual. Mas isso não impediria o senhor Salim (era assim que a imprensa do O Estado de São Paulo o chamava), e seus secretários de se informarem junto aos levantamentos e recomendações do Plano. A ênfase com que foram implementadas obras viárias de vulto estariam possivelmente na esteira das propostas de vias expressas do Plano Urbanístico Básico.

do sistema viário, compatibilizando-o às necessidades da Metrópole, é básico também para essa gestão. Não podemos esquecer, ainda, que o quadro de funcionários municipais que trabalha com o Planejamento Urbano, (a burocracia concursada), permanece de uma gestão para outra.

E aqui temos uma discussão cujas chaves se superpõem. O Elevado Costa e Silva guarda características do período autoritário : obras públicas de grande porte, emblemáticas em relação ao progresso que poderiam representar.

Ao mesmo tempo, essa construção exprime a ideologia de que obras viárias são a solução para os grandes problemas da cidade; e associa um poder público, que quer deixar *marcas* de sua gestão, aos grandes empreiteiros, interessados em construir essas *marcas*.

De um lado temos informações (artigos de jornais e revistas) de que, já na época da construção do Minhocão, existiam críticas contrárias à obra (elas vinham também do corpo técnico - arquitetos/urbanistas/engenheiros); bem como de parte da própria população (especialmente moradores e comerciantes da área).

Por outro lado, o absoluto desprezo por essas manifestações, elas não se constituíram informações na *solução* do *problema*.

Se a obra, a seu modo, *concretizava a modernidade técnica*, que parte do corpo técnico rechaçava a construção?

Uma obra viária elevada causa sempre muita controvérsia. A sombra, o ruído, quem ou o quê ficará sob - e sobre - ela. Portanto, o que importa analisar é a lógica das razões que levam a diferentes análises; o que (e porque), acaba por entrar como variável neste julgamento.

No caso do Elevado Costa e Silva foi possível observar o discurso dos técnicos que estavam no poder, cujo argumento da ligação Leste-Oeste foi acolhido como suficiente, e ressaltadas as qualidades construtivas modernas da obra, esse era o discurso oficial, de quem construía o Elevado. Do mesmo modo foram encontrados artigos de outros técnicos, em revistas especializadas, analisando o impacto do Minhocão e procurando minimizar os possíveis danos que ele causaria. Aqui é possível perceber que os técnicos

estão preocupados em solucionar o *novo problema* criado : mitigar os ruídos provocados pelos carros. Não se discute a qualidade da solução, mas apenas alguns resultados da intervenção, partes.[28]

Arquitetos urbanistas que se manifestaram na época, (e que continuaram a fazê-lo), nos meios de comunicação, não acolheram a obra como uma solução para os problemas da área, e juntaram ao repúdio ao Elevado, propostas de demolição como única solução.[29]

No percurso desse trabalho, muitas vezes encontramos críticas ao Elevado Costa e Silva que se baseavam no fato de não ter sido a obra objeto de estudo técnico aprofundado; isso, somado ao prazo exíguo de elaboração e construção levaram aos inevitáveis problemas. É certo que técnicamente, problemas de ruído e luminosidade poderiam ser *mitigados*. Mas, seria esta a *origem* dos problemas do Minhocão?

Não parece que, mais uma vez, através do ponto de vista dessa *análise*, sofremos os revezes de uma Ciência compartimentada, que procura soluções para a parte dos problemas que lhe diz respeito?

A verdadeira pergunta não parece ser : Existe profundidade técnica que justifique uma obra como o Elevado?

Em outras palavras, todo o aparato tecnológico que pudéssemos dispensar a uma construção como o Minhocão não alteraria o significado desse projeto, porque não se trata de uma questão apenas técnica, mas sim de gestão da cidade, de avaliação dos interesses em jogo na gestão, e de escolha desses interesses.[30]

---

[28] *"... foi efetuada por profissional especializado uma série de medições", (...). "Isso significa que depois da construção do Minhocão, os pavimentos em níveis inferiores à pista elevada perderam em iluminação mais ou menos 90%", (...), "...pode-se constatar que o nível de ruído, no trecho considerado teve um aumento de aproximadamente 10%", (...), "...na verdade, ocorreu uma desvalorização dos imóveis nos locais por onde passou o elevado".* in Revista de Engenharia, Alguns Aspectos Negativos do Minhocão, 15/09/1971.

[29] Vide Capítulo 1, subtítulo : *demolição, unanimidade ou desinformação?*

[30] Seria o bem comum parâmetro possível no planejamento e gestão da cidade? Essa questão, já colocada por Harvey em sua investigação acerca da justiça social e a cidade (Social Justice and the City, London, Eduard Arnould Publishers, 1973), foi também explorada através do conceito de cidadania por Milton Santos em O Espaço do Cidadão, São Paulo, Nobel, 1993. E é, ainda que tão antiga quanto a própria gestão dos homens, da sociedade, um tema para investigação.

Enfim, a análise deve dar-se em outros termos que não os puramente técnicos, ou de custos; justamente para que possamos escapar do engano de reduzir os problemas em geral, e da cidade em especial, a problemas técnicos.

Assim, não são *trincheiras* para bloqueamento acústico que resolverão esse problema, ou *elementos absorvedores de ruído* sob a pista, na tentativa de minimizar o barulho; ou a *iluminação artificial*, ou previsão de alguma fresta por onde a luz possa penetrar; ou ainda, *embelezamentos* como a plantação de vasos de difícil manutenção, ou pinturas que tentam *humanizar* os tapumes e pilares , (que impedem a circulação nas ilhas...).

A metodologia de impacto ambiental, que procura contemplar as possíveis interações entre a obra e meio ambiente, compreendido em sua totalidade, surge como estratégia para que se tentem evitar obras como o Minhocão.

Trata-se de uma tarefa que, mais uma vez, desafia o pesquisador, porque as informações colecionadas nessa estratégia incluem aspectos qualitativos de difícil análise, porquanto não conformam simples dados numéricos ou tabelas, mas são contemplados os pontos de vista dos usuários, traduzem modos de uso, expectativas e frustrações.

O desafio é também da sociedade, pois não basta haver soluções que são engendradas a partir de uma estratégia metodológica em consonância com a Ciência contemporânea, é necessário empreender a tarefa de edificá-la concretamente, e isso esbarra em interesses e forças que nem sempre privilegiam a qualidade de vida da maioria dos cidadãos.

É inevitável chegar à cidadania e à política, é apenas através dessas chaves que pensam questionam e participam, que teremos a possibilidade de construir a totalidade enquanto conceito e o todo concreto como mundo.

planejamento e política

"A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de que deve ser respeitado contra a força, em qualquer circunstância".
Milton Santos[31]

O plano não é ideológico por natureza. Ideológica é sim, a tentativa de colocá-lo em campo oposto à política. Nesse subtítulo procuramos resgatar algumas questões já levantadas no capítulo anterior, e que merecem ser desenvolvidas.

Existe um texto, de autoria de Fernando Henrique Cardoso[32], no qual se discute a antinomia básica entre a idéia de política e planejamento. À primeira estaria vinculada a idéia de liberdade, porque a política poderia sempre criar algo novo a partir de seu processo decisório, mesmo que não estivesse estritamente contido na situação anterior. Ao contrário, a idéia de planejamento seria associada à prática rotinizada pelos costumes, codificada por leis e regulamentos, vinculada a uma idéia de administração.

Em outras palavras, a decisão política não seria necessariamente racional, mas o simples prevalecer da vontade de um grupo (a maioria, por exemplo, num regime democrático). Dentro desta lógica de argumentação, a razão estaria ao lado do Planejamento.

Essa análise, dentro do contexto de valorização da racionalidade exposto, transforma a política em algo que, desprovido de razão, não teria valor. Em contrapartida, o planejamento ficará reduzido a uma prática de especialistas. Já observamos a lógica que esvazia o conteúdo político, e esvazia a tematização do poder, tentamos agora compreender como as teorias que colocavam em lados opostos planejamento e política tornam-se questionáveis; de que modo se rompe a antinomia.

Na verdade, o que se torna questionável é a idéia de planejamento que, operando através de uma racionalidade ideologizada, imobiliza sua própria atuação, ou seja, porque participa de uma lógica que não se sustenta

---

[31] Santos, opus cit, pág. 7.
[32] Aspectos Políticos do Planejamento no Brasil, in O Modelo Político Brasileiro, Difusão Européia do Livro, S. P., 1973.

cientificamente, essa prática encontra grande dificuldade quando confrontada com situações não previstas em seus planos, não calculadas, não esperadas. (Lojkine, 1981).

A própria aceleração dos acontecimentos do mundo, das técnicas, das cidades, apresentou o novo sistematicamente exigindo que essa *racionalidade*, refratária à liberdade do acaso, expusesse sua pouca capacidade alicerçada, no mais das vezes, apenas no discurso.

Manheim seria um dos primeiros a minar a oposição entre política e planejamento através da análise dos problemas da planificação na democracia (Cardoso, 1973). Nela, o Plano será estratégico dentro de um contexto de racionalidade crescente, funcionando como meio para a expansão econômica, e como garante a estabilidade, termina por garantir também a sobrevivência da própria classe política.

A antinomia é substituída por uma relação bastante complexificada, porque, se por um lado o planejamento garante, ou pretende garantir, o desenrolar dos acontecimentos, a estabilidade e desenvolvimento econômico, social e político, por outro lado acumula poder em suas instituições, portanto nas ações tanto quanto no seu pessoal : a burocracia[33].

Por princípio, o burocrata deve ser selecionado pela competência, ele representaria a neutralidade que garantiria o equilíbrio de interesses de uma sociedade. Entretanto, este fenômeno de crescimento do aparelho burocrático - tanto no Capitalismo, quanto no antigo regime Socialista - ganha matizes que descobrem a esfera pouco *neutra* que uma especial razão e técnica são capazes de conferir...

Não há em Planejamento decisão que não seja política, sempre existem interesses e conflitos, e a necessidade de coordenação e potencial equilíbrio entre eles. Quem pode garantir o equilíbrio?

A questão colocada por Weber : "*quem domina o quadro burocrático existente?*"; é reapresentada por Fernando Henrique : "*quem planeja os planejadores?*". A preocupação de ambos pensadores, é a ameaça do Estado

[33] "*..a decisão, no mundo complexo da civilização ocidental requer direitos e códigos. Estes precisam de especialistas que as leiam, interpretem e apliquem*", opus cit. (pág 87).

controlador, a ameaça da "*pequena razão positivista*"[34], que imobilizaria o Estado através de uma burocracia ordenadora e inflexível, que esvazia o significado político das decisões por transformá-las em problemas técnicos.

O planejamento que é oposto à política se faz nas chaves pouco *neutras* de uma cientificidade autoritária e dogmática que não prevê espaços para qualquer participação; porque o exercício político dos cidadãos, uma vez que são apresentadas novas informações, complexifica e exige mais do processo de síntese.

Quando o planejamento deixa de servir apenas à lógica de expansão do capital - ou qualquer outro interesse particular -,e passa a ter como perspectiva científica a construção de uma totalidade, então as informações contemplam também as críticas, opiniões e manifestações, todas elas políticas, que uma população possa expressar.

Se a oposição formal entre política e planejamento é desestruturada, (como também o possível perigo da burocracia "cristalizadora" do Estado), pela imposição de um novo contexto que estimula e confia na capacidade criativa de seus planejadores, então, desarma-se também a oposição entre liberdade e planejamento.

"...a expansão do mundo contemporâneo, nas suas várias esferas (econômica, política, militar, civil) depende de modo crescente da inovação tecnológica, da criatividade organizativa e da continuidade inventiva nos meios de comunicação e informação. Isto (...) faz com que a própria atividade planejadora dependa do elan criador e contenha em si instrumentos que assegurem a liberdade para a criação". [35]

O planejamento elaborado sob uma perspectiva política, distancia-se da ideologia através da associação entre investigação e criação, e pode então participar de uma dimensão científica contemporânea.

---

[34]O positivismo de Augusto Comte elaborou uma *explicação* da transformação do espírito humano, uma lógica de evolução ou progresso, e consequentes rebatimentos na explicação da realidade. Composta por três etapas: fetichista, metafísica e científica - na etapa final a teoria adquire total preponderância sobre a prática. Aos teóricos deveria, portanto, caber a liderança - podemos inferir como este ideário pode potencialmente informar a classe detentora do saber técnico. A máxima positivista : *saber para prever, prever para prover* transforma-se em paradigma para qualquer intervenção, e especialmente, parâmetro para todo discurso.

[35] Cardoso, 1973, pág. 91.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

"Nitidamente é impossível para o homem prático compreender o que é Ciência"

Charles S. Pierce, C. P. 6, 3.[1]

A História da Filosofia coleciona diferentes modos de compreender a realidade, (convencionou-se fixá-las em um modelo correlato ao das Idades Históricas - Moderna, Medieval, Antiga...). Embora ainda utilizado como recurso didático, as Idades terminam por *fixar* o discurso histórico a uma linearidade de fatos que redundam numa pretensa, e ilusória, evolução geral.

Uma alternativa a esse caminho parece ser o desenvolvimento do conhecimento através da idéia de chaves de pensamento; nelas, tanto História quanto Filosofia não se esgotam estáticas; mas, refutando a simples sucessão de fatos, procuram por relações, e como estas se alteram no fluxo do tempo[2].

Tão antiga quanto a Ciência é a chave de pensamento que desqualifica o fenômeno, o mundo que nos vem através do sensível, como meio de Conhecer. A mais paradigmática das filosofias que creditam ao sensível fonte de engano, portanto um obstáculo ao exercício científico, vem de filósofos como Parmênides (450 a.C.) e Platão (400 a.C.). Para Platão, o ato de *conhecer* depende exclusivamente da razão, única capaz de ascender para além da confusão das coisas sensíveis em direção à Verdade. Disso decorre que, a partir do *sensível enganador*, é impossível conceber Ciência.

Em contrapartida, muitas vezes ao longo da História da Filosofia, é possível observar o esforço de pensadores para tornar aquilo que experienciamos parte, senão pivô fundamental, do processo de obtenção do conhecimento.[3]

Deixado ao largo, talvez por sua própria complexidade, de aspecto mutável e no mais das vezes pouco previsível, o fenômeno, como já foi dito, surge como um complicador para qualquer análise que se pretenda *modelar*.

---

[1] Charles Sanders Pierce, filósofo e lógico americano, 1838-1914. C.P. significa Collect Papers of Charles Sanders Pierce, coleção organizada por Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur Burks, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931 - 1935 e 1958; 8 vols. O primeiro número corresponde ao volume, e o segundo ao parágrafo.

[2] Os escritos de Walter Benjamin, por exemplo, alinham-se à esta estratégia de análise.

[3] Para Aristóteles as idéias nunca seriam inatas; esta é a principal crítica à Platão : não pode haver nada na consciência que já não tenha sido antes experimentado pelos sentidos.

Esses mesmos pensadores que buscam reabilitar a *experiência* em relação à pesquisa pensam não haver como desprezá-la, sua realidade e as *respostas* que é capaz de engendrar são decisivas, como veremos a seguir.

A *experiência*, segundo o Dicionário de Filosofia[4], é um termo que tem dois significados fundamentais : o primeiro deles diz respeito à participação pessoal em situações que se repetem - criando portanto àquele que vive a experiência , capacidade de resolver problemas correlatos. Na segunda, *experiência* funciona como uma espécie de *critério de validade*, na qual *"a proposição P é verificável pela experiência"*.

Em Pierce, pensador que fundamenta uma das posições científicas que desenvolvemos, *experiência* ganha uma outra dimensão, para além do debate da obtenção da Verdade a partir do mundo sensível ou do mundo das idéias:

O que está em jogo aqui, é uma compreensão de *experiência* que extrapola as definições apresentadas. Experenciar ganhará estatuto de Categoria, passando a ser não só objeto de conhecimento, mas parte da lógica que estrutura a concepção de Ciência.

Não se trata apenas do ato repetitivo, ou da potencial fonte de engano, ao contrário, é porque podemos chegar à verdade através dela, que a experiência ganha estatuto de *"fator de correção do pensamento"*, aquela que *"precipita e filtra falsas idéias, eliminando-as e deixando a verdade verter em sua corrente vigorosa"* C.P., 5.50[5].

Quais seriam as implicações geradas por essa mudança de estatuto da experiência em relação à pesquisa?

É certo que, uma multiplicidade de implicações desdobra-se sobre toda cultura humana, e especialmente, em relação à prática científica.

---

[4] Abbagnano,Nicola. Dicionário de Filosofia, São Paulo: Mestre Jou, 1982.

[5] Inúmeros equívocos envolvem este pensador, muitas vezes acusado de ingenuidade. Percursos de autores como Ivo Assad Ibri em seu livro Kosmos Noétos. São Paulo: Perspectiva - Holon, 1992; não só desvelam a Fenomenologia firmada por Pierce como Ciência - dada a universalidade pretendida pelas Categorias da Experiência, quanto reconhecem-no autor de uma Metafísica estruturada por uma Lógica. Essa Lógica será o fio condutor, e é concebida de tal maneira que destramá-la é compreender seu caráter ontológico.

A postura do pesquisador, bem como sua estratégia de trabalho passam por um período de proporcional mudança[6]. Talvez, a consequência mais reveladora seja que não existe mais espaço para grandes Verdades, imóveis, paradigmáticas e supostamente eternas.

Este capítulo procura desenvolver duas frentes. Uma delas resgata o tema da *totalidade* apresentado nos capítulos anteriores; a segunda coteja a elaboração pierceana da estrutura lógica de pensamento à concepção e desenvolvimento de uma pesquisa, em especial, uma pesquisa sobre o urbano. Um trabalho que já vem sendo realizado por outros autores, e que tem, como objetivo primeiro, contribuir para a produção do conhecimento sobre cidades.

estrutura mental / estrutura de pesquisa

> *"Em Filosofia, a experiência é o inteiro resultado cognitivo do viver".*
>
> C.P, 7. 527.

Qual o significado de nos alinharmos à Fenomenologia?

É importante que se diga que esse estudo dificilmente realiza asserções finais, ou proclama grandes verdades; em outras palavras, a Fenomenologia não pretende concluir verdadeiramente nada, a não ser que *"certas aparências são dadas"*[7].

Este é o ponto : ao contrário das pesquisas realizadas em chaves explicativas, que operam sob a égide de uma Teoria, e sempre em relação a ela obtêm seus resultados, a fenomenologia trabalha em outra chave, a interpretativa. São posturas radicalmente opostas e, como tal, fundamentam pesquisas com diferentes estruturas e resultados.

Isto não significa dizer que as realizações das chaves interpretativas se oponham às Teorias, questiona-se o momento em que as Teorias, já consolidadas, passam a participar.

---

[6] Sobre a transformação do *"ideal de inteligibilidade que orienta o desenvolvimento da Ciência e da leitura que podemos fazer de sua tradição"*, escrevem Ilya Prigogine e Isabelle Stengers em Entre o Tempo e a Eternidade. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

[7] Ibri, Ivo A.; Kósmos Noetós. São Paulo: Perspectiva - Holon, 1992, pág. 21.

Não se trata de um jogo retórico, mas de diferentes estratégias. Enquanto as pesquisas de caráter explicativo tem na Teoria o norte fundamental : ou o trabalho é checar a Teoria na realidade (indutivas), ou a partir dela extrair hipóteses para serem testadas na realidade (dedutivas); a estratégia interpretativa guarda da Teoria a distância necessária para que esta não induza seus resultados.

A grande dificuldade que as pesquisas realizadas na chave explicativa tem pela frente, é a visualização do novo, do inusitado; aquilo que, por não estar previsto na Teoria, *escapa* ao pesquisador, que o despreza como *mau* dado, (aquele que não se *comportou* como deveria; não *correspondeu* conforme o esperado).

A inversão que mantém a Teoria num momento posterior, correlato ao da análise, tem uma justificativa lógica e uma estratégica: uma analogia com a estrutura mental - *experenciamos* em primeiro lugar, para então realizar qualquer interpretação; desse modo, a ausência de juízo anterior deixa *espaço* para que possamos descobrir o novo, perceber o que talvez passasse despercebido a *olhos mentais* previamente preparados.

Seria mesmo possível inferir a analogia entre a lógica mental e uma concepção de pesquisa? A resposta seria afirmativa se concordássemos que o processo de conhecimento, embora aconteça em diferentes escalas, guarda potencialmente, uma estrutura similar.

Ao investigar as bases da intelecção, Pierce estabelece três momentos que se compõem no esforço de perceber e analisar algo. Esse algo não é mais físico ou metafísico, mas o conjunto de todas as coisas[8]; e é assim que se ultrapassa a discussão do início do capítulo. Pouco importa a *natureza* do que se quer conhecer, o que realmente importa é como esse processo se dá, como acontece.

Trata-se de uma aproximação filosófica, pensamos ser esta a estratégia que pode garantir à pesquisa fundamento científico; mais do que *dados*, uma pesquisa se faz através da lógica que estrutura informações[9].

---

[8] O fenômeno, ou faneron, é o *"total coletivo de tudo aquilo que está de qualquer modo presente na mente"* (C.P.,1.284).

[9] *"De início, uma questão básica que envolve a noção de espaço a partir do conceito de informação. Informação não é um dado, mas uma produção que decorre da capacidade de inferir, da e sobre a*

Os momentos assinalados por Pierce configuram Categorias da Experiência e traduzem algo como uma *escala*, que vai da simples percepção à compreensão - mediante interpretações - do objeto que detém nossa atenção[10].

Portanto, à primeira categoria corresponde o que experenciamos sem referência a qualquer coisa, é a simples cognição : um sentimento, uma qualidade; algo que o espírito será capaz de reconhecer sem mediações, (uma cor, por exemplo).

O segundo momento é a categoria lógica que traduz o Outro. Um pivô que estrutura o pensamento : a alteridade.

Esta idéia é também tão antiga quanto a Ciência[11], é porque a diferença aparece, recorta-se, que podemos conhecê-la e, por consequência, reconhecer o que é similar. Esse processo fundamenta toda e qualquer análise.

É ainda um ato imediato, anterior a qualquer interpretação, por isso a imagem que se pode utilizar para traduzir essa categoria é a simples reação de algo contra nossa consciência, análogo ao *choque*.

A reação contra a consciência, alteridade, desde que perpetrada com insistência, *provoca* a razão, fazendo com que esta trabalhe na *procura* da compreensão. O desconhecido incomoda e demanda uma solução.

Em outras palavras, se o desconhecido é colocado à nossa frente, ele se torna um *problema* a ser desvendado e *resolvido*. Analisá-lo é reunir sua multiplicidade, as muitas informações que o compõe na unidade do conceito. Grosso modo, é inferir o que dele já se conhece, perceber diferenças, relacioná-lo ao universo de informações que se possui. Enfim, *projetar* uma idéia sobre o *problema*.

Esse movimento é próprio da razão : generalizar é a síntese do apreendizado e corresponde à terceira categoria.[12]

---

realidade, novos conhecimentos suficientes para provocar aprendizado e mudança de comportamento." Ferrara, Lucrécia D'Aléssio. Sinopses, número 13, São Paulo: FAU-USP, maio de 1990.

[10] Quando passamos da compreensão do significado das palavras, para a compreensão do arranjo destas palavras em uma oração, realizamos um salto qualitativo de elaboração. Assim é, que uma criança passa da simples palavra, que representa seu desejo, para a frase, que reúne sujeito, verbo e objeto (direto) do desejo.

[11] *"Alteridade, noção vaga e excessivamente ampla, mas que não reputo anacrônica na medida que os gregos a conheceram e utilizaram. Assim é que Platão opõe a categoria do Mesmo à do Outro, em geral, **tò heteron**".* Jean Pierre Vernant in A Morte nos Olhos - figuração na grécia antiga, Ártemis e Gorgó. Rio de Janeiro: Zahar , 1988, pág. 12.

A proposta de pesquisa baseada na estrutura mental materializa-se na busca de estratégias que promovam uma aproximação sem respostas pré estabelecidas, uma investigação sem *pré juízos*.

momentos do olhar, momentos do pesquisar

> *"A atenção está no cerne dessas constantes estratégicas, porque é orientada por dois elementos, também básicos : a observação e a comparação."*
>
> *Lucrécia D'Aléssio Ferrara*[13]

Ao estender a lógica da percepção e intelecção para a pesquisa, deparamo-nos com desafios: como propiciar ao espírito esses primeiros momentos, que são próprios do Conhecer, e dos quais não participam Teorias? Como pesquisar sem o respaldo, (alentador), do que já foi feito?

Quando o objeto de pesquisa é a estrutura ambiental urbana, especialmente a cidade de São Paulo, temos uma ampliação das complicações que o fenômeno representava. Não se trata apenas do fenômeno que inserido na pesquisa faz falhar as hipóteses - frustração que se transforma em resistência à participação ativa do fenômeno nas pesquisas, (Santos,1994); mas também porque ele é nosso meio, e tal proximidade engendra, em termos perceptivos, algo como uma *'miopia'* : o hábito trata de tornar homogêneo o excesso e a superposição de estímulos a que estamos submetidos. Quase numa defesa mental, percebemos pouco, e no mais da vezes, mal.

A estratégia proposta reúne três momentos: Contextualização, Leitura e Interpretação.

Contextualizar é uma atividade estrutural e metodológica que coleciona informações do lugar que é objeto de estudo; concretamente, é buscar perceber e apreender as características que tornam singular aquela parte da cidade.

---

[12]Essa definição de geral adotada por Pierce corresponde à definição Aristotélica, na qual, geral é predicado de uma multiplicidade de individuais, ou seja, predicar é afirmar ou negar algo de alguma coisa.

[13] Ferrara, L. Leitura Sem Palavras, Série Princípios. São Paulo : Ática, 1986,página 33.

A divisão entre as etapas não é estática; assim, podemos estar *conhecendo* um lugar e *reconhecendo* outras formas de ver e usar o espaço. Isso ocorre porque existe uma permeabilidade entre fases, é através desse processo que percebemos características, elegemos índices dominantes, que articulam hipóteses e geram novas informações.

Mas, qual seria o recurso que possibilitaria romper com o hábito e flagrar essas características? Como reproduzir a percepção primeira, aquela que potencialmente revela novos usos, outras apropriações, novas lógicas , enfim, para o lugar?

Conhecer é se aproximar. É necessário freqüentar o lugar; além disso, é necessário registrá-lo. Filmes ou fotografia funcionam como meio de *forçar a atenção* do pesquisador para elementos que poderiam passar desapercebidos. Usos e hábitos constroem a imagem concreta de um lugar, (Ferrara, 1993), são aspectos qualitativos que colecionados, possibilitam análise.

O ato de fotografar ou filmar prescinde neste momento de abstrações, do aporte Teórico; demanda sim, atenção ao aspecto que se elegeu qualidade : poderiam ser índices da degradação urbana, ou da perda de qualidade de vida, ou ainda, de mudança de uso.

As imagens fotográficas, fragmentos da experiência, vão imprimindo qualidade ao *abstrato espaço urbano*, transformando-o em lugar, ou lugares; um recorte que traduz relações e particularidades.

A qualidade torna-se Categoria, algo que se percebe e persegue. Portanto, filmar ou clicar lugares transforma-se no momento em que propiciamos ao espírito a *experiência*, o momento em que percebemos o fenômeno, sem mediações.

A partir do instante em que passamos a elaborar, (e aí as Teorias que nos acompanham já estão engatilhadas), aquele aspecto que nos pareceu inusitado pode ser somado e relacionado a todas as outras informações.

Contextualizar, Ler e Interpretar conformam uma operação abrangente e que tem como objetivo fundamental superar a concepção abstrata de espaço, reunindo informações sobre o lugar, inventariando imagens; - ao mesmo tempo em que se freqüenta o local, dar o tempo necessário para que este se torne conhecido.

Aqui, a noção de tempo aparece como fundamento, em duplo sentido. Tanto esse movimento envolve um fluxo de tempo : o processo de apreendizado, as generalizações, demandam tempo; quanto singularizar um lugar significa estabelecer um período de validade para a análise que se constrói.

Na verdade, um tempo que desvenda um outro tempo, *período*, noção que exploramos a seguir.

totalidade e fenômeno

> *"De resto, o próprio conhecimento é prático, ele muda o conhecido".*
>
> *Jean Paul Sartre*[14]

A totalidade das coisas se faz e refaz o tempo todo; embora pareça impossível abarcá-la, existe a possibilidade de percebê-la através da idéia de construção.

Como num grande jogo de montar, as partes que podemos elaborar funcionando como peças. Cada peça guarda em si a qualidade de uma proporção; atingimos, ao construí-las, uma *"fração do acontecer humano"*. (Santos, 1994).

O processo de elaboração de uma dessas peças é dialético na medida em que estabelece, entre objeto e pensamento, uma especial relação. Sartre nos fala de um "vaivém" da razão na construção de um cenário, de uma *época* : quando queremos conhecer uma biografia, que poderia ser a biografia de uma obra urbana, aprofundamos a *época*, e esta aprofunda a biografia, (Sartre, 1967).

Essa estratégia engendra, graças ao movimento de sua construção, *espaço para a mudança*. Significa dizer que o fenômeno pode participar dessa lógica sem prejuízo de suas características, porque essa estrutura nasce de um estreito diálogo com o tempo, estabelecendo um período de validade para as *leis* que o conformam.(Santos, 1994).[15]

---

[14] Sartre, Jean Paul; Questão de Método, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

[15] Época ou período? Em uma das passagens da Questão de Método, opus cit, Sartre refuta a possibilidade de se auto-denominar *marxista*, julga não haver uma verdade pronta nos escritos de Marx e Engels, mas um caminho, um método todo a ser construído, uma Ciência a ser constituída. Assim é que Sartre propõe

A questão do tempo retorna aqui : constrói-se um conjunto de relações de fixidez momentânea, este assinala um período que as circunscreve - essa prática elabora tantos períodos quantas forem as escalas de observação.

A proposta do professor Milton Santos é de que o tempo, e suas categorias de análise, são os instrumentos adequados para a compreensão do espaço em sua totalidade.

Dois eixos devem ser trabalhados : o das sucessões e o das coexistências, ou simultaneidades. O primeiro trata dos eventos lineares, a mudança de um lugar - histórico e específico nesta medida; o segundo extrapola o objeto e coteja seu universo. Tecer estes dois eixos é estabelecer um período, é montar uma das possíveis interpretações, colocar uma peça a mais no jogo.

Quando procuramos compreender a totalidade que é a cidade, empreendemos a tarefa de selecionar e construir recortes que distingüem lugares, identificados por um tempo determinado.

A justificativa desta escolha faz-se através das próprias informações que o lugar engendra: a lógica é intrínseca ao fenômeno porque busca por um conjunto de relações - que incluem o cotidiano, o uso - que terão *força de lei* por um período.[16] As *leis* se sucedem, *"denotando que o tempo passa e mudando as denominações desse verdadeiro espaço-tempo que é a cidade"*, (Santos, 1994, pág. 71); mas, que significado tem o termo *lei*?

Esse parece ser o momento para retomarmos nosso primeiro autor : *"...lei prescreve resultados semelhantes sob circunstâncias semelhantes. Isso é o que a palavra lei implica."* (C.P.,1. 161).

A lei tem um qualidade preditiva, espera-se que as coisas ocorram *como de costume*; quando essa previsibilidade falha, deve existir uma nova acomodação, e a lei se modifica.

---

a *época* como cenário, recorte de estudo, e Milton Santos estabelecerá *períodos* como estratégia na configuração de lugares.

[16] *"Esse exercício de interpretação deve levar em conta que esse sistema está, em relação a outros situados em escalas superiores e inferiores. Esse enfoque sistêmico é fundamental. Lembremo-nos também, de que se limitássemos a por lado a lado variáveis de mesma natureza, apenas chegaríamos a relações numéricas desprovidas de significação. São relações entre variáveis de natureza diferente que permitem aproximação da noção de estrutura".* Milton Santos, in Técnica Espaço Tempo; São Paulo : Hucitec,1994, pág.64.

Na verdade, o acaso dos acontecimentos, imprime o movimento, reestruturando ou negando a lei, estabelecendo um novo período.

A convergência que podemos observar entre pensadores de diferentes áreas, reproduz um movimento de convergência da própria Ciência : a necessidade de trabalharmos com noções, categorias e conceitos que traduzam a provisoriedade das representações, a mudança, a instabilidade do fenômeno.[17]

A palavra *representação* é um vocábulo de origem medieval que indica imagem ou idéia - ou ambas as coisas, trata, em uma de suas interpretações, da relação entre pensamento e objeto[18].

Em Pierce, representação tem status de Categoria Lógica. A Terceiridade é o mesmo que representação.

Ao procurarmos estabelecer uma analogia entre estrutura mental e estrutura de pesquisa, reconhecemos o papel decisivo desempenhado por essa Categoria Lógica : ela reúne e produz informações - uma pesquisa opera dentro da Terceiridade. Como mediação é através da reunião e produção de informações que se estabelece o *período*.

É desse modo que se constrói a pesquisa sobre nosso objeto de estudo. Trabalhávamos o *eixo das sucessões*, na história da mudança de um lugar que se configurava através da participação do Elevado Costa e Silva; ao mesmo tempo, investigávamos aspectos da Modernização que valem para o período, o *eixo das coexistências*, (Santos, 1979 e 1994).

A estratégia não é outra senão escapar , (como já foi dito anteriormente), da análise em termos puramente tecnológicos e de custos, para tentar, como propõe Castells[19], pegar o "contrapé" dessa ideologia. É, antes de tudo, compreender o meio ambiente como relação social - e ao introduzir o processo social na produção do ambiente, diferenciam-se interesses, expressão das classes sociais.

---

[17] *"...é a partir de noções como instabilidade e de caos que se pode construir uma concepção enfim coerente de realidade física."*; Prigogine & Stengers, in Entre o Tempo e a Eternidade; São Paulo : Companhia das Letras, 1992, pág. 6.

[18] Abbagnano, Nicola. Dicionário de Filosofia, São Paulo : Mestre Jou, 1982.

[19] Castells, Manuel; Symbolique Urbaine et Mouvements Sociaux.; in Versus - Quaderni di Studi Semiotici . Diretti da Umberto Eco. Milano : Achille Mauri ed., número 3, setembre 1972.

"Somos então obrigados a colocar os termos desta relação na base da carga simbólica expressa pelas formas". (Castells, 1972).

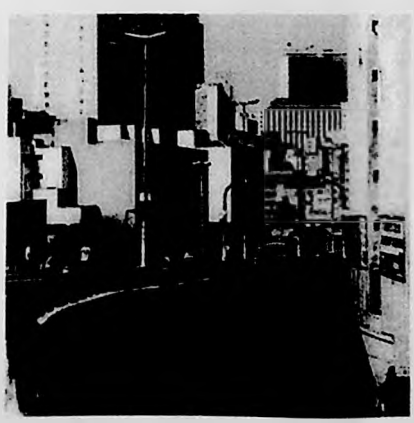
Por isso a tarefa de desvendar o que está sob as representações é a principal perspectiva na construção da inteligibilidade de um lugar - porque vivemos nessa época de signos, nessa época em que as representações nublam reais intenções de discursos e de ações, é preciso procurar ver e expor a *totalidade dos interesses*. (Santos, 1994).

Os desdobramentos dessa postura científica são reveladores : eles transformam a própria atividade de projeto: ao *desmontar a peça* para conhecer a estrutura de *idéias* que aparece concretizada sob a *forma* de uso, de hábito, de cultura; faz o caminho inverso, ao mesmo tempo em que analisa - (desmonta), projeta - (monta novamente), um lugar.

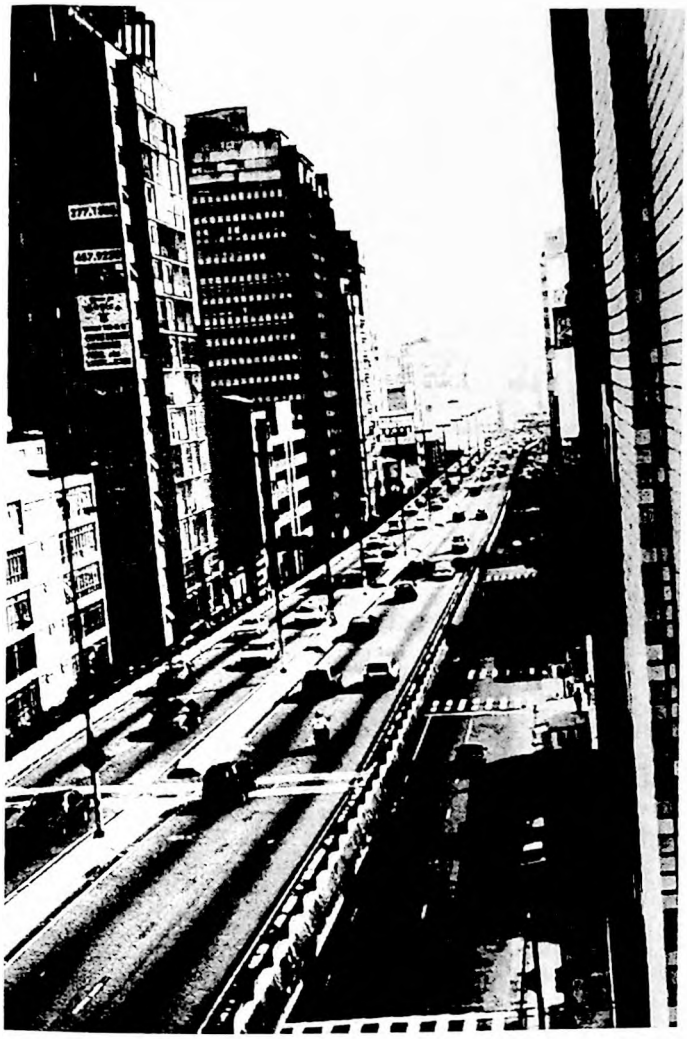
A *consciência* dessa estratégia é que estabelece o diferencial na atividade de criação.

> *"..., pois num mundo que inventa cada dia uma novidade, tornamo-nos todos cada dia ignorantes do que são as coisas novas, do que elas trazem como impulso na produção e na ideologia. Essa criação cotidiana do homem ignorante é que impõe o discurso, impondo essa nova categoria de análise indispensável ao entendimento de que as coisas e os homens são."*
>
> *Milton Santos*[20]

[20] Santos, Milton; Técnica Espaço Tempo, São Paulo, Hucitec, 1994, páginas 103 e 104.



A ATUALIDADE DO ELEVADO COSTA E SILVA

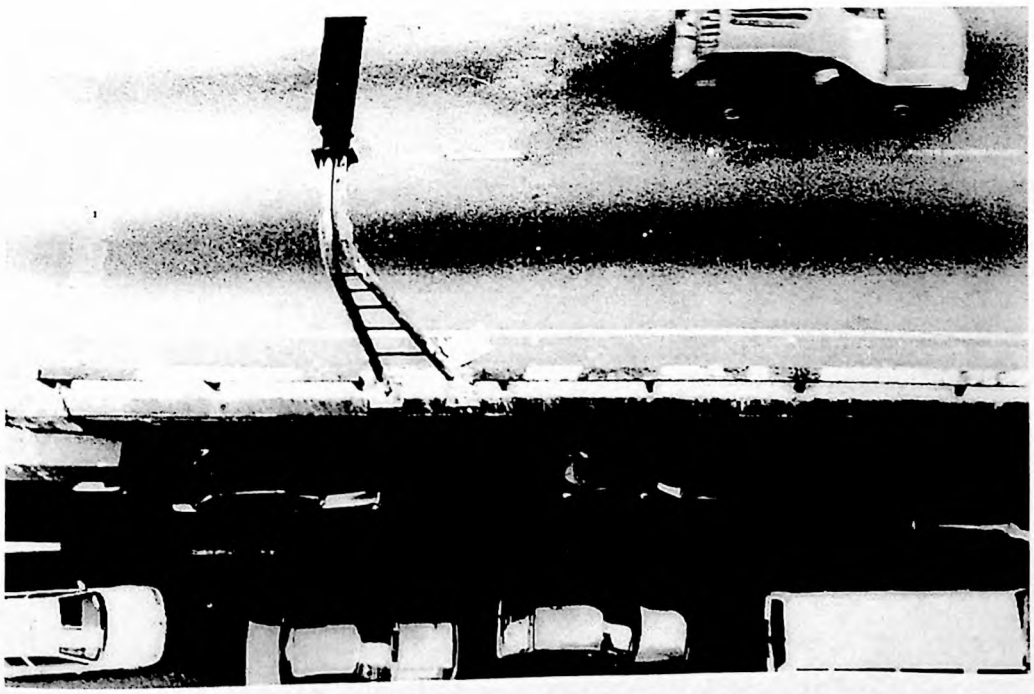


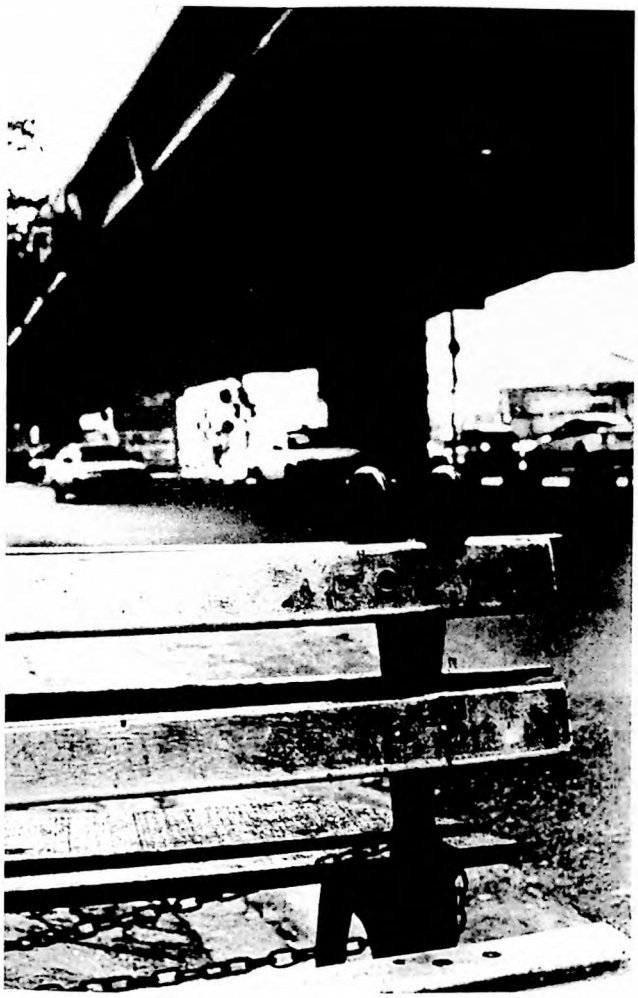
Quando iniciamos a dissertação de Mestrado, partíamos de uma série de hipóteses sobre nosso objeto de estudo . Elas eram baseadas em nossa experiência e repertório de então. Era necessário ampliar a experiência, tentar criar novas hipóteses a partir do fenômeno.

A estratégia para reunir informações atuais sobre o Elevado Costa e Silva foi desenvolvida, principalmente, através dos trabalhos programados. O objetivo era, através de visitas freqüentes ao local, participar e observar seu cotidiano.

Realizou-se levantamento de todas as edificações lindeiras ao Minhocão, em que se analisava o estado, o uso e o gabarito das construções.

A par disso, e em outro tempo, foram entrevistados 25 moradores e/ou usuários da área. A amostragem qualitativa buscava referências da população acerca do objeto de estudo - por essa mesma razão, perguntava-se sobre o lugar e suas características, e aguardávamos que, no decorrer da conversa surgisse, ou fosse de alguma forma referenciado, o Minhocão.





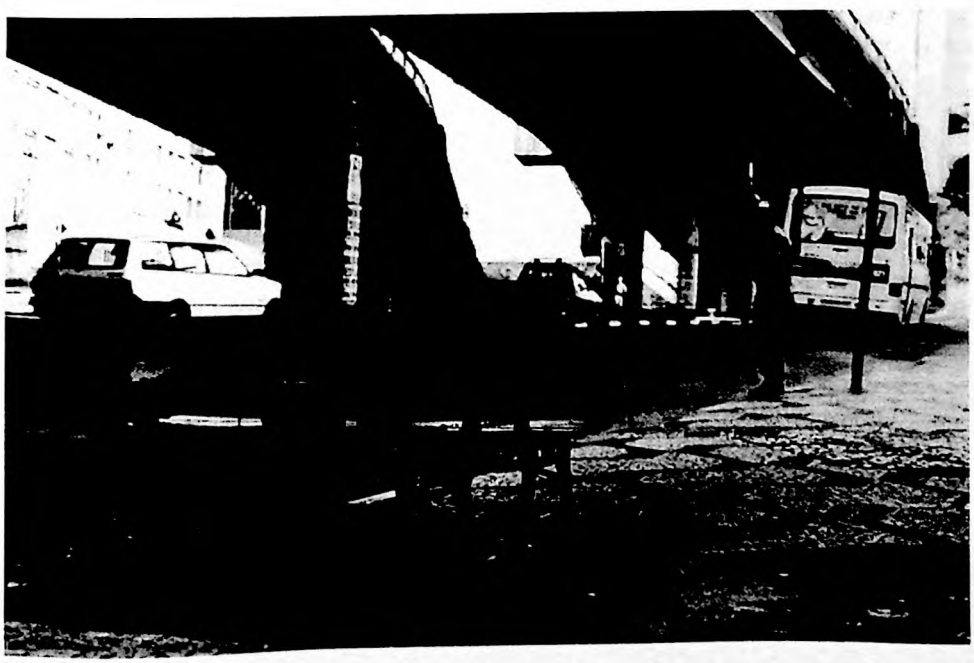
Era importante que o assunto não fosse sugerido pelo pesquisador, mas relacionado livremente pelo entrevistado. A presença, ou não, do Elevado no discurso do entrevistado denotava níveis de pecepção que seriam utilizados na análise e elaboração da atualidade da obra.

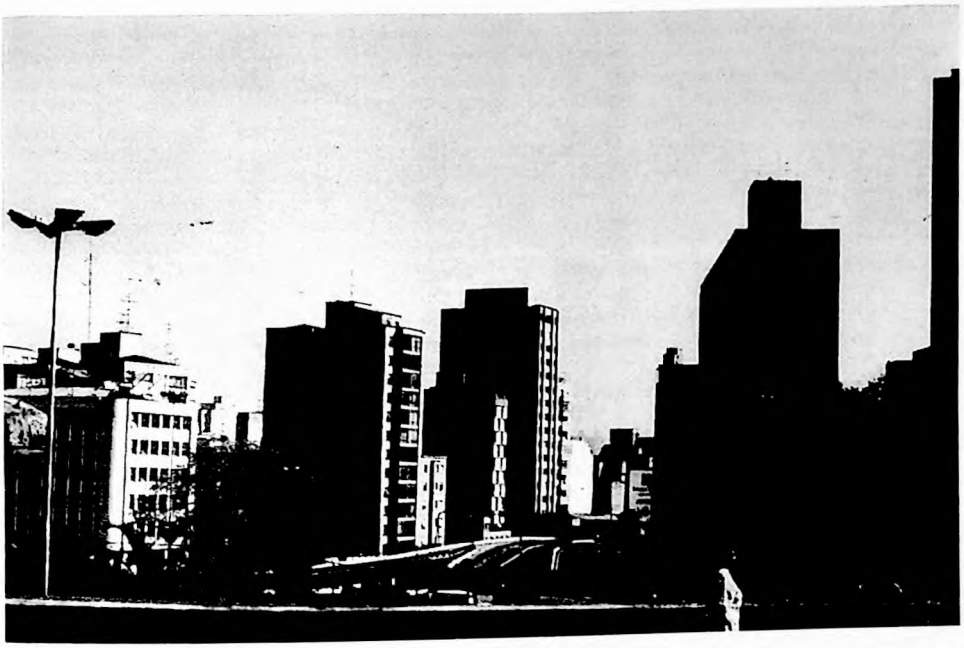
O levantamento fotográfico foi realizado durante todo o período da pesquisa. Ele não só proporciona uma possibilidade a mais de freqüentar o local, mas também funciona como fundamento e estratégia metodológica que se desenvolve:

"Imagens fotográficas, fragmentos da experiência, vão imprimindo qualidade ao abstrato espaço urbano, transformando-o em lugar, ou lugares; um recorte que traduz relações e particularidades".(Capítulo 4).

O esforço era conhecer as qualidades que tornam singular o trecho da cidade cortado pelo Elevado Costa e Silva. Esse processo de elaboração de um período relacionava as informações que reuníamos cotidianamente à bibliografia; aos depoimentos de ex-moradores, comerciantes e técnicos presentes nos jornais; às pesquisas junto ao Arquivo do Estado, Biblioteca Municipal e ao Arquivo de Processos Encerrados.

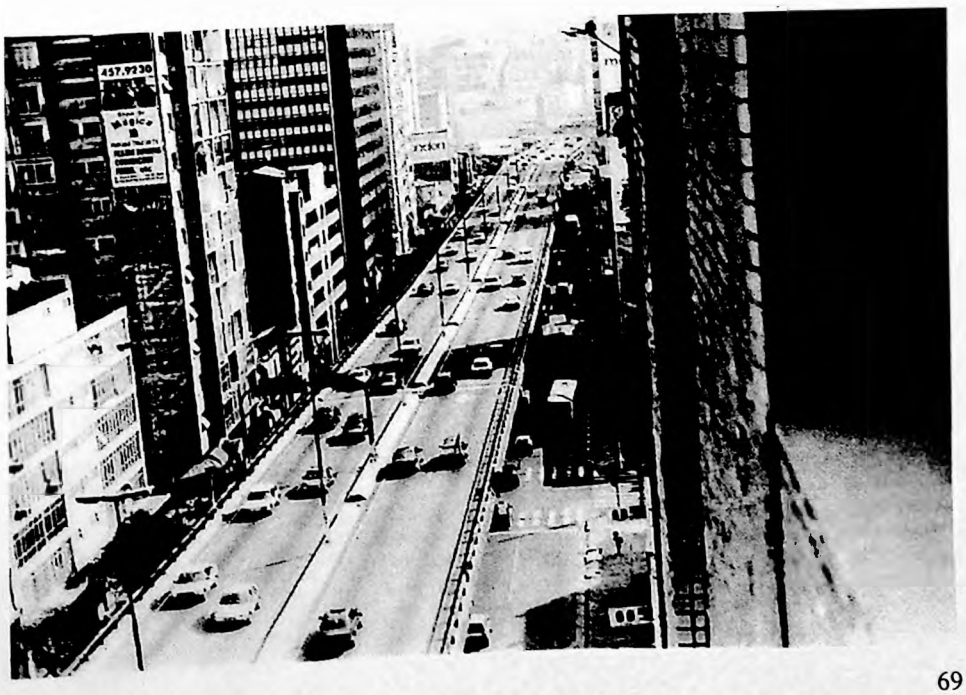
O conjunto dessas informações constrói esse trabalho, e especialmente, este capítulo.

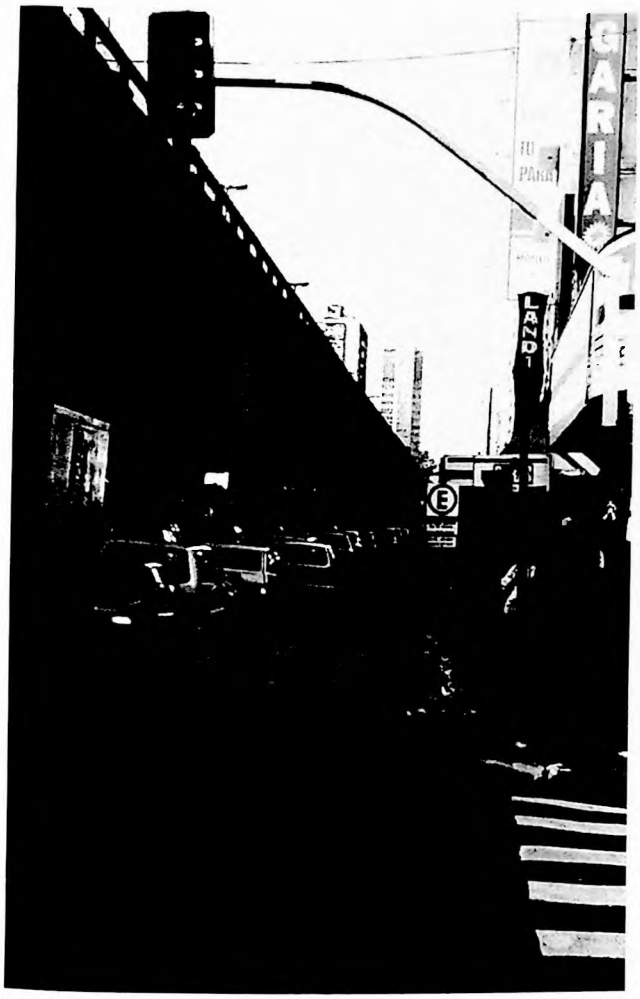




As primeiras hipóteses acreditavam em um repúdio unânime ao Elevado Costa e Silva, especialmente por parte dos moradores daquela área da cidade de São Paulo. Tinha-se também como certa a percepção, por parte do usuário em geral, de que o processo de decadência do entorno tivesse sido promovido, ou acelerado, pela obra. Havia ainda a hipótese de que, parte da população pudesse associar a grande construção, ao período autoritário posterior ao golpe militar de 1964.

Estas idéias falharam frente à realidade que os trabalhos programados proporcionaram : a maioria dos moradores e/ou usuários, (24 dos 25 entrevistados), não se lembrava do Minhocão quando perguntados sobre o lugar, e mais, quando perguntados diretamente sobre o assunto, acreditavam ser a obra uma boa solução, ou simplesmente, não tinham opinião sobre a obra. A partir das hipóteses que falham, as questões se transformam : por que alguns julgam o Elevado uma boa solução? E ainda, por que algumas pessoas parecem sequer vê-lo?

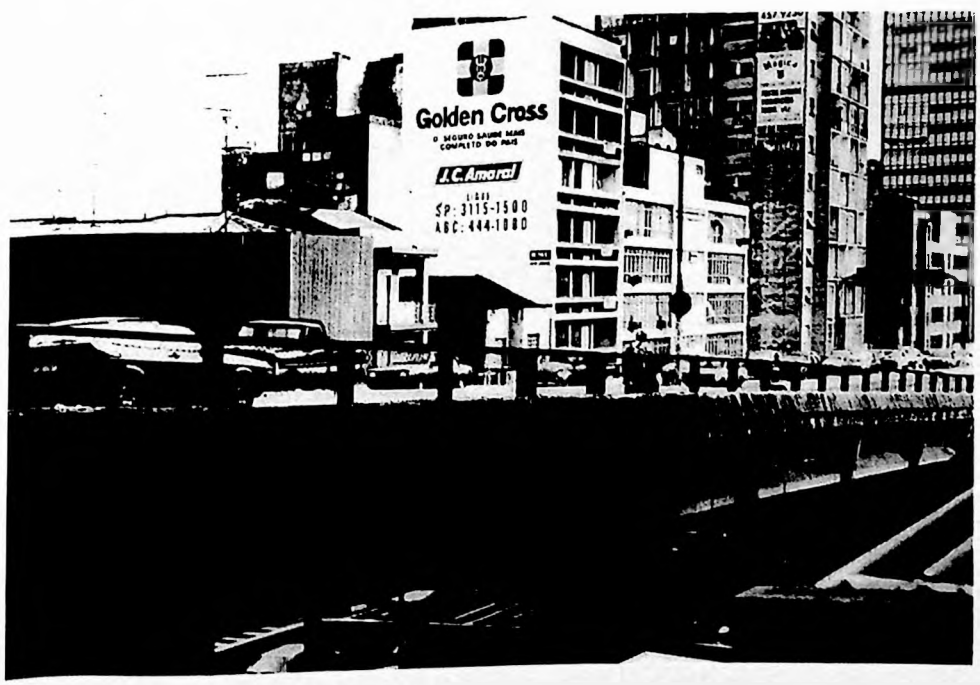




Assim é que se abriu a investigação da chave ideológica nesta pesquisa.

Existia um descompasso entre as afirmações do usuário e o meio ambiente em que ele realizava seu depoimento, como por exemplo o do senhor Fairbanks, (farmacêutico, 63 anos), que afirmava ser aquele tipo de intervenção "boa e necessária para a cidade".

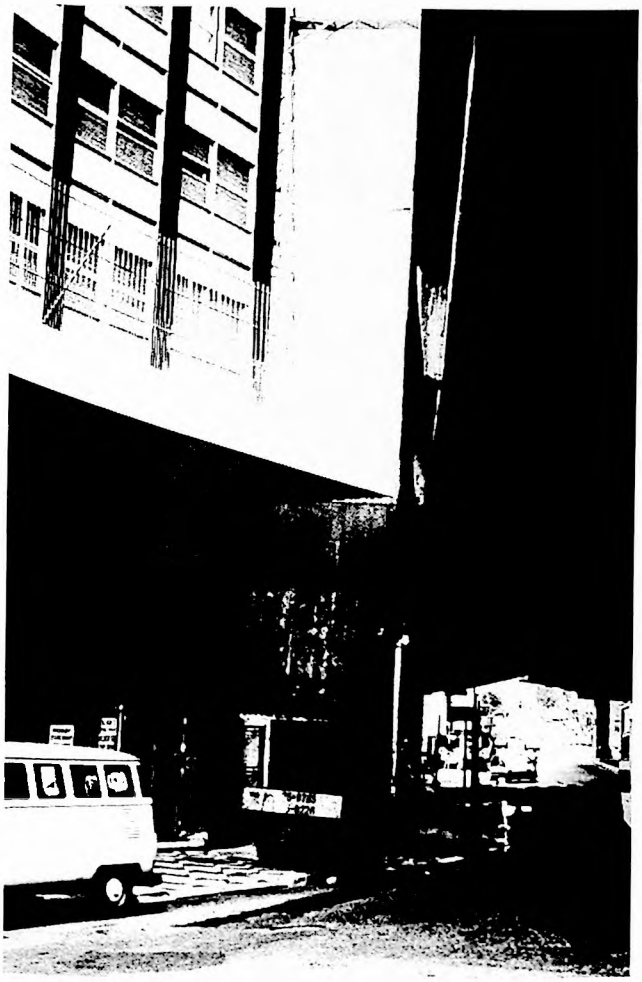
Essa frase, dita sob a sombra do Elevado Costa e Silva, enquanto lhe engraxavam os sapatos, era, no mínimo contraditória, - mais de uma vez fomos obrigados a repetir frases porque o barulho do entorno só permite conversas em voz alterada.



Defasagem entre discursos, ou entre discursos e situações, são boas pistas quando a investigação que se faz é acerca das representações que uma determinada obra urbana possa guardar.

Utilizamos esse recurso também no primeiro capítulo, ao tratar de uma outra dissonância de discursos que chamamos oficial, (das autoridades), e oficioso, (a realidade da obra através de entrevistas com os usuários presente em artigos de jornal).

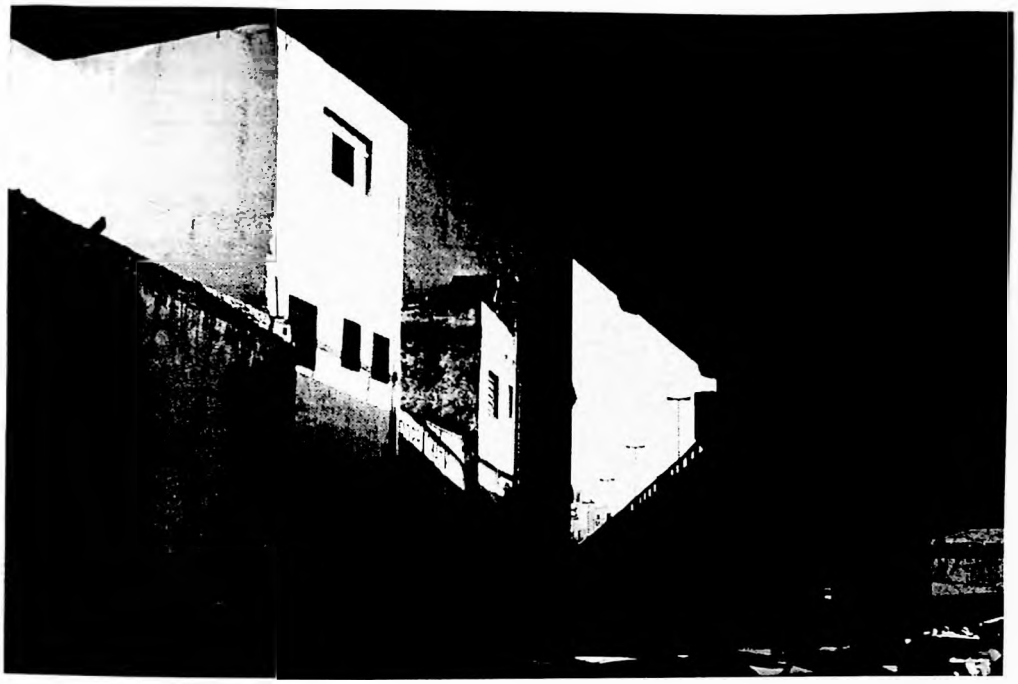
A informação gerada a partir dessa contraposição tenta escapar da análise em termos puramente tecnológicos e econômicos e, pegando o contrapé dessa ideologia, busca, nas representações, a qualidade das decisões tomadas, os conflitos encobertos e os interesses envolvidos.



Quais as razões que levam parte da população a defender uma obra como o Elevado Costa e Silva como *"boa e necessária para a cidade"*?

Os capítulos 2 e 3, que elaboram sobre os temas Ideologia e Moderno, tratam dessa estrutura de idéias que opera como um padrão que deve ser emulado. A cidade deve ser moderna, e para isso deve se adaptar aos padrões das modernas cidades do chamado primeiro mundo : novas e expressas vias ligando as partes da cidade, facilitando o deslocamento e circulação de mercadorias.

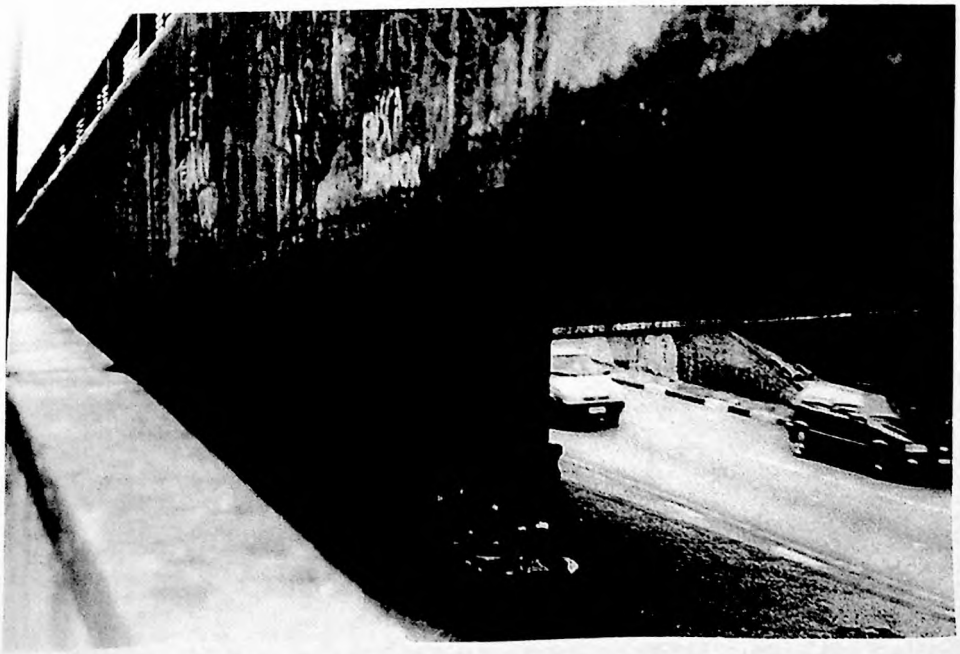
Quando se responde à questão, *o que é o novo?*, afirmando que *o novo* é aquilo que pode representar o moderno e a lógica funcionalista, estamos chegando mais perto do universo de interesses que guia essa "expansão" em direção ao novo e ao primeiro mundo.



A certeza do senhor Fairbanks, bem como a de outro usuário, o senhor Américo, (contador, comerciante, 80 anos), que assistiu a construção do Minhocão, e que afirma ser o trânsito uma conseqüência do crescimento da cidade, são informadas por esses padrões, convencidas de que este modelo de expasão urbana é inexorável. O custo de uma cidade com lugares deteriorados, de ambientes degradados, ou a perda da qualidade de vida é o preço que se paga pelo desenvolvimento.

Entretanto é preciso desconfiar dessa estrutura linear de idéias. O par causa-efeito opera aqui suprimindo toda a complexidade do problema.

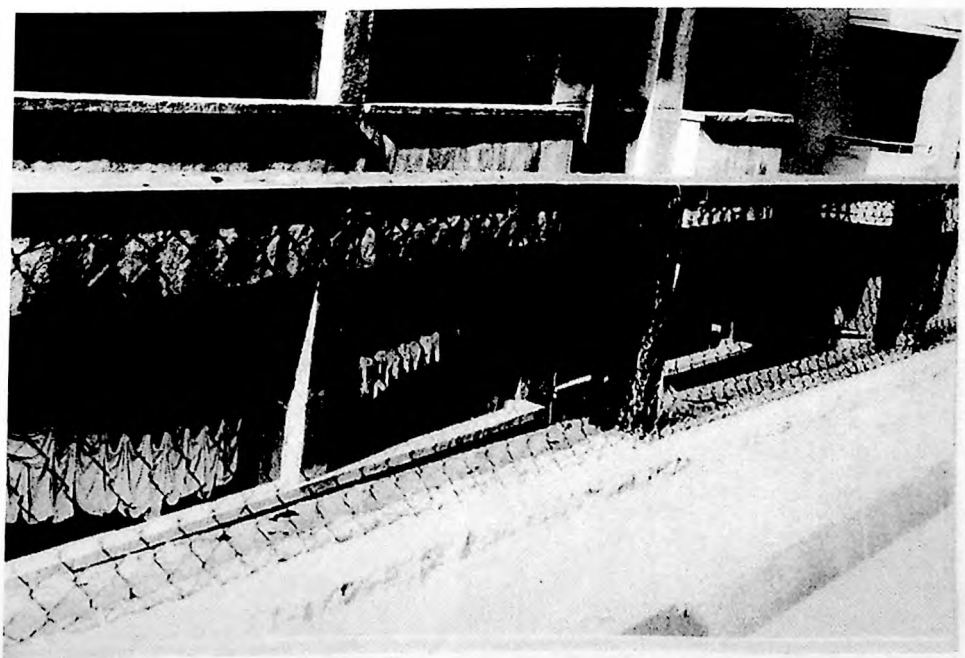
Então viver na cidade, reconhecer e fruir lugares, identificar passagens, tudo isso foi substituído pela função circulação?Esse custos devem ser suportados em pról de um Bem Maior? O abstrato desenvolvimento?



Não se pode confundir esse esforço de compreensão do meio ambiente urbano com uma defesa de volta à aldeia. É antes a atenção despertada para essa lógica que tudo resume a um problema técnico ou econômico, e como tal deve ser tratado por especialistas. Desse modo, não há o que pensar, ou discutir... A gestão do urbano perde seu significado político, e é delegada pela população aos competentes.

Desconfiar dessa estrutura linear de idéias é o primeiro passo para perceber que é preciso romper com esse discurso e partir para uma construção que observe também as outras relações que constituem a cidade, inclusive as sociais.

Desmistificando essas idéias podemos começar a desembaralhar razões e interesses, construindo elementos teóricos que sejam capazes de interpretar a qualidade das representações contidas no espaço urbano.

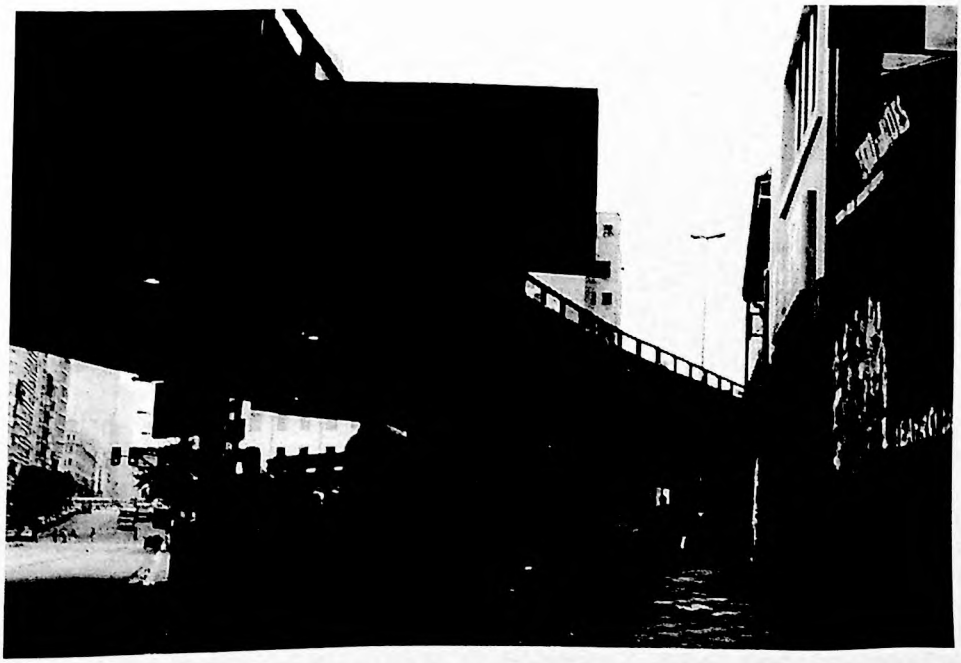


Os elementos teóricos nascem da observação do fenômeno. É a cidade, expondo a realidade da obra construída e em uso, que alimenta a estratégia de interpretação.

Seria mesmo o Elevado Costa e Silva insubstituível? Repetindo a pergunta do próprio usuário: Mas o que seria da cidade, hoje, sem o Minhocão?

Recolocar essa questão, contrapondo o benefício que a obra traz : as milhares de pessoas que utilizam o Elevado Costa e Silva como meio, caminho; às imagens do próprio Minhocão : a proximidade das edificações, a sombra projetada, o barulho. O contraste desse benefício e seu custo parece impor uma resposta que chegamos a ouvir : o elevado é um mal necessário.

Entretanto voltemos às questões; talvez, através delas, possamos refletir sobre o processo de decisões e projetos urbanos.



Não podemos afirmar que a cidade seria melhor sem o Minhocão, podemos apenas afirmar que a realidade seria outra; isso, baseados numa possível resposta à primeira das perguntas.

Já em 1957, a prefeitura incumbia o Departamento de Urbanismo de uma revisão nos planos do Metropolitano do Município de São Paulo. Uma publicação da Companhia de 1968, gestão Faria Lima, conta detalhes desses planos que estabeleciam os seguintes critérios para a escolha de linhas : 1. traçado não centralizado, eventualmente atravessando o centro; 2. interligação de zonas de densidade demográfica equivalente; 3. de preferência no traçado, seguir faixas ocupadas por vias públicas, para evitar desapropriações.

O sistema seria composto de duas linhas, a Leste-Oeste, (Lapa-Penha), e a Sudeste-Norte-Sudoeste, (Ipiranga- Estação Rodoviária, que seria localizada na praça das Bandeiras, -e Pinheiros).

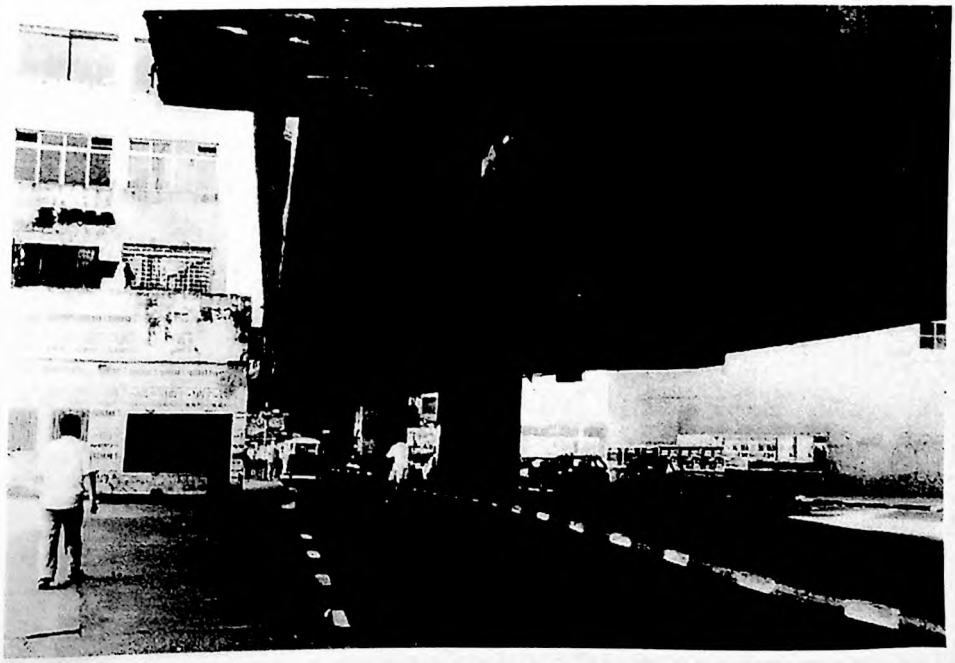
Também o Plano Urbanístico Básico, PUB de 1968, previra vias expressas para essa ligação entre regiões Leste-Oeste e, embora aqui a opção não fosse mais especialmente coletiva, havia certos cuidados, (mencionados no terceiro capítulo), com relação à implantação de vias expressas que deveriam ser tomados.

E qual seria o resultado se, mesmo construído o Minhocão, as desapropriações fossem maiores, ampliando a distância entre as construções e a via elevada? E se o projeto tivesse tido o tempo e o cuidado de, a partir das próprias experiências já realizadas, (e na época sendo demolidas como vimos no promeiro capítulo), pensar sobre as possíveis interações entre obra e entorno?

Em outras palavras : o Elevado não era um mal necessário.

A solução da via expressa elevada não era o único projeto possível, como defendiam seus construtores. A menos que se tome como variável nesse processo decisório pontos que levantamos ao longo dos outros capítulos: a construção exprime a ideologia de que obras viárias são a solução para os grandes problemas da cidade, ao mesmo tempo em que associa um poder público ansioso por deixar marcas de sua gestão, aos grandes empreiteiros, interessados por construir essas marcas.

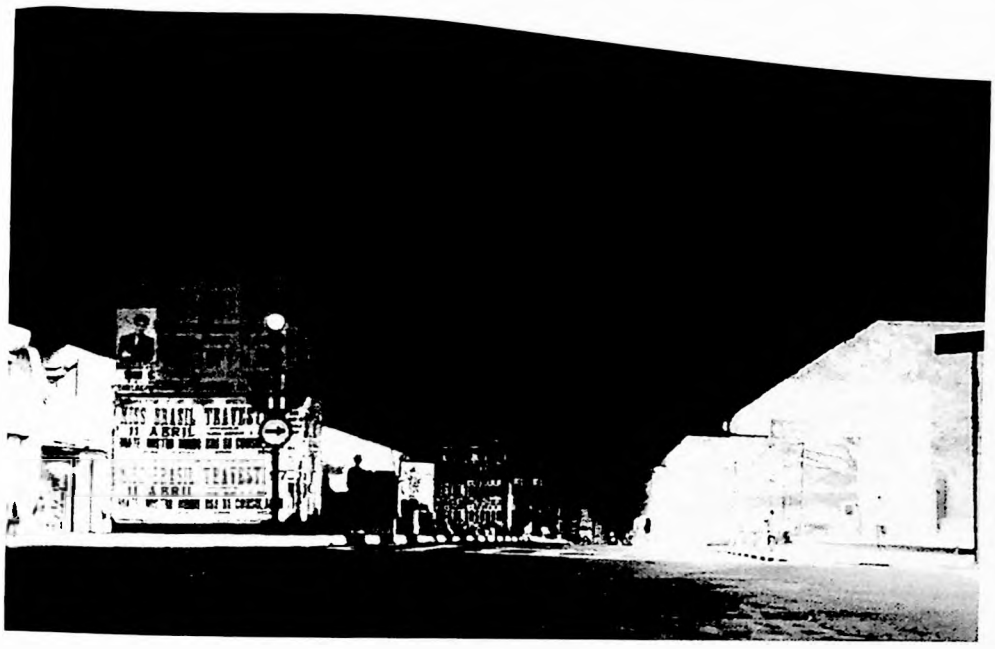
E as marcas devem ser representação do progresso, do moderno, da eficiência tecnológica que constrói uma solução em 14 meses, dos interesses do poder econômico não apenas das grandes construtoras, mas também da cidade que se alinha ao modelo de expansão capitalista baseado na indústria automobilística e na especulação imobiliária.



Toda essa lógica permanece oculta da maior parte da população que se queixa do trânsito, elogia as novas obras viárias realizadas pelo poder público, e reitera seu apoio elegendo candidatos com esse discurso.

O que essa mesma população não percebe, ou não quer perceber, é que estas obras não são solução que se sustente, que o conforto do carro pouco vale frente ao desconforto das intermináveis horas de trânsito. E, principalmente, porque pensar a cidade sob o ponto de vista do automóvel é descaracterizar um outro tipo de representação : a política, (Castells, 1979).

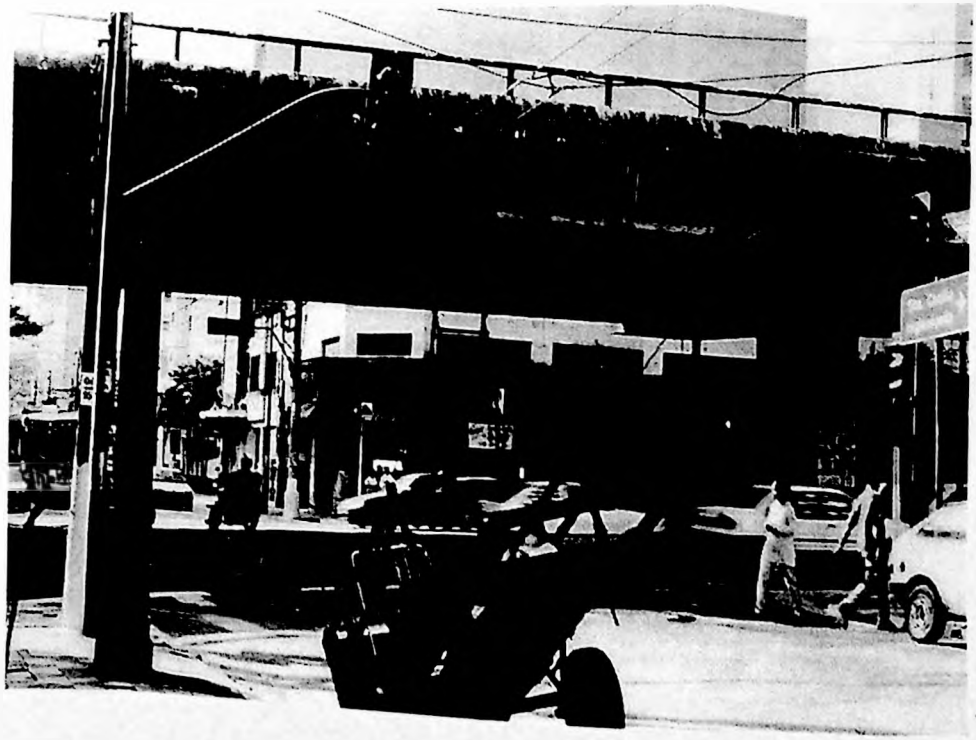
O significado mais comum de representação é *estar no lugar de*. O poder público, eleito democraticamente, deve representar a sociedade como um todo. E, embora essa situação pareça apenas ideal e distante da realidade, não podemos abandoná-la se estamos interessados em desvendar representações, ou a ausência delas, expondo conflitos.



Uma das grandes referências dos usuários entrevistados era a forte presença dos moradores de rua por toda a extensão do Elevado Costa e Silva. Se a maioria não se lembrou do Minhocão durante a aplicação do questionário, a maioria absoluta se lembra da poluição, da sujeira e dos mendigos.

O Minhocão parece ser um quadro síntese do outro lado dessa Metrópole do chamado terceiro mundo; uma radiografia onde podemos reconhecer, de uma só vez, custos de um certo tipo de desenvolvimento concretizados sob a forma de exclusão social e degradação do meio ambiente.

Daí a importância da *precisão* defendida por Castells, e relacionada no capítulo 2. Se o progresso técnico é a base da Metrópole, e este é um ponto insubstituível, o que deve estar em discussão é a qualidade e os custos desse progresso.



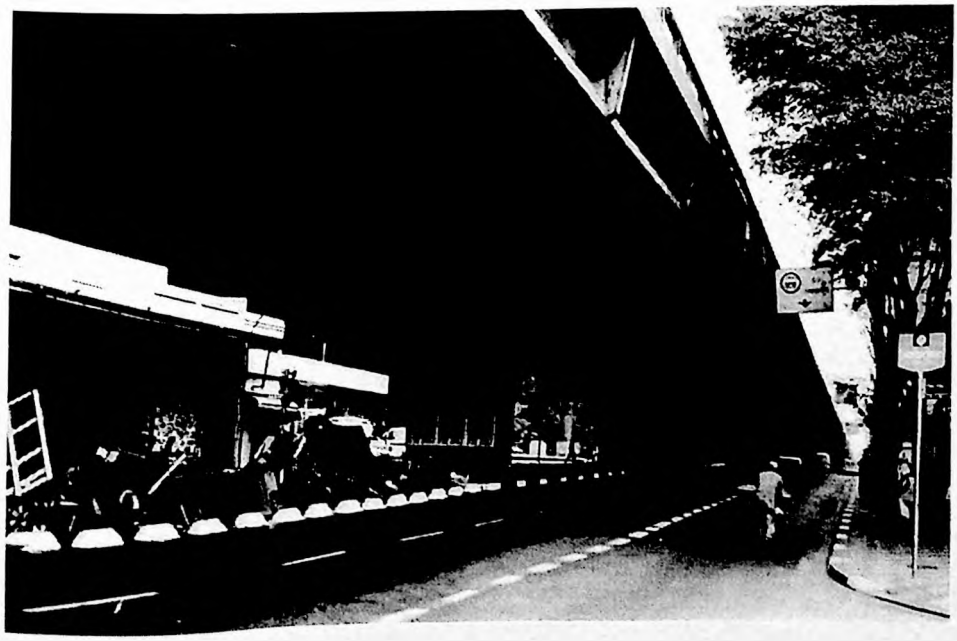
A observação cotidiana do Elevado Costa e Silva percebe esse outro lugar em que se transforma o viaduto : o grande teto que abriga um contingente de pessoas que, durante quatro anos de trabalho, aumentou consideravelmente.

O artigo de primeiro de novembro de 1992 do jornal O Estado de São Paulo, entitulado *"Regional vai afastar os mendigos do Minhocão"*, descreve a solução encontrada para evitar que pessoas sem-teto ocupassem a área : *"Para conseguir isso, a idéia é fechar vão mais baixos do Elevado Costa e Silva, impedindo que pessoas se instalem nesses locais"*.

No próprio artigo, a chefe de gabinete da Secretaria do Bem Estar Social, Neire Chiachio, descreve o perfil desse mendigo : *"Grande parte dos desabrigados está há pouco tempo na rua, por ter perdido o emprego, e alguns deles acabam freqüentendo as casas de convivência até arrumar trabalho."*

O fechamento dos vãos apenas transfere o sem-teto para a ilha sob o tabuleiro de concreto. Os pilares do Minhocão seccionam as ilhas de um lado ao outro, impedindo a ciculação de pedestres. Elas são, na verdade, espaços estanques que criam situação para a ocupação de carrinhos que, durante o dia catam papéis, latas e garrafas, e à noite se transformam em barracos.

Percorrer o Elevado Costa e Silva em toda sua



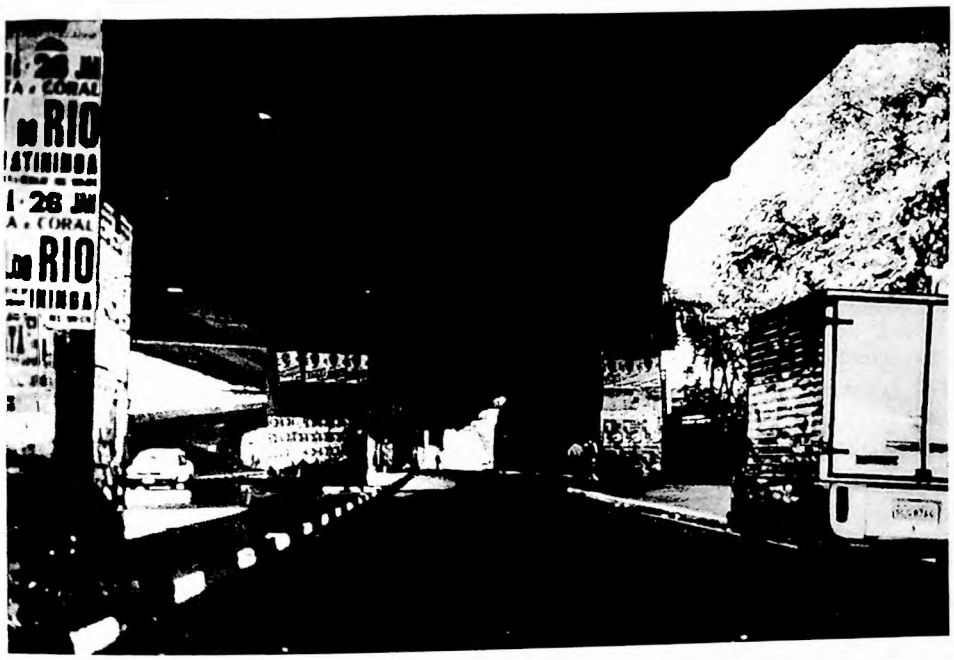
extensão é um experiência bastante distanciada do dicurso sobre progresso e moderno que sustentou seu projeto e execução. A seleção de imagens a que chegamos auxilia na construção de um conceito que, no momento, optamos por denominar espaço residual.

Espaço residual seria aquele que, na ausência de projeto, restou à margem de uma potencial qualificação. Partindo da concepção de lugares como sendo espaços qualificados, (Ferrara, 1993), podemos chegar à pedaços da malha urbana que não foram contemplados com esse cuidado.

Por ser um projeto que subsume meios a fins, funcionalista na exata medida em que apenas se interessa por projetar a ligação, desprezando o entorno e as possíveis interações entre a construção e a cidade, ele termina por criar esses espaços que identificamos e procuramos analisar.

Entretanto, estes espaços se tornam lugares, qualificados que estão pela população que os utiliza como teto.

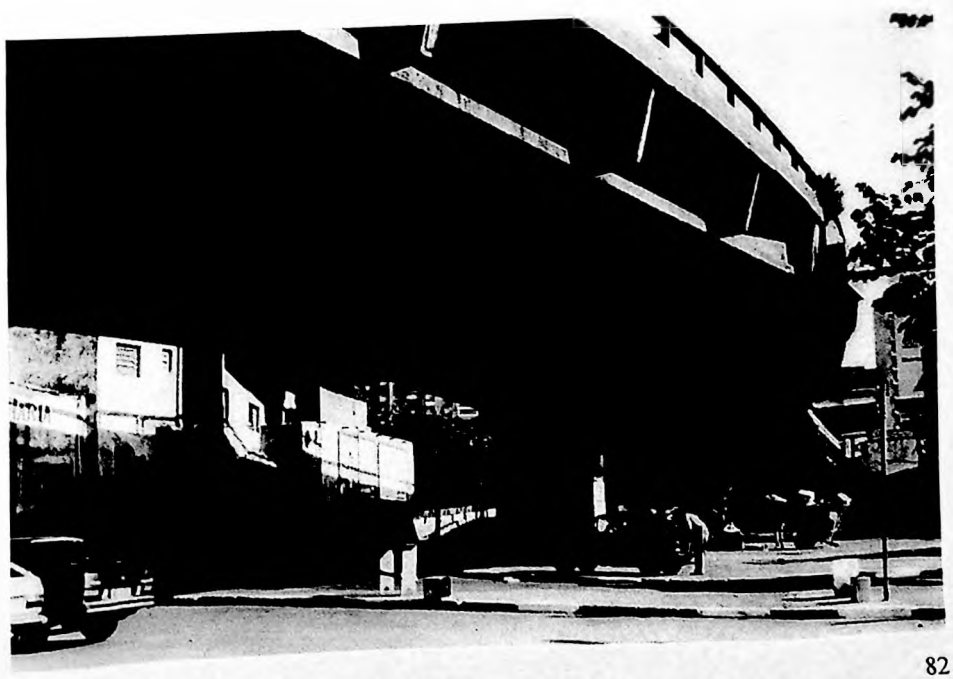
Por que então chamar esse espaço de residual se, já qualificado, ele se torna lugar, e a definição parece não se sustentar?

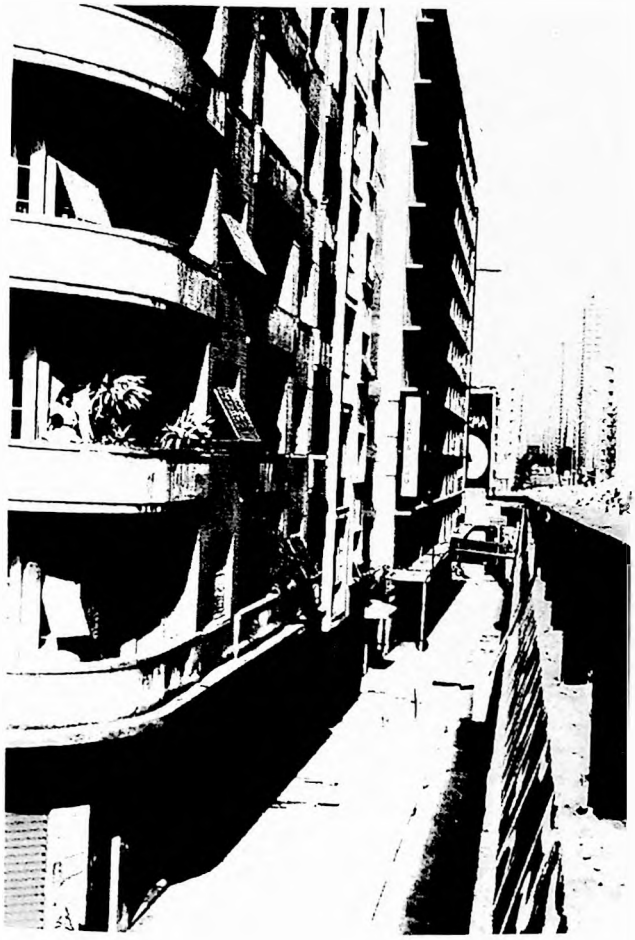


Há duas idéias sendo desenvolvidas aqui. A primeira delas fala de uma categoria que auxilia na criação do conceito de espaço residual. Essa categoria ou noção de que certas partes não foram contempladas pelo projeto, formam a base de uma crítica possível a projetos funcionalistas.

Se, por outro lado, esses espaços são ocupados por parte da população sem-teto da cidade de São Paulo, percebemos duas exclusões reunidas aqui : a social à de projeto. E essa é a segunda idéia, esse espaço torna-se lugar a partir da exclusão que o qualifica.

Existe portanto, no caso do Minhocão, associado a esse conceito que seguimos investigando, espaço residual, a matiz de perda, concretizada sob a forma de exclusão social.





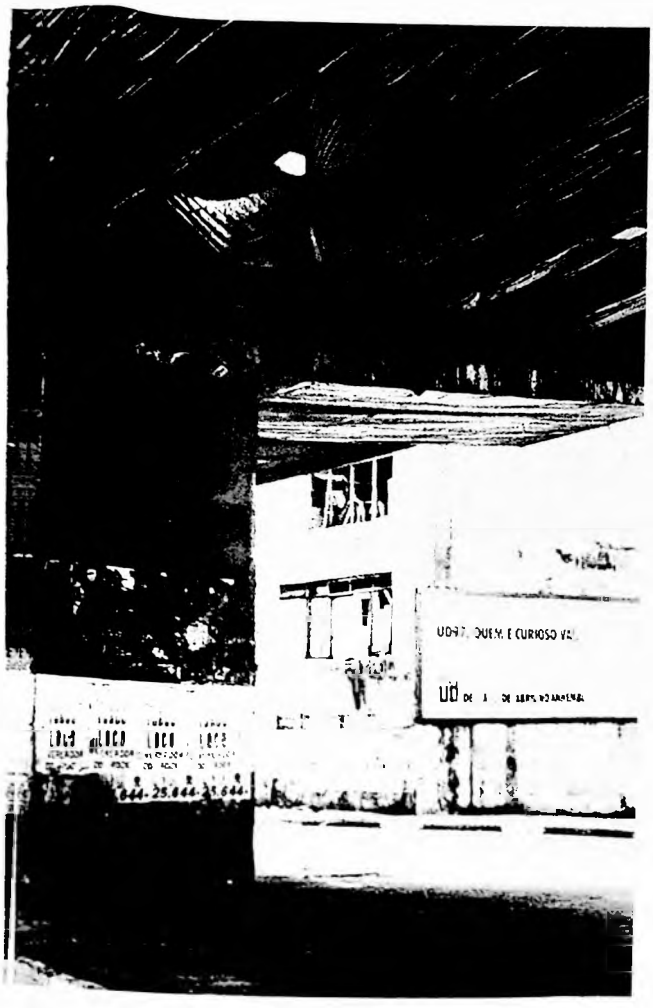
Quando dona Ana Stephan, (em entrevista a O Estado de São Paulo, 25/09/77), afirma : *"O Minhocão nos expulsa, o movimento vem decaindo a cada dia, ninguém quer enfrentar essa poluição e o ambiente"*; ela está estabelecendo o veredito de degradação do lugar. O que dona Ana não imaginara ao fazê-lo era que, havia sim quem enfrentasse o ambiente, e isso significou a troca do usuário ou morador.

Qual seria o perfil desse novo usuário que vem ocupar a área próxima ao Elevado?

Nesse momento construímos um caminho para tentar compreender o segundo tipo de usuário, aquele que parece não ter opinião formada sobre o Minhocão.

Em primeiro lugar é preciso recortar o significado de degradação que estamos operando. Degradação seria uma alteração das características de um local; [illegible] o modo, a perda de qualidades que configuravam o antigo lugar.

Esse movimento, tão comum à cidades como São Paulo, estabelece uma lógica que escapa de planejamentos em velocidade talvez maior com que estes são confeccionados. Como exposto no quarto capítulo, essa estrutura de mudança exige meios compatíveis para seu estudo e intervenção.

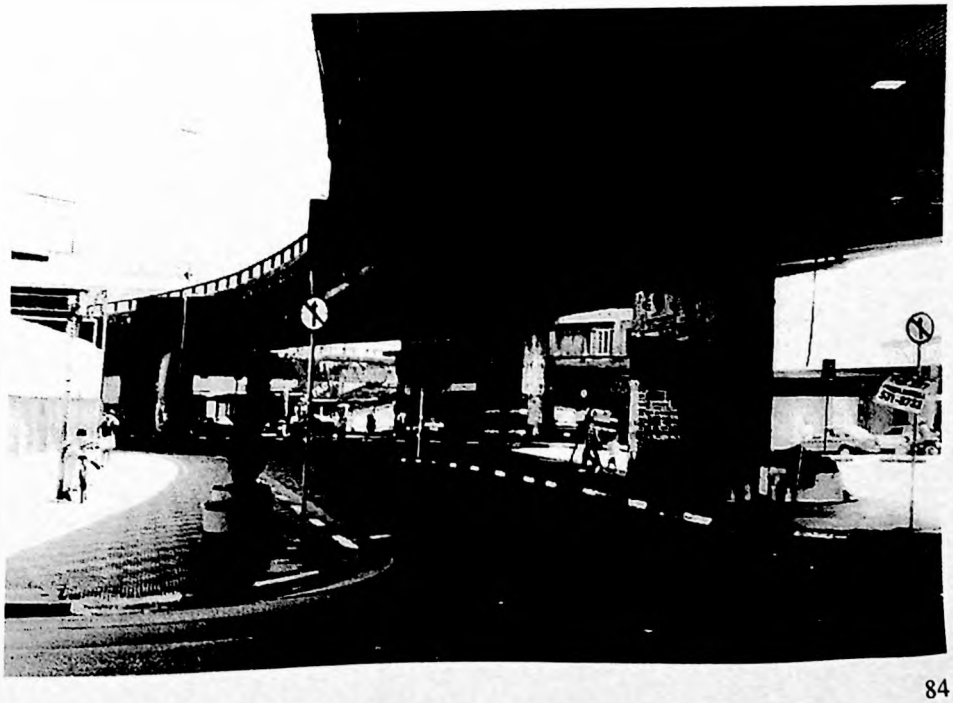


Uma postura científica, que não analisa a degradação como perda pura e simples, - perda que se pensa poder resgatar através de nostálgicos planos que emulam projetos e lugares passados-; ao contrário, trabalha a perda como potencial argumento de projeto, foco para uma próxima qualificação.

A degradação existe então como conceito de relação, pois só aparece quando é possível comparar cenários.

Aquele usuário que não têm opinião formada sobre a construção, ou o novo morador que desenvolveu laços afetivos com Elevado Costa e Silva, (como os depoimentos do artigo: Moradores são contra demolição, relacionado no primeiro capítulo), têm, em geral, baixa escolaridade e são provenientes da periferia da cidade de São Paulo.

Sua realidade anterior lhe dá chance de comparar e aprovar as condições de vida próximas ao Minhocão. Um usuário que conheceu essa parte da cidade já com o Minhocão. No seu caso, houve ganho de qualidade de vida com a mudança : a proximidade e tudo, sempre lembrada, testemunham esse aspecto.



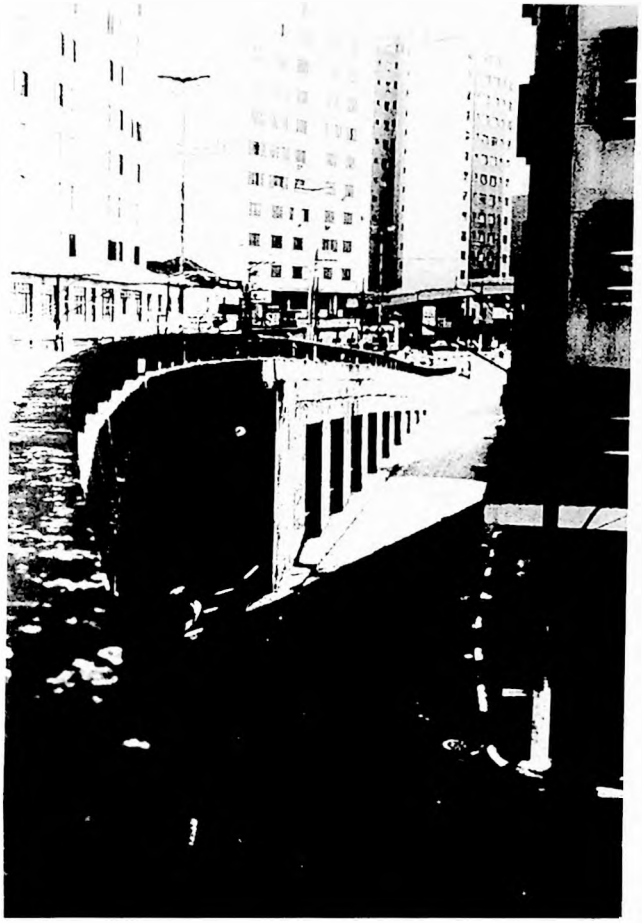
As qualidades que a obra imprimiu ao lugar são agora do próprio lugar. Não é possível pensar nessa parte da cidade sem essa estrutura, e essa lógica termina por nublar a visibilidade do Elevado Costa e Silva.

A visibilidade do Elevado Costa e Silva é provocada pela vivência cotidiana do fenômeno; só a frequentação atenta é capaz de romper com o hábito que, fundindo particularidades e relações, impede a reflexão. Isso não é outra coisa senão mais um embaralhar das representações, algo que compromete a atribuição de responsabilidade da construção na degradação do lugar.

No desenvolvimento dessa estratégia que destaca e reconstrói as relações, dividimos o objeto de estudo em cinco partes que apresentavam características em comum.

Os trechos do Largo Padre Péricles; avenida General Olímpio da Silveira; avenida São João - Largo de Santa Cecília; rua Amaral Gurgel e Praça Roosevelt foram os primeiros recortes estabelecidos.

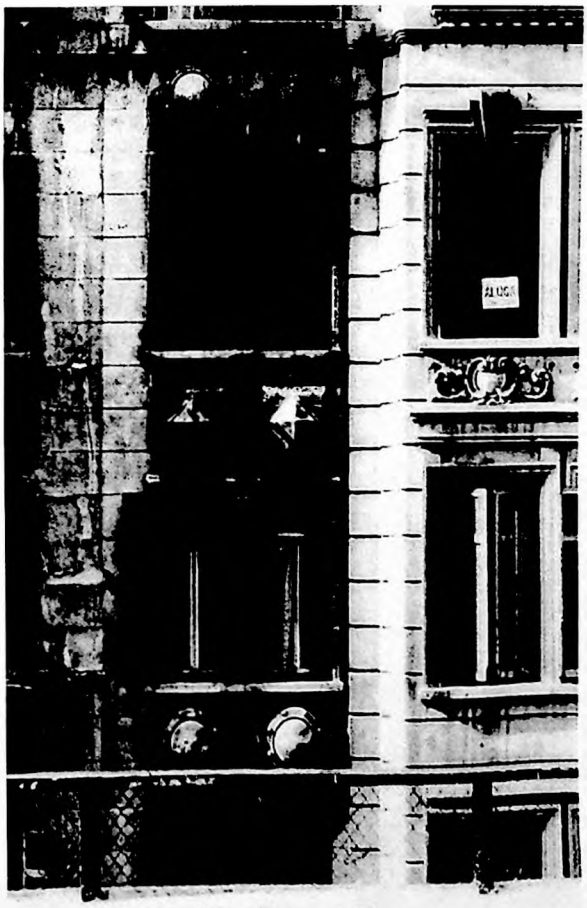
Entretanto, a partir de novas informações, um novo arranjo terminou por configurar quatro lugares, agrupando o Largo Padre Péricles à avenida General Olímpio da Silveira.



Este último trecho apresenta menor presença de espaços residuais do que os trechos da avenida São João - Largo de Santa Cecília. A exceção é a chegada ao Largo Padre Péricles; ali, criou-se algo como uma rua fantasma, emparedada pela estrutura do Elevado, com escasso contato com o entorno.

No recorte que se estende da Praça Marechal Deodoro ao Largo Padre Péricles, encontramos o único usuário que citou espontaneamente o Minhocão : Armando Andreoli, 63, italiano de nascimento, conhece o bairro desde que chegou ao Brasil no período posterior à guerra.

Em seu depoimento, atribui ao Elevado Costa e Silva participação decisiva no processo de degradação do lugar : o fechamento das *"lojas finas"*, o desaparecimento do *"cliente abastado"*, a mudança de população do bairro e o aparecimento dos mendigos. *"Tudo depois dele."*



Menos taxativo que o senhor Adreoli, e usuário da mesma área, o já conhecido senhor Fairbaks afirmara que, quando o Elevado aparecera, tudo já estava em transformação.

Evitando da estrutura de causa-efeito também presente no discurso do senhor Adreoli, o que importa destacar é que provavelmente o senhor Fairbanks tenha razão em afirmar que eram indiciadas transformações na totalidade do lugar no período da década de 70.

A relação entre industrialização e urbano explorada no segundo capítulo trata destas mudanças, porém o que não se pode perder de vista é que, os termos desta relação podem contar, em sua construção, com complexas informações, que inclui a perspectiva social.

O trecho que passa sobre a avenida General Olímpio da Silveira mantém uma distância praticamente constante das edificações lindeiras, o mesmo acontece na área da rua Amaral Gurgel. Em relação ao uso, no entanto, esses dois recortes se afastam; enquanto no trecho da da avenida General Olímpio da Silveira o uso é predominantemente residencial para os edifícios, com exceção do térreo muitas vezes ocupado por uso comercial, na rua Amaral Gurgel o uso do edifício, inclusive seu térreo, é comercial.

A medida que estes edifícios vão sendo reformados e, ao se tornarem comerciais, ganham ar condicionado e janelas anti-ruído, - uma *solução* encontrada por proprietários e locatários dos imóveis para fazer frente ao barulho e à poluição.

A população se adapta à poluição, barulho e trânsito. A capacidade de adaptação transforma o espaço adverso novamente em lugar, o hábito aplaina o desconforto.

O exemplo mais contundente desta capacidade está no Elevado Costa e Silva promovido a área de lazer nos domingos e feriados.

Parque elevado de concreto, nestes dias, o Minhocão é disputado por pessoas caminhando ou correndo, ciclistas, patinadores, mães com carrinhos de bebê, num testemunho da demanda por lazer ao ar livre do paulistano.

No ano de 1996, o então prefeito Paulo Maluf resolve abrir o Minhocão à noite e aos finais de semana, julgando o ganho, por parte da população como pouco representativo, - não no que diz apenas respeito ao lazer mas, especialmente, em relação à poluição sonora.

Os decibéis produzidos pelos automóveis que passavam pelo elevado, segundo laudo técnico reproduzido pela imprensa, não apresentava grande aumento se somados aos carros que circulavam sob o viaduto. Logo, pouca diferença faria abrí-lo, todo o tempo, à circulação de automóveis.

O ganho por parte da população era medido em números; mais uma vez, o discurso oficial baseava-se na técnica. É preciso reconhecer que estamos novamente diante de um corpo de especialistas que trata a cidade como objeto de intervenção, mero objeto desprovido de conflitos.

Entretanto, nessa época que vivemos, essa postura chocou-se com os interesses da população do lugar, unida em torno da possibilidade de lazer e de descanso que possui. Foram organizados debates pelo vereador José Eduardo Cardoso, (PT), na Câmara dos Vereadores; a rádio do XI de Agosto, (estudantes de Direito da USP, próxima ao elevado), colocou entrevistas sobre o assunto no ar; abaixo assinados encaminhados ao prefeito.

Depois de muitas reportagens de jornal, votou-se, transformando em lei, o fechamento do Elevado Costa e Silva aos domingos e feriados, bem como no período noturno.

O lugar atravessado pelo Elevado Costa e Silva reúne antigo e novo, edifícios modernos são vizinhos de casarões das décadas passadas. O gabarito não homogêneo das edificações não configura a estrutura de *canyon*, mas, mesmo assim, pela própria distância das construções, não é facilitada a dispersão de poluentes. A proximidade em alguns pontos é tamanha que se pode tocar o elevado, em outros pontos é ele que efetivamente toca as edificações.

O cenário, com o passar dos anos e a ausência de manutenção, tem aspecto de abandono e decadência. Os lugares mais representativos dessa decadência são as áreas entre o Largo de Santa Cecília - avenida São João e a praça Roosevelt.

O recorte que une o Largo à avenida tem dois perfis predominantes de usuários : os aposentados e os moradores de rua. Os aposentados passam boa parte de seu tempo entre o Largo e a Igreja de Santa Cecília. Lembram-se da época de glória da São João, nas décadas de 40 e 50. Porém, ao invés de associar o Minhocão à decadência do lugar, como esperávamos, associam o Metrô.

O Metrô é considerado, ao mesmo tempo, grande vantagem do lugar e causador do aparecimento dos mendigos. Na opinião desses usuários, a praça e os sanitários públicos construídos pelo Metrô atraem os sem-teto.

Essa análise que vincula equipamentos públicos

e moradores de rua é equivocada na medida em que existem outros lugares públicos, que não foram tomados pelos sem teto. Há mais ingredientes neste lugar que o qualificam para essa ocupação. É o Elevado Costa e Silva que, ao defletir da rua Amaral Gurgel para a avenida São João, cria uma série de espaços estrangulados e sem luz, como o espaço onde se realiza, nos finais de semana, a feira livre de Santa Cecília.

O Metrô é posterior à via elevada e, por ocasião de sua construção, aventou-se a hipótese de destruir o Minhocão porque havia um conflito entre as estruturas das duas obras. A imprensa da época reacendeu a discussão sobre a demolição do Elevado Costa e Silva, mas o prefeito Olavo Setúbal afastou essa possibilidade. Há uma publicação do Metrô em que são descritas as manobras técnicas necessárias para que o Metrô pudesse passar sobre o Pilar 21 do Elevado Costa e Silva.

De que modo o Metrô pode ser associado à deterioração do lugar?

Uma possível interpretação para essa idéia contaria não só com o tempo que uma estrutura leva para imprimir qualidades a um lugar, como com a própria mudança que um equipamento como o Metrô pode causar; mas também com uma detalhada construção do período em questão, que reúne desde o fim do milagre econômico, aos sucessivos planos econômicos e a chamada década perdida de 80, marcada pelo pouco investimento e criação de emprego.

O que se observa hoje é que a praça do Largo está atualmente cercada por grades. Essa foi a solução encontrada pelo poder público, reivindicada pelos outros usuários, para que os moradores de rua não se apropriassem do lugar, como fazem na praça Marechal Deodoro, ainda sem grades.

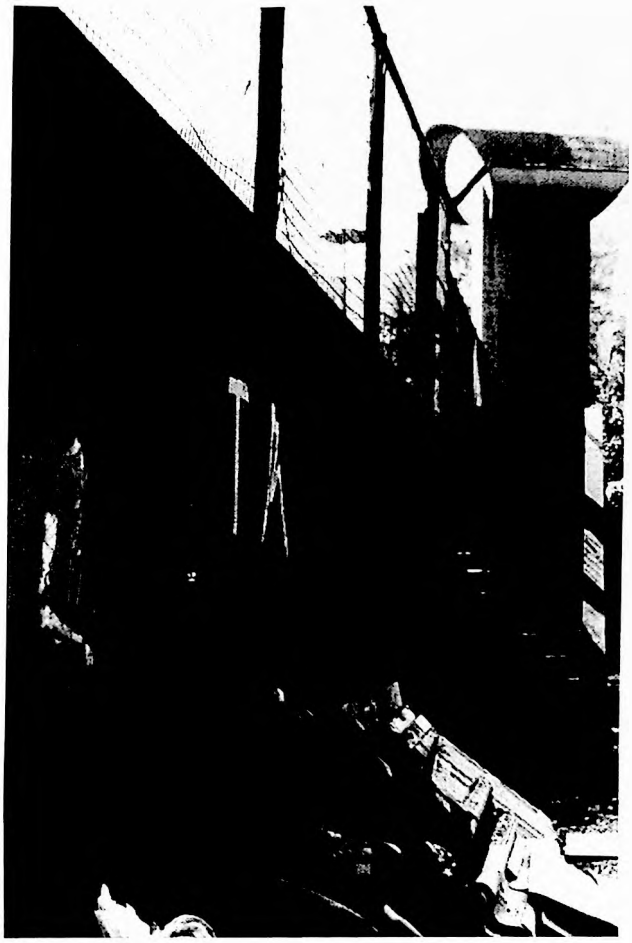
Vemos aqui reproduzida a lógica que ergue muros e grades por toda a cidade, e que não é mais do que uma resposta à situação de medo a que estão submetidos e a que se submetem os moradores da cidade.

Cercamos e eletrificamos amedrontados que estamos pela presença desse Outro que, excluído, incomoda.

O cercamento da praça não é a solução do problema. Os mendigos não desaparecem e continuam lá, sob o grande teto que o viaduto provê.

E, para além da qualidade destas intervenções, o que se discute nesse momento é o poder que um viaduto, servindo de abrigo para a população sem teto, sem emprego, sem educação, sem nada, tem de representar a desigualdade do país em que vivemos.

No caso específico do Minhocão, não se trata apenas da Regional remover os mendigos, ou de construir rampas para evitar que eles ocupem os vãos reproduzindo casas, como relatava artigo citado anteriormente. Trata-se novamente de uma questão política, de condições de trabalho, de cidadania, de educação. E desta última participa também a mídia que, cumprindo seu papel de informar, deve expor os conflitos, ao inves de tratá-los como impessoal contingência, ou contratempo da vida moderna.



Talvez o mais ilustrativo exemplo de espaço degradado seja o último trecho recortado, a praça Roosevelt.

Concebida para ser um marco da cidade de São Paulo, a Roosevelt é projeto de arquitetos da FAU : Roberto Coelho Cardozo, Antônio Antunes Neto, Marcos de Souza Dias e Luciano Fiaschi.

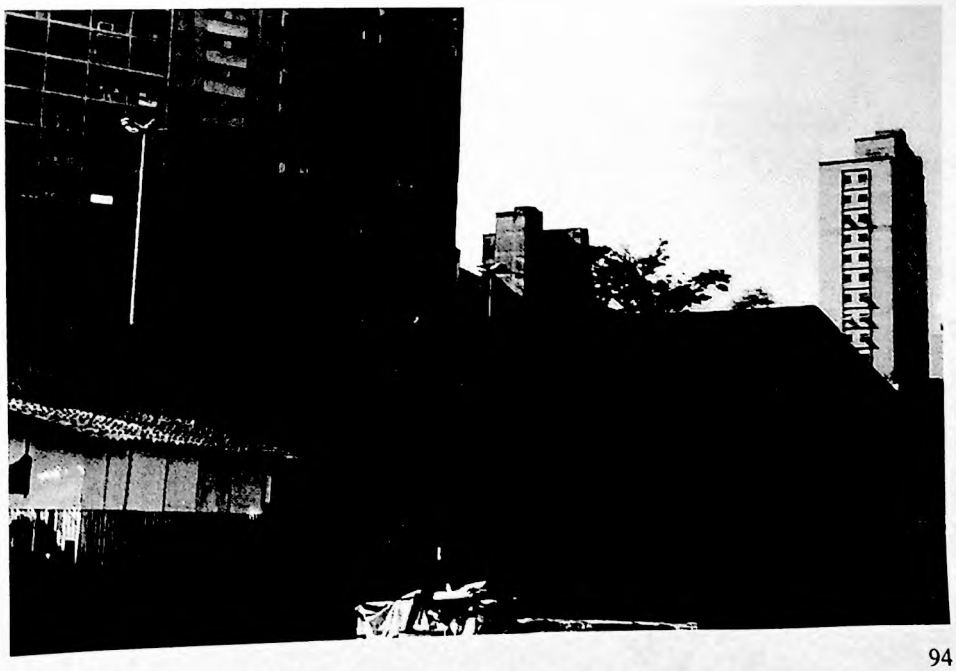
A par de organizar todo o fluxo de trânsito que passa sob ela, seus 39.620 metros quadrados de área, (60.000 m2 de área construída), dividiam usos e atividades.

Foram utilizados 27 mil metros cúbicos de concreto armado e 3.200 toneladas de ferro. A terra escavada chegou a 190 mil metros cúbicos.

Áreas descobertas para praças, jadins, espelho-d'água, obelisco, estacionamento para 700 carros, um supermercado, lojas, restaurante, postos da CTB e ECT e pôsto de informações da Secretaria de Turismo e Fomento da Prefeitura, compunham o extenso programa da nova praça.

O artigo de 24 de janeiro de 1970, *"A Roosevelt segundo foi idealizada por seus arquitetos"*, um dia antes de sua inauguração relata : *"A equipe de arquitetos partiu do princípio que São Paulo não tem espaço de aproveitamento público. É uma cidade espremida, sem áreas verdes nem vazios. Era preciso conservar o espaço* [1]. *O objetivo foi alcançado desde o ante-projeto. Ao mesmo tempo em que se conseguiram o aproveitamento múltiplo do espaço disponível, preservaram o vazio, por meio da criação de lajes sucessivas."*

Quando comparamos as imagens da praça Roosevelt ao programa apresentado e às intenções de seus arquitetos, (em outras palavras, o que os autores acreditavam iria representar o futuro lugar, e o que ele realmente é); vemos surgir o descompasso que caracteriza pista nesta busca pelas representações que constrói esse trabalho.

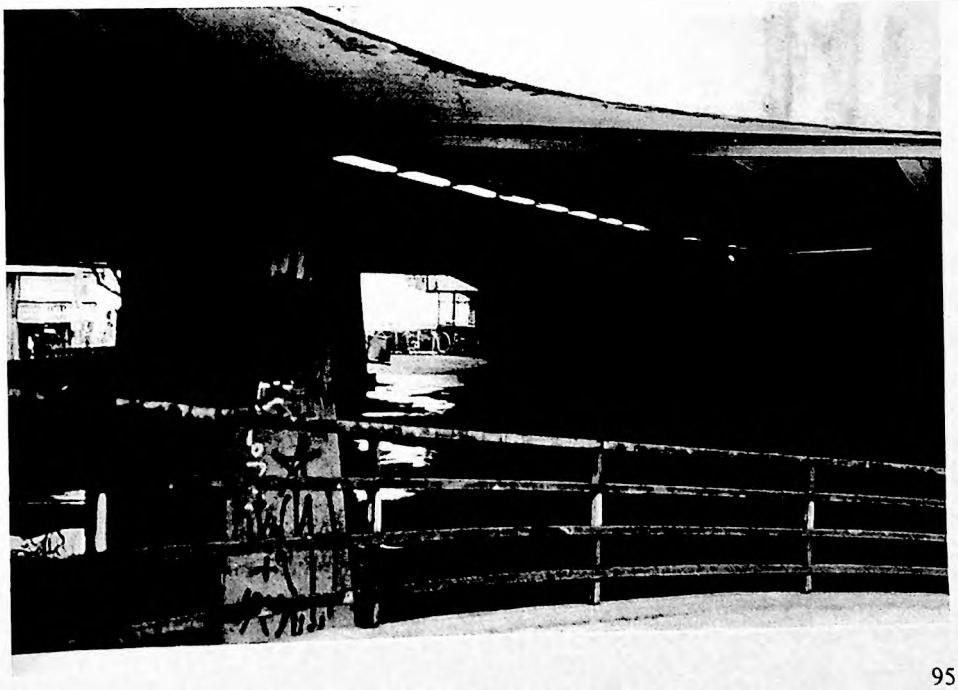


(1) grifo nosso

A estrutura de idéias que vincularia espaço residual à ausência de projeto não se sustém frente ao exemplo da praça Roosevelt. Projeto, uso e degradação não podem ser associados diretamente, mas apenas como partes de uma construção que une fenômeno e análise.

Essa defasagem nos faz rever a conceituação de espaço residual criada anteriormente porque, de algum modo, espaços que recebem atenção do projeto podem também se tornar residuais.

As conclusões a que chegamos, interpretando e generalizando informações, são:

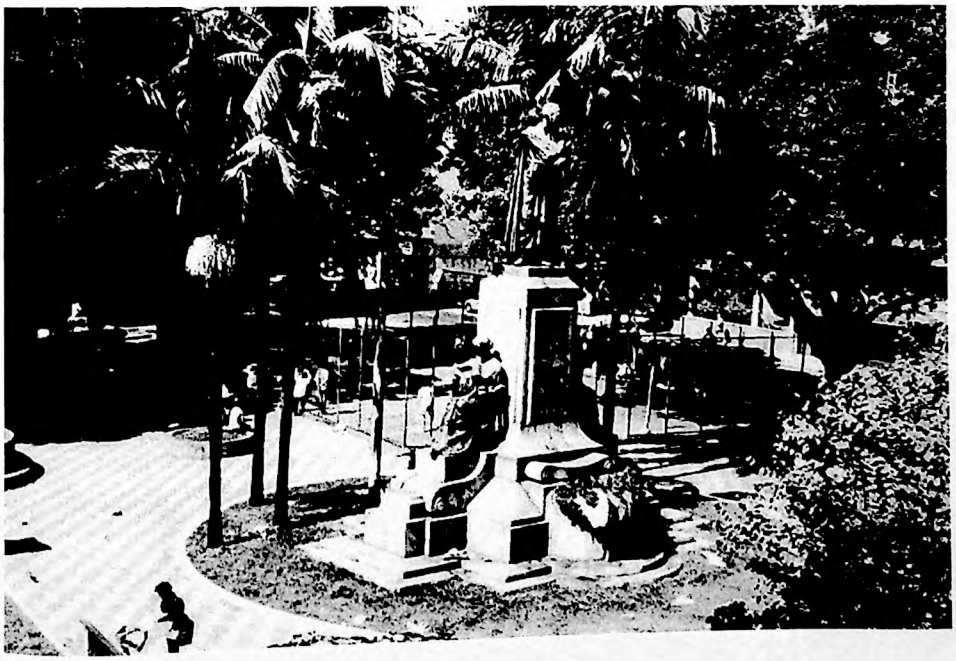


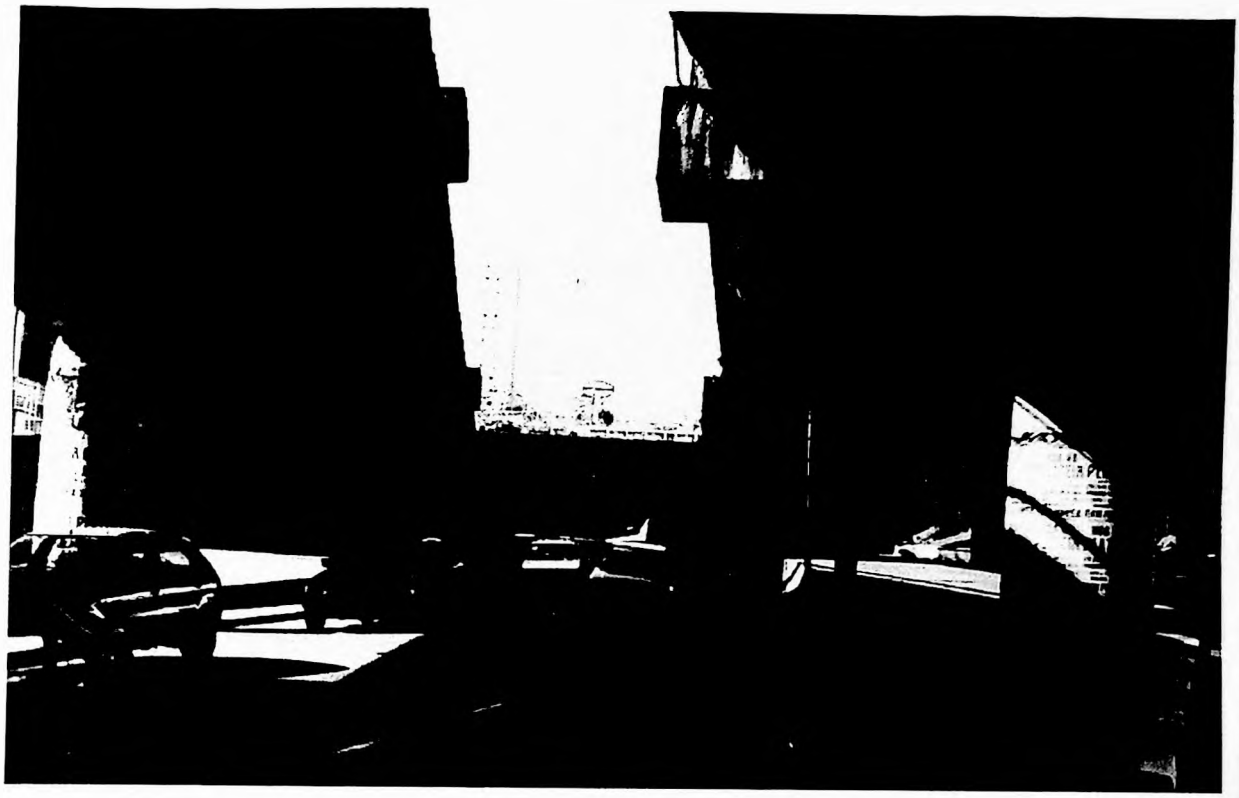
1. Restos de projeto, partes que não recebem atenção de projeto, tornam-se potenciais espaços residuais.

2. Usos modificados, aqueles que não estavam previstos originariamente, podem criar espaços residuais.

3.O desuso, no geral, significa degradação urbana e indicia potenciais pontos para projeto.

4. Interações entre obra e entorno e qualidade de vida são variáveis que informam projetos e soluções.





Procuramos, através desse trabalho, exercitar essa chave que procura por potenciais significados, desembaralhando e interpretando representações relacionadas a uma construção, seu ideário e seu uso.

Uma vez que não se pode deixar o fenômeno de lado e, como mencionamos nos capítulos anteriores, o fenômeno não cabe em modelos, é necessário tentar criar e experimentar outros modos de fazê-lo partircipar da pesquisa, porque a qualidade das informações que ele é capaz de gerar são decisivas.

O caminho seguido expõe uma estratégia que torna possível a aproximação e vivência do cotidiano de um lugar na tentativa de, pela participação desta quinta dimensão, produzir um conhecimento que se aproxima da realidade. Construções eminentemente teóricas sobre o urbano colocam a argumentação dentro da chave explicativa, relacionada no capítulo sobre Estratégia Metodológica, transformando-a em uma abstração, no mais das vezes, distante do *acontecer* das coisas.

A proximidade do fenômeno, a inserção da mudança, parecem um provável caminho para que a distância entre projeto enquanto intenção, e a obra, construída e em uso, seja diminuída.

A conciência desse processo muda a qualidade da atividade projetual não só porque nos vemos mais próximos de um movimento próprio da ciência contemporânea, que percebe e observa o fenômeno; mas, principalmente, porque ela reafirma a cumplicidade entre pesquisa e projeto. Não a abstrata e distante pesquisa concretizada em compêndios, mas aquela que se traduz em postura atenta, que aceita os desafios de uma realidade que testa todo o tempo as previsões de um projeto através da mudança.

BIBLIOGRAFIA

ARGAN, Julio C. A História da Arte como História da Cidade; São Paulo : Martins Fontes, 1992.

BARCHELAR, Gaston. O Novo Espírito Científico, in Barchelar, coleção Os Pensadores; São Paulo : Abril, 1984.

BARTHES, Roland. Elementos da Semiologia; São Paulo : Cultrix / Edusp, 1971.

BAUDELAIRE, Charles. As Flores do Mal; São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1964.

BENÉVOLO, Leonardo. Orígenes de la Urbanística Moderna; Buenos Aires : Tekné, 1967.

BENJAMIN, Walter. Iluminaciones II, poesia e capitalismo; Madrid : Tauros, 1980.

BENJAMIN, Walter. Walter Benjamin, coleção Grandes Cientistas Sociais, coord. Florestan Fernandes / org. Flávio Kothe; São Paulo : Ática, 1991.

BERGSON, Henri L. Memória y Vida; Madrid : Alianza, 1977.

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar : a aventura da modernidade; São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

BONFANTINI, Massimo. Le Leggi dell'Ipotesi; Milano : Bompiani, 1984.

BURNET, John. O Despertar da Vida Grega; São Paulo : Siciliano, 1994.

CARRAHER, David. Senso Crítico, São Paulo : Pioneira, 1983.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana; São Paulo : Paz e Terra, 1993.

CASTELLS, Manuel. Symbolique Urbaine et Mouvements Sociaux, in Versus, No.3, Quaderni di Studi Semiotici, diretti da Umberto Eco; Milano : Achille Mauried, 1972.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia - *discurso competente e outras falas*; São Paulo: Moderna 1981.

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia; São Paulo : Brasiliense, 1985.

CHOAY, Françoise. Urbanismo, Utopias e Realidades; São Paulo : Perspectiva, 1979.

DESCARTES, Renèe. Discurso do Método, in Descartes, coleção Os Pensadores; São Paulo : Abril, 1983.

FERNANDES, Florestan. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica; São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

FERRARA, Lucrécia A . A Estratégia dos Signos; São Paulo : Perspectiva, 1981.

FERRARA, _____. Leitura sem Palavras; São Paulo : Ática, 1986.

FERRARA, _____ . Ver a Cidade; São Paulo : Nobel, 1988.

FERRARA, _____ . Olhar Periférico; São Paulo : Edusp / Fapesp, 1993.

FURTADO, Celso. Análise do Modelo Brasileiro; Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento; Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1964.

HABERMAS, Jürgen. A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio; Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1980.

HABERMAS,_____. Para a Reconstrução do Materialismo Dialético; São Paulo : Brasiliense, 1983.

HABERMAS,_____. Habermas, Série Grandes Cientistas Sociais, vol. 15; org. Bárbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet; São Paulo : Ática, 1980.

HABERMAS,_____. Técnica e Ciência enquanto Ideologia, in Habermas, coleção Os Pensadores; São Paulo : Abril 1983.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna; São Paulo : Loyola, 1993.

HARVEY, David. Social Justice and the City; London : Edward Arnold Publishers, 1973.

IANNI, Otávio. A Modernização do Mundo, in Revista Margem, No. 3; São Paulo : Educ, 1994.

IANNI,_____. Estado e Planejamento Econômico no Brasil; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBRI, Ivo A. Kósmos Noètós : a arquitetura metafísica de Charles Sanders Pierce; São Paulo : Perspectiva / Holon, 1992.

KOHLSDORF, Mª. Elaine et alii. O Espaço da Cidade - contribuição à análise urbana; São Paulo : Projeto, 1985.

KOPP, Anatole. Quando o Moderno não era um Estilo e sim uma Causa; São Paulo : Nobel / Edusp, 1990.

KUHN, Tomas. A Estrutura das Revoluções Científicas; São Paulo : Perspectiva, 1989.

LAMPARELLI, Celso M. A Metodologia do Planejamento Urbano, in Planejamento Urbano em Debate, org. A.H.P.Toledo e M.Cavalcanti; São Paulo : Cortez & Moraes, 1978.

LEFÈBVRE, Henri. O Direito à Cidade; São Paulo : Moraes, 1991.

LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana; São Paulo : Martins Fontes, 1981.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade; São Paulo : Martins Fontes, 1982.

LYNCH, Kevin. De que Tiempo és este Lugar? - para una nueva definicion del meio ambiente; Barcelona : Gustavo Gili, 1975.

LYOTARD, Jean F. O Pós Moderno; Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia; Rio de Janeiro : Zahar, 1968.

MARX, Karl. O Capital; São Paulo : Diefel, 1982.

MUNFORD, Lewis. A Cidade na História - suas origens transformações e perspectivas; São Paulo : Martins Fontes / UNB, 1982.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano no Brasil, in Revista Espaços e Debates, No.6; São Paulo : Cortez, Junho / Setembro de 1982.

PELLEGRINO, José C. As Boas Verdades sobre o Minhocão; Suplemento da Revista de Engenharia, No. 76; São Paulo, 15 de setembro de 1971.

PEREIRA, Luis. Ensaios de Sociologia do Desenvolvimento; São Paulo : Pioneira, 1970.

PIERCE, Charles S. Semiótica e Filosofia; São Paulo : Cultrix, 1971.

POE, Edgar A. O Homem da Multidão, in Contos de Poe; São Paulo : Cultrix, 1985.

POPPER, Karl. A Filosofia da Ciência - autobiografia intelectual; São Paulo : Cultrix / Edusp, 1977.

PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabele. Entre o Tempo e a Eternidade; São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Metropolização em São Paulo; **texto mimeografado,** FAU-USP, 1966.

ROUANET, Sérgio P. As Razões do Iluminismo; São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Milton. Economia Espacial - críticas e alternativas; São Paulo ; Hucitec, 1979.

SANTOS, _____. O Espaço do Cidadão; São Paulo : Nobel, 1987.

SANTOS, _____. Técnica Espaço Tempo, globalização e meio ambiente técnico-científico e informacional; São Paulo : Hucitec, 1994.

SÃO PAULO, Prefeitura do Município de . Plano Urbanístico Básico, 1968.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de & CEPAL. América Latina, Crise nas Metrópoles; São Paulo : Sempla, 1985.

SARTRE, Jean P. A Questão de Método; São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1967.

SCHERER, Rebeca. Descentralização e Planejamento Urbano no Município de São Paulo; São Paulo : FAUUSP, 1987.

SERRA, Geraldo. Espaço Urbano e Epaço Natural; São Paulo : Nobel, 1987.

SERRA, _____. Urbanismo e Centralismo Autoritário; SãoPaulo : Nobel / Edusp, 1991.

SIMMEL, Georg. Metrópole e Vida Mental, in O Fenômeno Urbano, org. Velho, G. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana; São Paulo : Nacional, 1977.

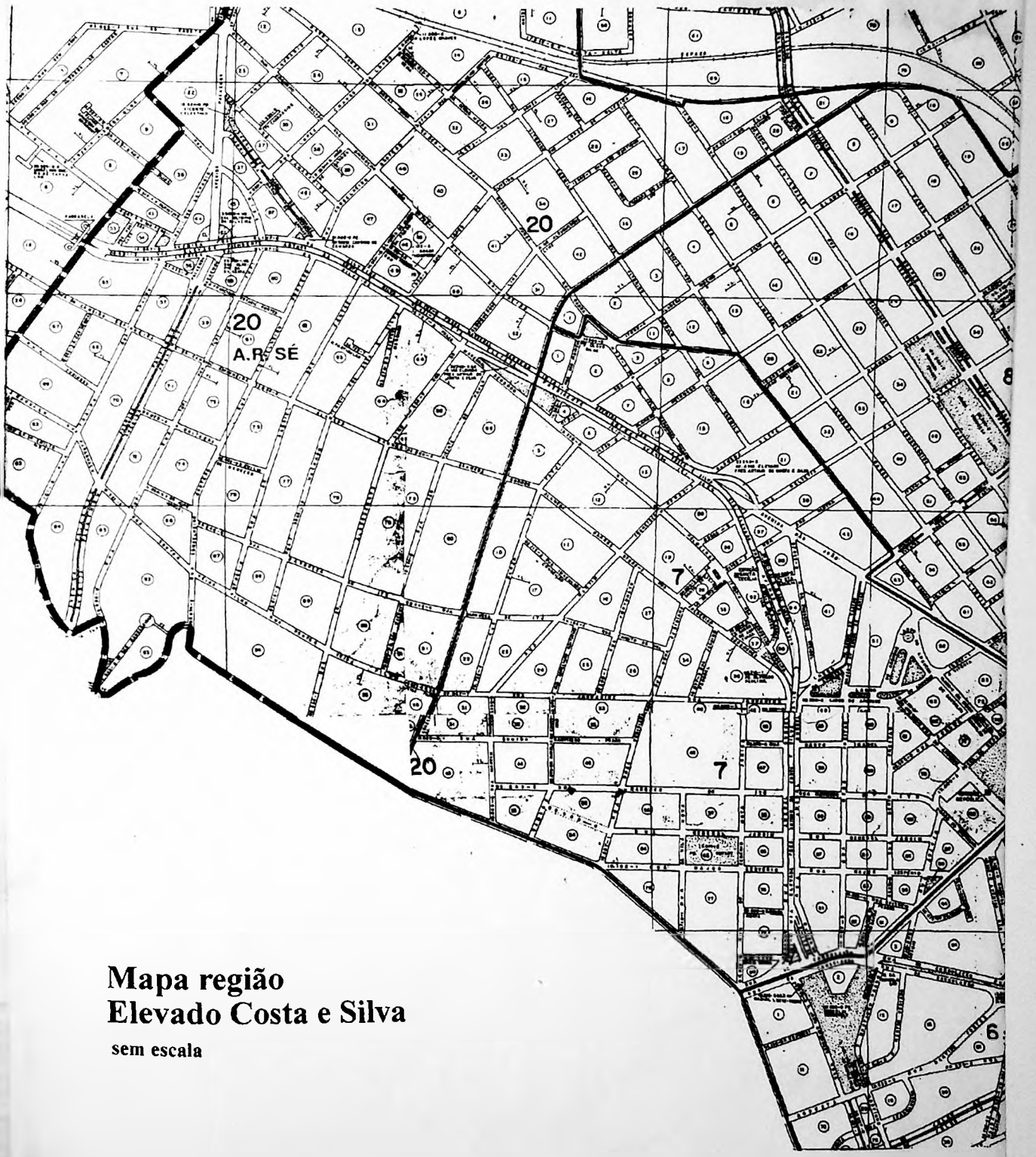
SINGER, ____. Economia Política da Urbanização; São Paulo : Brasiliense / Cebrap, 1973.

SOUZA, Maria Adélia A . A Identidade da Metrópole - a verticalização em São Paulo; São Paulo : Edusp, 1994.

SOUZA, _____ . Governo Urbano; São Paulo : Nobel, 1988.

VALERY, Paul. Eupalinos, ou o arquiteto; Rio de Janeiro : Ed. 34, 1996.

WILHEM, Jorge. São Paulo Metrópole 65 - subsídios para seu plano diretor; São Paulo: Difusão Européia do Livros, 1965.



Mapa região
Elevado Costa e Silva

sem escala